MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Maria José Rapassi Mascarenhas

RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E PORTUGAL 1880-1930

Dissertação para Mestrado em Ciências Humanas apresentada à Universidade Federal da Bahia

Lisboa 1973

UNIVERSIDADE DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA
BIBLIOTECA
No. de Tombo 399

Universidade Federal da Bahia - UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Esta obra foi digitalizada no
Centro de Digitalização (CEDIG) do
Programa de Pós-Graduação em História da UFBA

Coordenação Geral: Carlos Eugênio Líbano

Coordenação Técnica: Luis Borges

2009
Contatos: lab@ufba.br / poshisto@ufba.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto de Alta Cultura e à Direção Geral dos Assuntos Culturais, Ministério da Educação, e à Fundação Calouste Gulbenkian, instituições portuguesas que me concederam bolsas de estudo, sem as quais não seria possível a realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Jorge Borges de Macedo, o grato testemunho pelos ensinamentos, valiosas sugestões e orientação. Aos Professores Dr. José Calassans e Dr. Luis Henrique Dias Tavares, a gratidão pelas colaborações.

A June Azevedo e Tânia Heine, pela colaboração preciosa nos trabalhos de datilografia, o meu agradecimento.

O reconhecimento ao meu esposo pela cooperação nos trabalhos.

ÍNDICE

Pág.

Introdução 1

CAP. I - Aspectos metodológicos e esclarecimentos

1.1 - Aspectos metodológicos 21

1.1.1 - Método de análise 21

1.1.2 - Reclassificação das mercadorias 22

1.1.3 - Unificação da quantidade 28

1.1.4 - Seleção dos principais produtos 30

1.1.5 - Gráficos 31

1.2 - Esclarecimentos 31

CAP. II - As principais fases do comércio luso-brasileiro

2.1 - Considerações gerais 34

2.2 - Primeira fase : 1880 a 1918 38

2.3 - Segunda fase : 1919 a 1930 43

CAP. III - Análise discriminativa

3.1 - Exportação 61

3.1.1 - Matérias-primas 61

3.1.1.1 - Algodão 62

3.1.1.2 - Couros e peles 66

3.1.1.3 - Tabaco em folha e rolo 68

3.1.2 - Substâncias alimentícias 70

3.1.2.1 - Açúcar 71

3.1.2.2 - Café 75

3.1.2.3 - Farinha de pau 77

3.1.3 - Outras mercadorias 80

3.2 - Importação 82
3.2.1 - Substâncias alimentícias 82
3.2.1.1 - Vinho 83
3.2.1.2 - Azeite 87
3.2.1.3 - Batatas e legumes secos 92
3.2.1.4 - Sardinhas e outros peixes em conserva 95
3.2.2 - Manufaturas diversas 98
3.2.2.1 - Cortiça em rolha 98
3.2.2.2 - Outras mercadorias 101
CAP. IV - Definição das tendências do comércio 126
CAP. V - A imigração portuguesa e a remessas de numerários.. 136
Conclusão 141
Notas 143
Fontes estatísticas 150
Documentos 151
Bibliografia 152
Anexos 159

ÍNDICE DOS QUADROS

Pág.

Quadro I - Importação brasileira de Portugal 49

Quadro II - Exportação brasileira para Portugal 50

Quadro III - Movimento geral de coaércio entre Brasil e Portugal 51

Quadro IV - Posição do Brasil e da Inglaterra na importação portuguesa 52/3

Quadro V - Posição do Brasil e da Inglaterra na exportação portuguesa 54/5

Quadro VI - Mercadorias brasileiras exportadas para Portugal 104/5

Quadro VII - Percentuais das mercadorias brasileiras exportadas para Portugal 106/7

Quadro VIII - Principais produtos brasileiros exportados para Portugal 108/9

Quadro IX - Percentuais dos principais produtos brasileiros exportados para Portugal, em relação aos valores de suas classes 110/1

Quadro X - Couros e peles e algodão -seus percentuais em relação aos valores da exportação brasileira para Portugal .....112.

Quadro XI - Mercadorias portuguesas importadas p/Brasil..113/4

Quadro XII - Percentuais das mercadorias portuguesas importadas pelo Brasil (em relação aos valores) 115/6

Quadro XIII - Principais produtos portugueses importados pelo Brasil 117/8

Quadro XIV - Percentuais dos principais produtos portugueses importados pelo Brasil, em relação aos valores de suas classes 119/20

Quadro XV - Vinho e azeite - seus percentuais em relação aos valores da importação brasileira de Portugal 121

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Pag.

Gráfico 1 -Valores anuais da importação brasileira de Portugal..... 56

Gráfico 2 -Valores anuais da exportação brasileira para Portugal 57

Gráfico 3 -Somas dos valores anuais da importação e emportação entre Brasil e Portugal..... 58

Gráfico 4 -Posição do Brasil no comércio externo português... 59

Gráfico 5 -Movimento comercial entre Brasil e Portugal..... 60

Gráfico 6 -Principais produtos brasileiros exportados para Portugal.....122

Gráfico 7 -Principais produtos brasileiros exportados para Portugal 123

Gráfico 8 -Importação brasileira de vinho português 124

Gráfico 9 -Principais produtos portugueses importados pelo Brasil 125

EXPLICAÇÃO PRÉVIA

Ao iniciar-se o presente trabalho sobre as relações econômicas entre Brasil e Portugal, almejava-se focalizar a primeira metade do século XIX, época em que, vários acontecimentos decidiram e marcaram profundamente a vida dos dois países. Entretanto, tal assunto fora objeto de um estudo, já em fase de - publicação.

Dentro do campo previsto, e por sugestão do orientador desta dissertação, escolheu-se um período que oferecesse terreno ainda inexplorado. Assim, procurou-se vinculá-lo àquele abrangido pelo tema central do Mestrado em Ciências Humanas - da U. F. da Bahia, em 1970 : a I República brasileira-1889 a 1930. Com o escopo de verificar a influência da proclamação da República brasileira no intercâmbio comercial com Portugal, ampliou-se o período citado, recuando até 1880.

De 1880 a 1930, fenômenos importantes, comuns aos dois países, marcavam suas vidas econômicas: a intensa emigração de portugueses para o Brasil, e a remessa de numerários para-Portugal. Assim, além do intercâmbio comercial, tencionava-se desenvolver e dar maior destaque àquelas remessas. Contudo, a apresentação desta parte ficou prejudicada pela impossibilidade de completar-se sua pesquisa. Entretanto, pretende-se, em etapa posterior desenvolver a investigação desse assunto.

INTRODUÇÃO

1. SITUAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO BRASILEIRO - 1880-1930

Para melhor compreender as relações econômicas entre Brasil e Portugal é necessário considerar em princípio, ainda que em linhas gerais, a situação econômica dos dois países de 1880 a 1930, pois a expansão ou contração do intercâmbio comercial está na razão direta da situação econômica de cada nação.

O Brasil, neste período, conservava as mesmas / características da sua fase colonial, isto é, um país de economia/ periférica, presa à metrópole, tendo por suporte uma estrutura eminentemente agrária, voltada para a exportação. Libertara-se dos laços da antiga metrópole portuguesa, mas girava, agora, em torno / dos grandes centros industriais do mundo, e como tal, sua produção orientava-se segundo as exigências e imposições daqueles centros. Desde o início da colonização, no século XVI, até 1930, suas atividades produtoras concentraram-se em alguns gêneros destinados ao consumo externo, havendo sempre a predominância de um produto sobre os demais, produto este que variava de época em época, conforme a metrópole ou os eixos econômicos necessitassem. Desta maneira, a monocultura fora uma constante em sua evolução econômica, / sustentada pelo braço escravo e posteriormente pelo do emigrante.

No decorrer da segunda metade do século XIX a lavoura tradicional - a cana de açúcar, o algodão, o tabaco - estava em decadência. Todavia, ao lado desta lavoura decadente crescia com todo vigor um novo produto - o café - que se tornaria o fulcro

da riqueza nacional e acabaria "por figurar quase isolado na balança econômica brasileira".(1)

Graças a esse novo produto, perfeitamente adaptável ao clima tropical, a produção agrícola cresceu rapidamente e como resultado o comércio externo brasileiro a partir de 1860 ganhara um impulso tão grande, como até então jamais tivera. Além de aumentar espetacularmente o volume da exportação, passou-se a "saldar invariavelmente com superavits crescentes a balança de comércio".(2) Assim, o café entrou como o fator principal "no reajustamento da vida econômica do país, tão abalada desde a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro e a emancipação política do país. As crescentes exportações do café que tomam logo um vulto que deixa a perder de vista o intercâmbio comercial do passado, permitirão não somente restaurar o balanço das contas externas do / país, tão comprometidas na fase anterior, mas restaurá-lo em nível nitidamente superior a tudo quanto o Brasil conhecera no passado" (3).

Portanto, a expansão da lavoura cafeeira significava a expansão da própria economia nacional. E esta lavoura estava destinada a expandir-se cada vez mais, dada à grande importância que adquirira no mercado internacional, tornando-se o Brasil o seu maior fornecedor, chegando a exercer monopólio no abastecimento do referido produto. Eis algumas cifras que comprovam tal afirmação: " entre 1870-1880, a média brasileira foi pouco inferior à mundial: 3 785 000 sacas por 3 925 000. A partir de então, essa superioridade vai-se acentuando, para enfim tornar-se esmagadora. Em

1880 temos 5 940 000 para o Brasil e 4 665 000 para outros países; nessa década, a produção nacional oscila entre 4 e 6 milhões, enquanto a mundial fica entre 3 e 4 ".(4)

O monopólio do café na produção interna e na / exportação brasileira, aliado à situação advinda dos vínculos do país com o mercado externo, reforçavam o sistema econômico apoiado na monocultura. Por conseguinte, atrofiavam o desenvolvimento / de novas lavouras bem como de outras que outrora ocuparam posições preponderantes na economia nacional, como a cana de açúcar, o algodão, o tabaco e a pecuária. Numa tentativa de desafio ao soberano café, no fim do Império, dois novos gêneros prometiam ganhar novas perspectivas: o cacau e a borracha. Principalmente esta, que com as múltiplas aplicações na indústria moderna, tinha condições de progredir rapidamente. Porém, seria difícil para ambos sobrepujar a liderança do café.

O progresso constante e ascendente da cafeicultura ligava-se diretamente ao incremento da mão de obra emigrante. Progresso que por seu turno constituira senão o mais, um dos mais importantes estímulos à vinda do braço imigrante europeu, que, com sua força de trabalho não acionara somente a prosperidade do café mas também de outros setores da economia nacional. Ante a escassez de mão de obra, e consequentemente, ante a necessidade premente de braço para o fomento da agricultura, o declínio do regime servil e posteriormente com a abolição da escravatura, o fluxo imigratório crescia de ano para ano.

Com o advento da República, em 1889, o quadro econômico não se alterara, ou melhor, fortalecera-se a política cafeeira e imigratória, pois o governo federal passara a incentivá-la diretamente, formalizando-a na Constituição de 1891. Os produtos primários permaneciam o objetivo básico das atividades econômicas. O café garantiu a conquista do seu monopólio no mercado mundial. Estes números confirmam o predomínio do café brasileiro:"de 1900 a 1930, a média anual oscila de 12 a 15 000 000 sacas, com anos excepcionais, como 1915, com 17 061 000, e 1928 com 26 100000. A produção de outros países deixa de girar ao redor dos 4 000 000, como fora até 1910, para atingir 6 444 000 em 1915, 8 557 000 em 1925, e 10 151 000 em 1929."(5) No princípio do século XX a exportação adquirira um rítmo de crescimento mais amplo, motivado pelo desenvolvimento e alargamento do mercado internacional,e o Brasil tornou-se um dos grandes produtores mundiais de matéria-prima e artigos tropicais. Além do café, figuravam na relação dos mais importantes gêneros exportáveis a borracha, o cacau, o mate, o fumo, o açúcar e os couros. Até o fim do período que abrange nosso estudo, a cultura cafeeira manteve seu lugar de primazia,e à sua sombra . oscilaram as demais culturas. A borracha tivera efêmero esplendor. A supremacia da produção brasileira sobre os demais países extendeu-se do último quartel do século passado até cerca de 1912. A / partir daí começou a ser alijada das praças internacionais pela concorrência da exploração dos seringais asiáticos, tornando-se ínfima a extração brasileira do latex, em relação ao sudeste da Ásia. O cacau florescera simultaneamente com a borracha, mas não de modo tão fulminante e nem chegara a ocupar igual posição, tendo sua exploração crescido de forma mais lenta, porém mais sólida. A parti-

cipação do cacau brasileiro no mercado externo logo fora superada pela do concorrente africano. Mesmo assim a produção dentro do / país não deixou de progredir, embora de maneira limitada. O açúcar não tendo condições de disputar o mercado estrangeiro prosseguira seu caminho, sempre em crise, e a maior parte de sua produção era consumida dentro do próprio país. As outras culturas mencionadas tiveram pouca expressividade nesta economia de exportação. Deve-se mencionar que a atividade pastoril sempre teve apreciável papel na economia nacional.

Nesse encadeamento de pressões internas e ex - ternas, a cultura que não se dirigisse para a exportação ou que não tivesse condições de competir no exterior,não prosperava, e em decorrência, a agricultura não se diversificou. Afora os gêneros exportáveis que ocupavam parcela mínima do território brasileiro, não havia lugar para mais nada, tudo o mais limitava-se a uma economia de subsistência que não bastava ao consumo local. É patente que neste clima, também não existia lugar para o desenvolvimento industrial. As tentativas de expansão da indústria deparavam invariavelmente com o bloqueio exercido pela pressão dos cafeicultores; "os capitais resultantes do superavit das crescentes exportações de café, destinam-se ainda preferencialmente a novas culturas de café."(6) No dizer de Caio Prado Jr. o Brasil dedicou àqueles gêneros " em proporção crescente, todas suas atividades, já não sobrando mais margem alguma para outras ocupações. Em consequência, decairá a produção de gêneros de consumo interno que se tornam cada / vez mais insuficientes para as necessidades do país e obrigam a importar do estrangeiro a maior parte até dos mais vulgares artigos

da alimentação. Os gêneros alimentícios figurarão na importação / com porcentagens consideráveis, cerca de 50 e mais por cento, situação paradoxal e inteiramente anômala, num país exclusivamente agrário como o Brasil."(7)

Reprimido por tantas dificuldades, fundamentalmente pelas já expostas, pelo atraso técnico-produtivo, pela dispersão do povoamento e o baixo nível de vida da população entravando o crescimento dos mercados consumidores, o desenvolvimento da atividade industrial começa a se fazer sentir na década final do / Império - 1880/89. Até essa época havia " predomínio quase absoluto do pequeno artesanato, exceto na produção de tecidos de algodão",(8), sendo através desta indústria a penetração da maquinofatura no Brasil. De cerca de 200 estabelecimentos industriais,em 1881, o número se elevou para mais de 600, em 1889. Neste ano, em ordem de importância por capital empregado, apareciam as seguintes indústrias: textil (60 %); alimentar (15%); de produtos químicos propriamente ditos e análogos (15%); de madeiras (4%); vestuário e toucador (3,5%) e metalúrgica (3%).(9). Em 1907, de acordo com o censo geral das indústrias, os estabelecimentos industriais haviam crescido para 3 258 (10), sendo ainda as atividades têxteis, primeiramente, e alimentícias depois, as mais importantes. / "Somente as indústrias de algodão, lã e juta apresentavam certa concentração. Nas demais, encontra-se excepcionalmente algum grande estabelecimento; o resto são pequenas unidades que não passam realmente de modestas oficinas com reduzido número de operários e inversão insuficiente de capital."(11)

A I Guerra Mundial incitou o país a incremen -

tar suas manufaturas, atingindo um surto inédito até esse momento.

Dispondo o Brasil de produtos que no jogo do comércio mundial não eram considerados completamente estratégicos, / sua economia movimentava-se conforme o que o mercado externo ditasse. Assim, quando a Grande Conflagração -1914/18 colocou em crise/ as trocas entre as nações, o Brasil teria inevitavelmente que sofrer os seus reflexos, os quais viriam, de certa forma, atuar favoravelmente na produção brasileira de bens de consumo. Com a guerra desorganizara-se o comércio internacional e os mercados consumidores contraíram-se, o que provocou baixa nos preços do café e redução na exportação brasileira. Os países em conflito diminuiram,e até mesmo interromperam certas produções manufatureiras, e não só retrairam a oferta destas, como passaram a necessitar de artigos imprescindíveis ao consumo imediato, sobretudo os relativos à alimentação. Frente à restrição da exportação do café, às necessidades das nações beligerantes, e vendo-se privado de certos produtos industrializados da Europa, o Brasil procurou ampliar outras atividades produtoras, visando a abastecer a si próprio e suprir a carência dos mercados europeus. A atividade industrial, cujo desenvolvimento processava-se lentamente e por outro lado, possuia muito / pouco significado nas remessas externas, a partir desse momento experimentou um surto notável, e tornou-se, pela primeira vez, expressiva nas pautas da exportação. E, fora a indústria da alimentação, mormente a da congelação da carne, a que obtivera melhores benefícios pela crescente procura européia.

Em 1914, existiam 7 430 estabelecimentos indus

triais, e passaram para 13 336, em 1920 (12). Portanto, nestes poucos anos surgiram mais de 5 000 estabelecimentos, o que mostra nitidamente a repercussão da guerra. Entretanto, este incremento não significou mudanças estruturais, tais como: progresso técnico-produtivo ou desenvolvimento de indústrias de bens de produção, e nem concentração da produção. Houve apenas mudança quanto à ordem anterior das duas principais atividades industriais: a da alimentação assumiu o primeiro lugar, tradicionalmente ocupado pela textil, perfazendo 40,2% da produção em 1920, e a textil 27,6%. As demais manufaturas permaneciam insignificantes.

A atividade pastoril progrediu notavelmente, e no setor agrícola várias culturas aumentaram suas produções, motivadas pela crescente demanda externa, por ocasião da guerra.

Todavia, passada a conflagração e com o restabelecimento econômico das nações conflitantes, a economia brasileira voltava-se novamente para a produção de gêneros tropicais, particularmente do café, e ao mesmo tempo a importação cresceu, em detrimento da produção interna. Na década de 20 a indústria sentiu-se fortemente atingida pela competição das manufaturas importadas e reduziu o rítmo de expansão. Na expressão de J. Normano, " a guerra causou dificuldade no suprimento e o Brasil aproveitou a / ocasião como fornecedor de emergência ".(13)

Apesar disto, os reflexos da I Grande Guerra / funcionaram como um elemento importante no desencadear do processo de deterioração do sistema econômico vigente, cuja derrocada veri

ficar-se-ia em 1929, quando o café, em sua trajetória de supremacia fora alvejado em seu ponto vulnerável, isto é, nos seus laços com os principais centros do comércio externo, os quais entraram / em profunda crise naquele ano, a partir da quebra da Bolsa de Nova Iorque. Era não só o desmoronar do café, mas de todo o mecanismo criado por ele. A partir daí a economia seguiria novos rumos, os quais não são objeto deste estudo.

2. SITUAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO PORTUGUÊS - 1880-1930

À semelhança do Brasil, a economia portuguesa no período de 1880 a 1930, evidentemente em condições diversas, assentava-se em base predominantemente agrária, dirigida para o mercado externo.

Portugal, no início do século XIX, encontrava-se numa profunda depressão econômica, arruinado pela invasão / napoleônica e debilitado pela influência da revolução industrial inglesa, o que acentuou-se com o tratado comercial de 1810, quando houve um aumento acentuado da importação de produtos ingleses. Anos depois, a emancipação do Brasil, colônia que lhe proporcionava a maior parcela de sua riqueza para a exportação, veio agravar ainda mais esta situação de dificuldade econômica. A conjugação destes fenômenos, fazendo a economia portuguesa passar por / crises sucessivas, mostrava a sua fragilidade e a necessidade urgente de procurar novas direções para refazer as suas bases mina-

das e débeis a alcançar um desenvolvimento mais sólido.No entanto, pelo século XIX a fora, Portugal manteve-se sujeito à Inglaterra , importando quantidades cada vez maiores de artigos desse país, cuja concorrência no seu mercado impedia o desenvolvimento da capacidade industrial e acentuava, cada vez mais, a tendência agrária de sua economia. O atraso técnico-produtivo refletia-se poderosamente no quadro do comércio externo, reduzindo o naipe de artigos exportáveis, fundamentalmente a produtos agrícolas ou agro-industriais.

Nestas circunstâncias, na segunda metade do século XIX, as atividades econômicas não apresentaram modificações / muito profundas até 1890. O país entregava-se à exploração da terra e descurava-se da indústria, exceto aquela que estivesse vinculada aos principais produtos do solo, como o vinho e o azeite. A cortiça, apesar de ser a segunda produção agrícola, não era industrializada, mas simplesmente exportada como matéria-prima. A atividade agrícola girava em torno da vitivultura, da cortiça, do azeite, das frutas, das madeiras, dos cereais e da pecuária. Com exceção do vinho e da cortiça, as demais culturas pesavam muito pouco no conjunto das remessas externas e nem sempre eram suficientes para abastecer o próprio consumo interno.

A circunstância de Portugal ser um país de estrutura agrária, tornava-o dependente do mercado estrangeiro ou / das grandes metrópoles industriais. Dependência que exercia forte influência na produção agrícola, favorecendo o incremento de certos setores em prejuízo de outros, tal como o café no Brasil, neste de forma mais acentuada, o desenvolvimento da viticultura ligava-se a este mecanismo da pressão do mercado externo sobre a produ

ção agrícola, visto que progredia ou regredia conforme a procura estrangeira. Eis alguns sintomas característicos:

a) Desde o século XVII a procura pelo Brasil e pela Inglaterra estimulava a produção de um tipo especial de vinho, o chamado vinho do Porto. Rapidamente este vinho tornou-se a mais importante exportação de Portugal. Até 1880 representou mais de 50 % do total do / vinho exportado, todavia, a partir de 1881, o mapa das exportações acusa seu declínio em relação ao vinho de consumo corrente, cuja / porcentagem até o início do século XX foi sempre superior a 56%(14) A posição de privilégio do vinho do Porto foi prejudicada pela queda dos preços no mercado inglês, o principal mercado deste tipo de vinho, o que concorreu para a crise e regressão vinícola na região do Douro, produtora do vinho do Porto.

b) Nos decênios finais do século passado, a longa depressão do preço do trigo, que foi acompanhada de perto por uma forte alta dos preços de vinho, com exceção do vinho do Porto,"desencadeada pela abertura ocasional do mercado frances, originou, então, uma notável expansão da viticultura. Quer em terras bravias, quer em terras do pão, as plantações sucedem-se. Em algumas regiões uma perigosa tendência para a monocultura vem a afirmar-se" (15). No entanto, em 1890, os comerciantes franceses deixam de comprar o vinho / português, não só pela reconstituição dos vinhedos franceses, como também pelo encarecimento daquele vinho. Esta contração do mercado frances gera crise na viticultura que se agrava pelos efeitos da / filoxera (16).

c) Alguns anos mais tarde dois mercados permitiram à viticultura / portuguesa certa recuperação econômica: o Brasil e a África.

Embora tivesse contrações temporárias no mercado estrangeiro, o vinho encontrava condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Fato é que a cultura da vinha alastrava-se em várias regiões do país, conquistando terras virgens ou substituindo outras culturas, especialmente na Extremadura e no Ribatejo. As estatísticas evidenciam o aumento do cultivo da vinha-de 220.000 hectares em 1873 cresceu para 313.000 (17) no princípio do século / XX -, da produção do vinho e da exportação , deixando longe as cifras dos demais gêneros agrícolas exportáveis. Nenhum outro produto chegava a disputar de perto a sua posição. Em 1880 o volume da exportação era de 593.300 hectolitros, no valor de 9.600 contos,em 1890 este volume cresceu para 913.800 hectolitros e o valor para / 10.900 contos e em 1898 remetia-se para o exterior 864.100 hectolitros, no valor de 11.500 contos (18). Estes valores equivaliam , respectivamente a 38,96 %, 50,59 % e 36,88 % do valor total da exportação portuguesa. Portanto, o vinho constituia o fator de maior peso na balança comercial e na riqueza nacional, e tendia a ser mono-produto, do ponto de vista de exportação, embora o mesmo não acontecesse do ponto de vista agrário.

O grande interesse dos comerciantes do vinho em torno de sua produção, pressionando a economia nacional no sentido de obstar um desenvolvimento econômico generalizado,por temer que seu produto perdesse a posição de privilégio que ocupava há séculos dificultava o incremento de outras culturas existentes que poderiam contribuir para o progresso global do país. Apesar desta situação, nas últimas décadas do século precedente, a cortiça conquistou um lugar proeminente no quadro produtivo, representando, logo a seguir ao vinho, a maior rubrica da exportação, figurando em segundo

lugar nos valores da balança comercial portuguesa. Os índices dos mapas estatísticos demonstram um crescimento sensível e constante do cultivo, da produção e da exportação da cortiça, de tal sorte, que Portugal chegou a ser o maior produtor e exportador mundial desta mercadoria.

O azeite, embora fosse um produto tradicional em Portugal, possuía, na segunda metade da centúria passada, uma colocação secundária no conjunto da sua economia. Sua produção estacionara, e era exportado em pequena quantidade, por ser totalmente necessário ao consumo interno.

Além dos artigos já referidos, as frutas e a madeira tinham relativa importância, e estavam sempre presentes nas pautas de exportação.

Portugal, apesar de ser um país essencialmente agrário, possuia deficit de produção, quer no setor pecuário, quer no setor agrícola ligado aos gêneros de primeira necessidade. Para preencher essa lacuna, importavam-se anualmente quantidades consideráveis, e sempre crescentes, das mais variadas substâncias alimentícias, provenientes, sobretudo, da Europa. Estas figuraram sempre em segundo lugar nas compras externas. Em 1892 correspondiam a 36,4 % e em 1900 a 25,7 % do valor total das mercadorias importadas. Em primeiro lugar estavam as matérias primas que procediam maciçamente do exterior, perfazendo 39,6 % em 1892 e 45,8 % em 1900, do valor total das mercadorias entradas no país.(19)

No setor da indústria, Portugal apresentava um índice de desenvolvimento muito baixo. No último quartel do século algumas indústrias decaíram como a da seda e a siderúrgica, esta / de importância basilar. Por outro lado verificaram-se tentativas em novos ramos. É o caso da produção de super-fosfatos e de cimento , que alcançaram progressos razoáveis. Porém, foram nas atividades / tradicionais da indústria portuguesa que se operou maior crescimento, na do tabaco e na textil algodoeira, que "dispunha em 1875 de 50.000 fusos e em 1899 de 230.000, encontrando-se, todavia, longe de abastecer o mercado interno".(20). Além destas duas, as indústrias mais significativas eram as vinculadas aos produtos oriundos do solo e do mar, sobressaindo-se a das conservas de atum e de sardinha. "Em 1881 existiam, conforme o Inquérito Industrial, algumas grandes empresas, como a dos tabacos, a textil algodoeira e a dos lanifícios". Com exceção destas e "em parte a da produção da / moagem,a da metalurgia, as das conservas e das indústrias vidreiras e cerâmicas dominavam as unidades minúsculas, empregando 1, 2 ou 3 pessoas".(21)

A pressão dos mercados externos sobre a economia portuguesa, exercida sobretudo pela Inglaterra, impediu completamente o desenvolvimento do setor industrial. Os ingleses dominavam o mercado português inundando-o com seus produtos industrializados, e, em contrapartida, eram os maiores compradores das mercadorias lusitanas. Contudo a pressão inglesa obstruindo a industrialização portuguesa, não se fazia sozinha, vinha acompanhada da pressão dos vinicultores, sempre contrários a tudo que pudesse afetar/ a posição privilegiada do vinho. Cerceados por estes e outros condicionalismos que não cabe aqui abordar, Portugal encerrou o século XIX sem propulsionar seu processo de industrialização.

É mister sublinhar que Portugal não contava unicamente com os produtos metropolitanos. As colonias africanas, com suas mercadorias, passaram a desempenhar um papel cada vez mais significativo no comércio externo da metrópole. A virada portuguesa, que se processou anos depois da independência do Brasil, só se intensificou nos derradeiros anos do século, especialmente por volta de 1890, quando o país atravessou uma forte crise econômica-financeira e política, agravada pelo fato da Inglaterra deixar de comprar várias mercadorias, antes importadas com regularidade. Bento Carqueja afirma que "o comércio com as colonias ajudou a reabilitação econômica portuguesa".(22)

Ao declinar o século XIX as colonias africanas não só forneciam à metrópole matérias-primas ou "gêneros chamados coloniais", mas também iam ganhando importância como mercados consumidores dos artigos metropolitanos, nomeadamente o vinho, os tecidos de algodão e os produtos alimentares. A borracha procedente de Angola, o cacau de S.Tomé e Príncipe e o café das duas, formavamas principais riquezas coloniais que serviam à Metrópole, como gêneros de consumo e de reexportação.

Outra característica que marcava profundamente a economia portuguesa era o fenômeno da emigração, decorrente do / desequilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o crescimento da população. O número de emigrantes não cessou de crescer até o final do século, oscilando as taxas anuais entre 10.000 a 15.000 indivíduos, de 1873 a 1880. Em seguida, de 1881 a 1890, estes números aumentaram sensivelmente variando de 14.000 a 29.000. E cresceu ainda mais de 1891 a 1900,variando de 17.000 a 40.000 indivíduos(23).

Estes dados referem-se às estatísticas oficiais, sem computar a / emigração clandestina. A maior parte dessas pessoas se destinava ao Brasil. Por outro lado, o dinheiro remetido pelos emigrados à sua pátria consistia uma poderosa fonte de renda, funcionando deste modo como um fator de reajustamento econômico.

Portugal manteve-se durante as três primeiras décadas do século XX sem apresentar inovações em sua estrutura econômica. A mudança do regime político com o advento da República / (1910) não se fez acompanhar de qualquer mudança econômica. A I Grande Guerra também não operou nenhuma transformação particular neste sentido. Trouxe apenas expansão geral do comércio, aumentando os volumes e os valores das exportações e importações, porém / não ampliou a lista de produtos exportáveis. A agricultura permaneceu o que sempre fora - a atividade produtiva mais importante. O vinho continuava o fulcro da economia nacional. A área da viticultura extendeu-se de 313 000 hectares em 1902/7, para 345 000 / em 1929 (24); a produção obteve a média de 4 200 000 hectoli- / tros no triênio 1901/3, e aumentou para a média de 5 600 000 no triênio 1923/5 (25), o que representou até 1930 o maior valor no quadro das exportações, variando entre 9 e 12 mil contos de 1901 a 1910; 11 e 23 mil contos de 1911a 1918; 76 e 337 mil contos de 1920 a 1930 (26). "Em capital para salários e granjeios, em influência no mercado comercial de consumo e de exportação e até nas / oscilações do câmbio a vinha - ou o vinho, exerce uma supremacia maior do que qualquer outro ramo da atividade agrícola do país. / Em toda parte se vive da vinha, dos seus produtos e dos sub-produtos. Os comerciantes, os comissários, as fábricas de garrafa e

de rolhas, os tanoeiros, os importadores e os exportadores e até os banqueiros, encontram na vinha uma larga percentagem dos seus lucros". (27)

A cortiça e as frutas detinham o segundo e o terceiro lugares, respectivamente, na produção e exportação do setor agrícola. Além destas mercadorias, o comércio externo lusitano era enriquecido pelos produtos procedentes das colônias africanas, sobretudo o café, o cacau e a borracha, tendo a produção destes crescido sensivelmente em relação ao século anterior, e neste século o açúcar, as oleaginosas e a cera figuravam também como os maiores artigos coloniais de exportação.

A industrialização não se fizera. Até a década de 20, " embora houvesse, naturalmente, progresso da atividade econômica - quantitativamente expressa - quer no que respeita à sua estrutura técnico-econômica interna.(...) A gama de diversificação industrial era estreita, e faltavam grandes unidades fabris. Contudo, iam surgindo alguns ramos novos, particularmente / na indústria ligeira - adubos, tintas, vernizes -, um ou outro / ramo da metalomecânica como o fabrico de pequenos motores elétricos ." (28) Alargou-se a indústria textil e a do cimento, porém teve maior progresso a das conservas de peixes, que após a I Guerra passaram a ocupar, logo a seguir ao vinho, o segundo lugar no mapa das exportações. Ressalvando-se a indústria de conservas de peixes, a Grande Guerra exerceu influência mínima no sentido de / ampliar e impulsionar o crescimento de outras modalidades fabris.

Assim, o vinho, as conservas de peixe, a cortiça e os produtos coloniais formavam o alicerce da exportação portuguesa. Por outro lado, as matérias primas e as substâncias alimentícias compunham as mercadorias basilares da importação. As primeiras representavam quase a metade, e as segundas um quarto ou mais das compras externas até 1930.

O fluxo migratório não cessara. O Brasil ainda absorvia a maior quantidade dos milhares de portugueses que / partiam de sua pátria, em busca de uma vida melhor. E a remessa / de numerário, por parte dos emigrantes, continuava pesando ouro na deficitária balança comercial portuguesa.

Embora seja geral, a caracterização precedente da situação econômica dos dois países em estudo, é suficiente para se estabelecer analogias entre eles.

Tanto a economia brasileira quanto a portuguesa, no período enfocado, repousaram suas produções fundamentalmente no setor agrário, e o fator dinâmico das duas situava-se no comércio externo. Este, por sua vez, regia o comportamento de todas suas atividades. A circunstância destas economias serem dirigidas para o mercado internacional tornavam-nas inteiramente dependentes das metrópoles industriais, com as quais envolviam-se em semelhantes compromissos, e colocava-os na mesma posição de países periféricos.

Seus setores agrários concentravam-se numa / faixa reduzida de produtos exportáveis. Enquanto o Brasil constituía um país novo, de economia em formação, ou, com seus produtos agrícolas em mudança e assentava-se na monocultura, Portugal era um país velho, de economia estagnada, ou, com agricultura composta de produtos estáveis e com certa diversificação. Se considerarmos sua área colonial, possuía, em parte, os mesmos gêneros / tropicais produzidos no Brasil.

Neste meio século a industrialização inexistiu num e noutro país. Com exceção de alguns grandes estabeleci-/ mentos, sobretudo dos ramos têxteis e alimentícios, os demais formavam unidades minúsculas, isoladas e sem significado, em produção.

Em ambos ocorria o fenômeno da migração. Se por um lado, em Portugal o defasamento entre o crescimento da população e da economia provocava anualmente a saída de milhares de / braços, por outro lado o Brasil carecia de mão de obra, e recebia por ano grandes contingentes de imigrantes, para atender à demanda de sua lavoura, e acolhia a maior parte dos portugueses emigrados.

Considerando as condições expostas, isto é, / dois países de economia agrária, uma estável, outra em mudança, / não industrializados, dispondo, até certo ponto, dos mesmos produtos, e sofrendo as mesmas pressões externas, como se processou o tráfico entre Brasil e Portugal ? Como garantiram o intercâm

bio comercial? Que papel desempenhou a emigração no contexto de suas relações econômicas?

CAP. I. ASPECTOS METODOLÓGICOS E ESCLARECIMENTOS

1.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

1.1.1 - Método de Análise

Devido à natureza do assunto do presente estudo, assim como das fontes e documentos encontrados, conduziu-se a análise e consequentes conclusões com base em dados estatísticos, ou mais especificamente em tabelas e gráficos indicando os índices evolutivos do comércio Brasil - Portugal. A construção destes instrumentos de análise foi possibilitada pela existência de documentos homogêneos que oferecem séries estatísticas completas sobre a importação e exportação entre os dois países, interrompidas, apenas, nos anos de 1883 e 1884. Frente a tais condições, o método orientador será o quantitativo. Os dados qualitativos sobre este assunto são reduzidos. A maior parte refere-se a material bibliográfico. Os documentos são escassos.

Frisa-se que as fontes e documentos consultados e pesquisados são exclusivamente portugueses. Com exceção de uma reduzida bibliografia, não se encontrou em Portugal dados estatísticos e documentos brasileiros para o período tratado. Sem estes é natural que haja lacunas e até mesmo distorção na análise, bem como as conclusões penderão mais à Portugal do que ao Brasil.

Adverte-se que todas as tabelas e todos os

gráficos deste estudo foram elaborados a partir de uma fonte única e definida: ESTATÍSTICA DE PORTUGAL - COMÉRCIO EXTERNO, Lisboa, Imprensa Nacional.

No entanto, os dados ali encontrados não têm unidade nem quanto ao tempo, nem quanto aos pesos e medidas. Também suas ordenações são caóticas, isto é, não há um critério único, quer na apresentação dos produtos, quer nas classes de mercadorias, embora seja possível dar-lhes uma ordem. Em virtude desta situação, procurou-se simplificar, unificar e ordenar os dados coletados.

1.1.2 - Reclassificação das Mercadorias

Como as estatísticas portuguesas de 1880 a 1930 não apresentam uma classificação homogênea das mercadorias importadas, foi necessário proceder a uma reclassificação das mesmas, ou seja, empregar um critério único de ordenação, válida para todo aquele período. Sem tal procedimento seria inexequível a construção de tabelas, mapas e gráficos indicando a evolução, ou ainda o rítmo, do comércio luso-brasileiro, bem como seria impossível estabelecer análise comparativa.

Há nas estatísticas do comércio externo, mapas demonstrativos das mercadorias importadas e exportadas, especificando por valores e quantidades e ainda por países de procedência e destino, os mais diversos artigos que compõem as classes de mercadorias. Estes mapas suficientemente discriminados, proporcionaram condições para transformar as classificações, isto é, per

mitiram reunir ou desdobrar os diferentes grupos de mercadorias, a fim de formarem novas classes.

Eis as classificações empregadas nas pautas do comércio externo português:

1ª - de 1880 a 1886

1- Animais vivos

2- Produções e despojos animais

3- Pescarias

4- Lãs e pelos

5- Seda e tecidos mistos

6- Algodão

7- Linho

8- Madeiras

9- Farináceos

10-Gêneros chamados coloniais

11-Matérias vegetais

12-Metais

13-Minerais

14-Bebidas

15-Vidros, louças e produtos cerâmicos

16-Papel e suas aplicações

17-Produtos químicos

18-Produtos e composições diversas

19-Manufaturas de composições diversas

2ª- de 1887 a 1891

1- Animais e seus produtos

2- Lãs e pelos

3- Seda

4- Algodão

5- Linho e seus congêneres

6- Madeira

7- Substâncias minerais

8- Metais

9- Substâncias alimentícias

10-Instrumentos, máquinas, aparelhos e utensílios empregados na ciência, nas artes, na indústria e na agricultura

11-Diversas substâncias e produtos:

- Mercadorias livres do direito de importação e exportação, mas sujeitas na importação ao imposto de 2 % ad valorem , por portos e barras
- Mercadorias livres de direitos de importação e de outro imposto qualquer
- Tabaco em bruto

3ª- de 1892 a 1930

1- Animais vivos

2- Matéria-prima

3- Fios, tecidos e respectivas obras

4- Substâncias alimentícias

5- Aparelhos, instrumentos, máquinas, utensílios, embarcações, veículos e armas

6- Manufaturas diversas

Destas três apresentadas, procurando seguir em primeiro lugar aquela que aplicasse um critério mais racional e operativo na distribuição em classes de mercadorias transacionadas, e, em segundo lugar, aquela que abrangesse maior parte do período em estudo, optou-se pela classificação e nomenclatura paul tal de 1892 a 1930. Assim, as duas primeiras foram reduzidas ou igualadas à de 1892.

Procedimento para a reordenação das classes de mercadorias:

1- De 1880 a 1886

1ª - "Animais vivos" - esta permaneceu inalterada, coincide perfeitamente com a classe "animais vivos" de 1892.

2ª - "Produções e despojos animais" - foi desdobrada em : "substâncias alimentícias","matérias-primas" e "manufaturas diversas".

3ª - "Pescarias" - os produtos desta foram transferidos para as classes de:"matéria-prima","manufaturas diversas" e "substâncias alimentícias".

4ª - "Lãs e peles"- esta dividiu-se em duas: "matéria-prima" e "fios , tecidos e respectivas obras".

5ª - "Seda e tecidos mistos" - desmembrou-se em:"matéria-prima" , "manufaturas diversas" e "fios, tecidos e respectivas obras".

6ª - "Algodão" - seus artigos passaram a formar as classes:"matéria-prima" e "fios e tecidos e respectivas obras".

7ª - "Linhos" - esta desfez-se em duas: "fios,tecidos e respectivas obras" e "matérias-primas".

8ª - "Madeira"-desdobrou-se em:"matérias-primas"e"manufaturas diversas".

9ª - "Farináceos" - foi inteiramente englobada na classe de "substâncias alimentícias".

10ª- "Gêneros chamados coloniais"- descompos-se em: "substâncias alimentícias" e "matérias-primas".

11ª- "Produtos vegetais diversos"- para igualar à nova classificação desmembrou-se em:"matérias-primas" e "substâncias alimentícias".

12ª- "Metais"- transformou-se em:"manufaturas diversas" e "matérias-primas".

13ª- "Minerais"- passou a compor as classes de:"matérias-primas"e "manufaturas diversas".

14ª- "Bebidas"- foi aglutinada em:"substâncias alimentícias".

15ª- "Vidros, cristais e produtos cerâmicos"- dividiu-se em:"manufaturas diversas" e "matérias-primas".

16ª- "Papel e suas aplicações"- desdobrou-se em:"matérias-primas" e "manufaturas diversas".

17ª- "Produtos químicos"- foi incluída na classe de "matérias - primas ".

18ª- "Produtos e composições diversas"- decompos-se em: "manufaturas diversas" e "matérias-primas".

19ª- "Manufaturas de matérias diversas"- seus artigos foram transferidos para: " aparelhos, instrumentos, máquinas, utensílios, embarcações, veículos e armas", "manufaturas diversas" e " fios, tecidos e respectivas obras ".

2- De 1887 a 1891

1ª - "Animais e seus produtos"- esta classe desmembrou-se em:"matérias-primas","animais vivos" e "substâncias alimentícias".

2ª - "Lã e pelos" - dividiu-se em: "fios,tecidos e respectivas obras" e "matérias-primas".

3ª - "Seda"-foi decomposta em:"fios,tecidos e respectivas obras"e "matérias-primas".

4ª - "Algodão"- seus componentes passaram a formar as classes de: "matérias-primas" e "fios,tecidos e respectivas obras".

5ª - "Linho e seus congêneres"- desfez-se e reuniu-se às classes de:"fios,tecidos e respectivas obras" e "matérias-primas".

6ª - "Madeira"- seus artigos foram transferidos para:"manufaturas diversas" e "matérias-primas".

7ª - "Substâncias minerais, vidros, cristais e produtos cerâmicos" desdobrou-se em:"matérias-primas" e "manufaturas diversas".

8ª - "Metais"- seus produtos passaram a constituir as classes de: "manufaturas diversas" e "matérias-primas".

9ª - "Substâncias alimentícias"- esta não sofreu alteração, equivale exatamente à classe de idêntico nome de 1892.

10ª- "Instrumentos, máquinas, aparelhos e utensílios empregados / na ciência, nas artes, na indústria e na agricultura"- não sofreu transformação, coincide perfeitamente com a classe / "aparelhos, instrumentos, máquinas, utensílios, embarcações, veículos e armas" de 1892.

11ª- "Diversas substâncias e produtos"- desmembrou-se em:"matérias-primas" e "manufaturas diversas".

12ª- "Manufaturas diversas"- nesta não houve modificação, corresponde exatamente à classe de igual designação de 1892:

- "Mercadorias livres do direito de importação e exportação, mas sujeitas ao imposto de 2 % ad valorem para portos e barras"-estas mercadorias passaram a integrar as classes de:"animais vivos","matérias-primas","substân -

cias alimentícias","fios,tecidos e respectivas obras"e "manufaturas diversas"

- "Mercadorias livres de direitos de importação e de outro imposto qualquer"- estas mercadorias constituem ouro e prata em barra e em moeda e não foram incluídas / em nenhuma das seis classes de 1892. Formam um ítem à parte.
- "Tabaco em bruto"- foi incluído na classe de matérias-/ primas".

Procedida esta redistribuição, reuniu-se as mercadorias pertencentes às mesmas classes, ou de idêntica designação, somando-se os seus respectivos valores e quantidades.

Ao construir as tabelas das classes de mercadorias, não se conservou a ordem de distribuição das estatísticas oficiais, isto é: 1ª - animais, 2ª- matérias-primas, 3ª-fios,tecidos e respectivas obras, 4ª-substâncias alimentícias, 5ª-aparelhos, instrumentos, máquinas utensílios, embarcações, veículos e armas, 6ª- manufaturas diversas. Adotou-se um critério valorativo, dispondo-as nas tabelas, segundo a ordem de importância de cada uma na exportação e na importação (Quadros VI e XI).

1.1.3 - Unificação da quantidade

Deparou-se ainda com o problema da ausência / de uniformidade no registro das quantidades das mercadorias importadas e exportadas, pois as estatísticas do comércio externo computam-nas com diferentes unidades, desde quilogramas, gramas e de

calitros, até metros, metros quadrados e metros cúbicos; pares / (luvas, sapatos); milheiros (ovos, laranjas); número de peças (veículos, instrumentos musicais) e número de cabeças (gado).

Frente a esta heterogeneidade, procurou-se,na medida do possível, unificar as diferentes unidades em quilogramas, a fim de converter as tabelas num instrumento de uso mais prático. Quanto aos artigos registrados em metros, metros quadrados, metros cúbicos, pares, milheiros e número de peças, resolveu se eliminá-los das tabelas referentes às quantidades. Primeiro, / porque a supressão destes oferece uma margem de erro muito reduzida, não chegando a representar meio por cento das exportações e importações. Segundo, em virtude da grande dificuldade em transformar tais unidades em quilogramas. E quanto aos " animais vivos", preservou-se o mesmo sistema de quantificação (número de cabeças), devido à diminuta importância que lhes cabia no conjunto do comércio, e também a mesma unidade se extende para toda a classe. Deste modo, somente os decalitros foram convertidos em / quilogramas (Quadro A 1 , vide Anexos).

As bebidas e o azeite são os únicos produtos/ computados em decalitros. Para transformá-los em quilogramas empregou-se a seguinte expressão matemática $P = V \cdot D$, onde P é o peso , obtido emquilogramas; V é o volume em litros ou decímetros cúbicos e D a densidade ou peso específico, expresso em quilogramas/litros ou decímetros cúbicos.

(29)

Estes produtos têm as seguintes densidades:

1. Azeite - 0, 910 kg/l;
2. Bebidas
2.1 - Vinho
- vinho comum tinto = 0, 994 kg/l;
- " " branco= 0, 992 kg/l;
- " espumoso = 0, 992 kg/l;
- " licoroso = 1, 020 kg/l;
- " do Porto = 1, 020 kg/l;
- " da Madeira = 1, 020 kg/l;

2.2 - Vinagre = 1, 010 kg/l;
2.3 - Licor = 1,100 kg/l;
2.4 - Geropiga= 1, 020 kg/l;
2.5 - Conhaque e aguardente preparada = 0, 950 kg/l;
2.6 - Aguardente simples = 0, 932 kg/l;
2.7 - Genebra = 0,941 kg/l;
2.8 - Álcool = 0, 814kg/l;
2.9 - Cerveja = 1, 010kg/l;

É mister sublinhar que as densidades das bebidas são muito variáveis, e portanto, os índices aqui expressos / correspondem a valores médios .

1.1.4 - Seleção dos principais produtos

Devido à irregularidade do comércio Brasil-Portugal, tornava-se difícil selecionar os principais produtos, exceto dois ou três, durante os 50 anos que este estudo abrange. Para obtê-los quantificou-se aqueles produtos que apareceram com maior frequência nos cinco primeiros lugares, de 1880 a 1930. Assim, / dos produtos brasileiros exportados para Portugal, neste período, " couros e peles em bruto ", 49 vezes estiveram presentes entre/ os cinco; " algodão " 48 vezes;"café" 37 vezes; " farinha de pau" 26 vezes;"tabaco" 19 vezes. Dos produtos portugueses importados / pelo Brasil, as frequências, nos cinco primeiros lugares foram :

"vinho" - 49, "azeite" - 40,"batatas"- 32,"sardinhas e outros peixes" - 32, "legumes secos" - 29, e"cortiça" - 21 vezes.

E se ainda somarem-se as parcelas anuais destes produtos para obterem-se os seus totais, nestes 50 anos, confirmar-se-á a colocação dos mesmos entre os cinco primeiros lugares.

1.1.5 - Gráficos

Na maior parte dos gráficos apresentados ficou-se limitado à utilização do papel semi-logarítmico, devido às grandes diferenças existentes entre as grandezas representativas dos valores, assim como das quantidades, acentuadamente nas situações máximas e mínimas. Observe-se, por mera ilustração, no gráfico 6 ,onde o mínimo é 1 000 mil réis, e o máximo valor atinge a elevada cifra de 66 507 900 mil réis. A representação de tais / dados em escala decimal exigiria folha com dimensões inconvenientes, ou os valores mínimos tornar-se-iam imperceptíveis, se utilizada folha de formato A 4 (210 x 297 mm), como as deste trabalho.

1. 2 ESCLARECIMENTOS

a) O movimento comercial nas estatísticas portuguesa é representado pelo comércio geral e pelo comércio especial. Considera-se importação em comércio geral, nestes documentos, o ato de entrada de mercadorias estrangeiras e das colonias nos portos ou

nas fronteiras que fiquem em depósito para mais tarde se destinarem ao consumo e à reexportação -saem com despacho de reexportação as mercadorias que entram por mar e partem por mar; quer sigam em ato sucessivo para outros países, tendo atravessado território português, ato designado de trânsito internacional; quer / sejam imediatamente transbordados de uns para outros navios de longo curso - baldeação. Considera-se também exportação, em comércio geral, a saída de todas as mercadorias pelos portos ou pelas fronteiras para países estrangeiros ou colônias - quer sejam de produção nacional, quer sejam estrangeiras, ainda que tenham / sido nacionalizadas, e que para outros destinos sigam; quer passem diretamente dos depósitos para os navios de comércio, ou de navio para navio.

Entende-se por comércio especial somente: 1) importação de mercadorias estrangeiras e das colonias, para consumo; 2) exportação de produtos nacionais e nacionalizados.

Neste estudo considerar-se-á apenas o comércio especial, tendo em vista a insignificância da reexportação,da baldeação e do trânsito internacional no intercâmbio comercial / Brasil-Portugal.

b) Os objetos importados e despachados para consumo para o corpo diplomático, para os ministérios, para as obras públicas, hospitais e outras aplicações (todos isentos de tarifas alfandegárias), não foram reunidos nas estatísticas com as outras

mercadorias. Constituem mapas especiais. Não se operou com tais / objetos por considerá-los inexpressivos no intercâmbio comercial.

c) O ouro e a prata,em barra ou em moeda, não estão incluídos, quer nos mapas que designam o movimento geral das mercadorias por classes, quer naqueles que demonstram os totais da importação e exportação. Seus valores e quantidades estão indicados em mapas especiais.

d) Apesar do direito alfandegário ser um elemento de relevante significado nas relações de comércio, não foi possível incluí-lo neste estudo. Isto, em virtude dos mapas do comércio externo não declararem os direitos cobrados de cada país, ou pagos para cada país, mas unicamente o total (soma de todos os países) das taxas cobradas de cada produto importado ou exportado.

e) Tendo em vista que todos os Quadros estatísticos foram construídos com dados de uma única fonte, já mencionada, evitou-se repetir a citação da mesma após a apresentação de cada Quadro.

f) A partir de 1913 a moeda portuguesa mudou sua denominação de mil réis para escudo. Entretanto, não houve nenhuma alteração no valor da mesma. Porisso, visando facilitar a operação / dos dados, manteve-se a denominação mil réis, até 1930.

CAP. II - AS PRINCIPAIS FASES DO COMÉRCIO LUSO-BRASILEIRO

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Brasil, excluindo a Inglaterra, sempre representou para Portugal, desde a época colonial, um mercado de / grande valor para o escoamento da sua produção, principalmente do vinho, do azeite, de outros prodútos alimentícios e de tecidos. Por outro lado, era a colônia que proporcionava maior rendimento à metrópole. Fornecia-lhe "não só produtos tropicais utilizados na alimentação (açúcar, farinha de mandioca e arroz), como ainda sustentava a produção das fábricas dando-lhes o algodão que / iria aervir de matéria-prima. Para além disso havia o ouro, os coiros e os diamantes e outros gêneros brasileiros, como o tabaco e drogas, que entravam em Portugal dando lucro não só às alfândegas do Reino, como aos negociantes portugueses que se dedicavam à importação e exportação e que tinham a sua principal receita nos produtos brasileiros (...).Os produtos que mais rendimento davam às alfândegas eram tropicais. As produções do Brasil exportadas para as nações estrangeiras rendiam em diversos anos o dobro ou mais das produções do Reino." (30).

Com a independência do Brasil, o tráfico entre as duas nações não se interrompera, mas já não se processava de forma tão intensa como antes. Se após 1822 Portugal perdera / sua importância como mercado consumidor dos produtos brasileiros, o mesmo não se verificou em relação ao Brasil, pois manteve-se, de

pois da Inglaterra, um dos maiores consumidores dos produtos lusitanos, ocupando quase que invariavelmente o segundo lugar durante a primeira metade do século XIX.

Acrescenta-se que até aproximadamente 1850 / havia ainda uma particularidade expressiva no comércio das duas nações: o tráfico negreiro. Mesmo depois da emancipação o Brasil continuou a comprar escravos das colônias africanas, sobretudo de Angola. " O comércio negreiro prossegue até cerca de 1850. Se no início do século XIX, o emprego do trabalho escravo diminuira no Brasil - (...) - no segundo quartel do século XIX verifica-se um movimento inverso. A extensão da cultura do café provoca então o seu recrudescimento.(...)

Foi a proibição da entrada de escravos no Brasil em 1850 (lei de Eusébio de Queirós publicada a 4 de Setembro de 1850), que veio interromper quase inteiramente este comércio" (31).

No segundo quartel desse século dois tratados consolidaram o comércio entre as duas citadas nações: 1º "Tratado de Amizade e Aliança entre El-Rei o Senhor D. João VI de Portugal e D. Pedro I, Imperador do Brasil, feito por mediação de Sua Majestade Britânica, assinado no Rio de Janeiro a 29 de agosto de 1825, e ratificado por parte de Portugal em 15 de novembro e pela do Brasil em 30 de agosto do dito ano:"(32). Os artigos V e X deste, definem os termos do tráfico entre os dois reinos.

2º Visando consolidar as relações políticas, entre as duas Coroas, promover e ampliar as da navegação e comércio foi celebrado um " Tratado de Comércio e Navegação entre a Rainha Senhora Dona Maria II de Portugal e Dom Pedro II Imperador do Brasil assinado no Rio de Janeiro a 19 de maio de 1936". Por volta de 1850 este tratado deixava de vigorar (33).

De 1850 a 1880, as relações comerciais luso-brasileiras consistiam num intercâmbio de países com estados de desenvolvimento semelhantes. Eram dois países agrícolas e havia / uma hegemonia concernente ao nível técnico-produtivo de ambos, isto é, caracterizavam-se por serem dois países não industrializados. Deste modo havia poucas possibilidades para o incremento desse comércio. Entretanto, o Brasil permaneceu um escoadouro importante para os produtos portugueses, mantendo-se como segundo cliente até 1880.

" Entre 1865 e 1879, 13,38 a 21,50% das exportações portuguesas dirigem-se para aquele país. Durante este mesmo período, as mercadorias provenientes do Brasil diminuem: de 12,15% em 1865 passam para 6,33 a 8,33% em 1875-79".(34) Assim, este comércio saldava constantemente de forma favorável a Portugal.

No decorrer desses três decênios, um elemento importante surgiu no intercâmbio econômico entre os dois países : a emigração portuguesa. Esta, fez do Brasil uma significativa fonte de renda para as finanças portuguesas através da remessa de /

parte do capital produzido pelos emigrados.

A evolução das trocas comerciais Brasil-Portugal, nas duas últimas décadas do século XIX e nas três primeiras do século XX será objeto das análises a seguir desenvolvidas.

Primeiramente deve-se sublinhar que esta análise terá como linha condutora os valores, por constituirem os elementos mais importantes num estudo do comércio externo. As quantidades serão operadas como elementos complementares daqueles.

Através do exame das tabelas e dos gráficos / que demonstram a evolução das importações e exportações luso-brasileiras de 1880 a 1930, observa-se imediatamente duas etapas bem distintas no comércio entre os dois países. As cifras dos Quadros I, II e III, as linhas dos Gráficos 4 e 5, e as colunas dos Gráficos 1, 2 e 3, acusam claramente uma inversão nas relações de trocas comerciais, ou, a passagem de uma etapa para outra, nos anos que circundam a I Conflagração - 1914/18. Incontestavelmente, o fator central que estabeleceu a divisória no processo do tráfico foi a Primeira Grande Guerra. Os desníveis provocados nos valores da importação e exportação, nestes anos, foram de tal ordem que / permitem dividir a evolução do comércio em duas fases: a primeira de 1880 a 1918, antes e durante a guerra; a segunda, compreendida entre 1919 e 1930 - após a guerra.

2.2 PRIMEIRA FASE : 1880 A 1918

Visando facilitar e tornar mais clara a análise da evolução comercial, esta fase desdobrar-se-á em sub-períodos, para o que se tomou como orientação os Gráficos 1, 2, 3, 4e 5, aassim como os Quadros I, II e III. Cada sub-período corresponderá aos anos em que o desenvolvimento do comércio manifestar a mesma tendência. Sempre que houver alteração passar-se-á a um novo sub-período. Como esses trechos não coincidem para a importação e a exportação, preferiu-se analizá-los separadamente.

- IMPORTAÇÃO -

1º - De 1880 a 1887 - Nestes 8 anos, apesar da lacuna / de 83/4, nota-se um sensível declínio dos valores importados (Gráfico 4). Em números absolutos as compras decresceram de 5 964 400 mil réis, em 80, para 3 863 200, em 87. Também os percentuais que indicam a participação do Brasil na exportação portuguesa decresceram de 24,2 para 17,4.

O quantum tende a seguir de 80 a 86 o declínio verificado nos valores. Deve-se esclarecer que as quantidades continham parcela considerável de produtos muito pouco valiosos, sobretudo o sal comum e pedras de mármores, dentre outros.(Gráfico 5)

2º - De 1888 a 1896 - Neste período houve um revigoramento da importação. Os valores e as quantidades apresentaram um crescimento sensível, em relação ao sub-período anterior (Gráfi-

cos 4 e 5). Aqueles variavam de 4 194 600 (mínimo), em 1888, a 7 342 200 mil réis (máximo), em 1896. E as quantias estiveram entre 52 759 800 e 75 368 800 quilos.

A posição do Brasil na exportação portuguesa ascendeu consideravelmente. Se este sub-período iniciou-se contribuindo / com 17,9% , em 1893 atingiu 30,6%, fração mais alta alcançada em toda a sua importação de Portugal, no meio século percorrido por este trabalho. Observa-se ainda que durante este novênio, os valores das compras brasileiras estiveram bem próximos das compras da Inglaterra - país que detinha invariavelmente o primeiro posto / nas remessas externas portuguesas - e nos anos de 93 a 95 sobrepujaram os montantes ingleses. Isto evidencia um papel expressivo do Brasil na exportação lusitana.

3º - De 1897 a 1913 - A movimentação da importação foi reduzida, principalmente até 1909, o que permite classificar estes anos como um trecho de estabilidade ou de tendência à estagnação do comércio. Houve predominância nítida dos 5 milhões de mil réis. Contudo, no final deste sub-período - 1910/13- houve uma propensão a recuperar as grandezas da primeira metade da década de 90, subindo para a casa dos 6 milhões. A proporção do Brasil nas remessas externas lusitanas era incerta. Alternara-se de 20,6 para 16,3% até 1909, e de 19,7 para 17,6%, de 1910 a 1913.

As quantidades não se incluem exatamente na classificação de período estável, embora existisse uma certa paralização até 1904. A partir do ano seguinte, seu crescimento foi

notóric e acentuou-se de 1910 a 13. Neste quadriênio as cifras subiram a níveis jamais alcançados no decorrer dos 50 anos em estudo. (Quadro I). O vinho foi o produto que determinou esta ascenção. É interessante notar que os valores não acompanharam o aumento pronunciado do quantum, ainda mais se considerar-se que o vinho era um dos produtos mais valiosos vendidos ao Brasil. Certamente tal / desnível deve-se à queda dos preços do vinho.

4º - De 1914 a 1918 - Neste quinquênio, marcado pela / guerra verificou-se um retrocesso na importação. Os valores desceram de 6 para 4 e 3 milhões de mil réis. As quantidades sofreram maior declínio, de 88 910 000 quilos em 1913, baixaram para cerca de 30 170 000, em 1918. Observando-se que os percentuais das compras brasileiras passaram de 14,1, em 1914, para 5,5%, em 1918 constata-se que a posição deste país baixou na exportação portuguesa, saltando do segundo para o quarto lugar.

- EXPORTAÇÃO -

1º - De 1880 a 1894 - As interrupções dos valores da exportação nos anos 83 e 84, devido à ausência de seus registros nas fontes estatísticas, não impedem a afirmação de que as remessas brasileiras para Portugal mantiveram um rítmo estável nesta década e meia, embora tenha apresentado um ligeiro acréscimo em 93 e 94. As cifras revezaram-se incessantemente entre 2 milhões e 1 milhão de mil réis. Estas representaram, no conjunto da importação lusitana 7,0 - 6,0 - 5,0 e 4,0%, o que revela, inicialmente,

uma participação oscilante do Brasil, a qual não sincroniza com a cadência dos valores absolutos; em segundo lugar, um distanciamento grande do país que mais vendia a Portugal - a Inglaterra (Quadro IV); e em terceiro, uma posição secundária do Brasil no mercado português.

Nas quantias, nota-se uma variação de 27 para 11 mil quilos, com tendência a decrescer, o que expressa desequilíbrio na evolução dos valores e das quantidades.

2º - De 1895 a 1910 - Durante estes 16 anos, ainda que apresentando pontos elevados no movimento dos valores da exportação, estes decaíram muito, atingindo o mínimo em 1910, que é o minimorum do período 1880 a 1930. Houve uma variação de cifras desde 1 149 000 mil réis (mínimo) a 3 092 000 mil réis (máximo) com predominância de 1 000 000 de mil réis. A proporção do Brasil, em relação aos outros países que exportam para Portugal, também sofreu alterações, pois sua participação decresceu de 6,9 para / 1,6%, tendo seu ponto mínimo em 1910.

A evolução das quantidades equiparou-se à dos valores, isto é, apeaar de algumas tentativas de restabelecimento seu nível baixou notavelmente até o ano 10 (Quadro II).

3º - De 1911 a 1918 - Após a forte baixa no sub-período anterior, 1911 marca o início da subida constante , com exceção das descidas de 1912 e 1918, dos valores das mercadorias despacha

das, que não só recuperaram, como ultrapassaram a cifra máxima dos anos precedentes. Portanto, a guerra favoreceu a exportação brasileira. Segundo os dados do Quadro II, houve uma elevação de 1 299 600 (mínimo), em 1912, para 3 894 200 mil réis (máximo),/ em 1917. Entretanto, os índices da colocação brasileira, variando de 1,7 a 3,6%, com predomínio da faixa de 1 a 2,0%, não são equitativos àquela ascenção.

Os pesos não apresentaram a mesma evolução / dos valores, pois com exceção dos 15 milhões de quilos em 1915, foram semelhantes ou inferiores aos do sub-período anterior. Em 1918 atingiram o nível mais baixo (4 078 100 quilos) de todo o tráfico até 1930 (Gráfico 5 e Quadro II).

MOVIMENTO GERAL

No desenrolar da primeira fase, a soma das importações e das exportações, isto é, o comércio geral, caracterizou-se pelos mesmos sub-períodos da importação. O desenvolvimento desta acompanha bem de perto o do tráfico geral. Ambos seguiram a mesma frequência. Analisando-se com acuidade, ano por ano, o Gráfico 4, ver-se-á que com exceção de 1888, 97, 99, 1902 e 10, há / uma perfeita sincronia entre o movimento geral e o da importação, isto é, suas inclinações, seus picos, enfim, todas as variações/ de uma poligonal são acompanhadas pelas alterações da outra, até 1916. Estas observações feitas para os valores, com mínimas ressalvas, ajustam-se igualmente às quantidades. Isto demonstra que

as compras brasileiras regeram o comércio entre as duas nações até a época da I Grande Guerra.

Tomando por ano base 1880 e examinando os dados estatísticos, em geral constatar-se-á que a importação, tráfico geral e exportação não evoluiram igualmente, ou com a mesma intensidade. Enquanto a tendência geral dos dois primeiros, passado o 1º sub-período onde se verificou um sensível declínio, era manter-se mais ou menos estável até 1913, a da segunda foi justamente oposta, ou seja, após uma certa estabilidade inicial, decresceu até 1910.

Depreende-se também, que as grandezas das compras e vendas brasileiras conservaram-se distantes desde 1880 até 1917, quando, neste ano, ambas tenderam a encontrar-se, tendo em vista a queda da segunda e a ascenção da primeira. Deste modo, o nível da exportação permaneceu, durante este sub-período, muito mais baixo que o da importação. Seja referente aos valores, seja às quantidades. Portanto, esta situação indica que a balança de / pagamento sempre pendeu para Portugal, obtendo em todos os anos saldos favoráveis.

2.3 SEGUNDA FASE : 1919 A 1930

- IMPORTAÇÃO -

Durante esta fase a comparação dos valores /

com as quantidades importadas é de suma importância. Ao examinar se o andamento dos valores, vê-se que foram marcados por um pronunciado crescimento. De 1919 para 20 o aumento foi brusco, passando de 6 056 700 para 26 762 600 mil réis, cifra nunca vista até a data citada. Daí em diante, excetuando 1921, o aumento intensificou-se fortemente de ano para ano, até chegar ao ponto culminante em 1928, com 88 235 800 mil réis. Em 1929 e 30, embora tenha havido uma descida ligeira, o nível conservava-se mais alto que nos anos anteriores. Ora, tal condição leva a concluir que a importação brasileira cresceu assustadoramente.

Todavia, os dados numéricos das quantidades - contrariam esta conclusão. Observa-se que o movimento destas - grandezas, variando de 35 984 200 quilos (1920) a 21 926 300(1930) foi inferior a qualquer ano da fase anterior. Pode-se afirmar - que foram reduzidas à metade e ainda menos em relação a etapa precedente (Quadro I).

Houve, portanto, um notável distanciamento - dos preços e dos pesos; este fato, vinculado ao fato de que Portugal sofreu uma forte inflação no após-guerra, indica que o aumento dos valores não foi devido ao aumento do quantum ou à valorização das mercadorias, mas devido à inflação. Considerando esta situação, a importação não cresceu mas diminuiu.

Outro dado que confirma a observação acima é a decadência das compras brasileiras no mercado lusitano(Quadro V).

A colocação do Brasil decresceu até ao quinto e ao sexto lugar.

- EXPORTAÇÃO -

Os valores da exportação preservaram o crescimento da fase antecedente, de forma muito mais acentuada.

Tal como aconteceu na importação, os valores deram um salto brusco de 1919 para 20, o que traduzido em números significou 6 470 000 em 1919 e 38 132 700 em 1920. O aumento prosseguiu em rítmo acelerado até 1923, quando atingiu a cifra máxima 185 596 800. A partir deste ano até 1927 os valores decaíram, porém mantiveram-se num nível sempre mais alto que o de 1920.

As quantidades também aumentaram, sobretudo, de 1919 a 1923, quando a subida foi de 12 035 500 quilos a - 116 593 300, respectivamente. A seguir verificou-se um decréscimo agudo de 1924 a 1926, e novo crescimento de 1927 a 30.

É mister salientar que o ano das quantidades-máximas não coincidiu com o ano dos valores máximos e que a descida destes foi menos intensa que a daquelas (Quadro II e Gráfico 5).

Aqui, apesar da inflação desta época influir na alta dos valores, é inegável a existência de uma relativa ampliação nas vendas brasileiras a Portugal.

O lugar ocupado pelo Brasil na importação portuguesa elevou-se de 5,5 a 8,1 % - de 1920 a 23 - passando ao quarto posto e nos anos seguintes retornou aos níveis de antes.

- MOVIMENTO GERAL -

Os valores demonstram que a evolução geral do comércio luso-brasileiro sofreu uma ruptura no ano de 1919, ou seja, a estabilidade anterior foi rompida, e a partir desse momento o rítmo de crescimento dos valores subiu aceleradamente (Quadros-I, II e III e Gráficos 1, 2 e 3).

Esta elevação repentina provocada pelas consequências da guerra induz a constatar que houve uma verdadeira revitalização das trocas comerciais entre os dois países, adquirindo perspectivas promissoras.

Na realidade esta visão é ilusória. Foi visto que o após-guerra foi marcado por uma profunda inflação. Por outro lado, registrou-se um decréscimo patente das quantidades movimentadas. Basta notar que, ressalvando as quantias de 1922, ano em que estas obtiveram o ponto mais alto de todo o período aqui estudado, e também as de 1920, 21 e 23, as demais sempre foram mais baixas que as da fase precedente, o que contrasta com o forte aumento dos valores. Deste modo, verificou-se diminuição - na intensidade do comércio.

Comparando importação e exportação, seus valores cruzaram-se nos limites dos 6 milhões de réis em 1919, e desta data até 1925 as vendas brasileiras excederam as compras. Durante 4 anos manteve-se distante da importação, apresentando maior diferença em 1923, diferença que equivaleu a 147 612$600. Deu se, portanto, uma inversão de posições, a exportação assumiu a direção do tráfico geral e o Brasil auferiu os saldos positivos da balança comercial. Em 1926 retornou-se à situação da primeira fase, a importação sobrepôs a exportação passando a comandar o comércio geral, porém sem a força de antes e os saldos favoráveis - penderam à Portugal, mas de forma mais reduzida.

No que se refere às quantias, com exceção de 1921, 2 e 3, a importação sobrepujou a exportação.

O Brasil até a guerra foi o segundo cliente - de Portugal depois da Inglaterra, ou seja, por 23 vezes ocupou o segundo lugar, alternando-o com o primeiro e com o terceiro. De 1919 até 1930 tornou-se, intercaladamente, o terceiro, quarto, quinto e sexto cliente. Como país vendedor à Portugal, sua posição permaneceu sempre inferior àquela, oscilando do quarto ao décimo terceiro lugar; contudo predominou o sexto como o sétimo.

Cotejando valores, quantidades e a posição do Brasil como cliente e vendedor à Portugal em todo período de 1880 a 1930 vê-se que:

a) a década de 1890, ou mais exatamente de 1890 a 97 - foi a de maior harmonia e concentração do tráfico entre os dois - países. E certamente por influência desta intensidade comercial, em 1892, Brasil e Portugal, realizaram um "Tratado de Comércio e Navegação", assinado no Rio de Janeiro a 14 de janeiro, mas este- tratado não vigorou, pois não houve a "troca das ratificações, a pesar de haver sido o prazo prorrogado até 14 de setembro de 1896" (35).

b) o rítmo das trocas comerciais luso-brasileiras seguiram aproximadamente o mesmo rítmo do comércio externo português;

c) até a guerra,o tráfico, em geral, caracterizou-se - por uma movimentação equilibrada e estável, e a partir daí,até - 1930 esta tornou-se desequilibrada com tendência a decrescer.

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PORTUGAL

QUADRO I

ANOS	VALORES EM MIL RÉIS	QUANTIDADE QUILOS	ANOS	VALORES EM MIL RÉIS	QUANTIDA QUILOS
1880	5.964.400	73.675.400	1906	5.391.700	78.704.2(
1	4.519.400	47.462.100	7	5.624.200	75.043.6(
2	5.046.000	54.394.900	8	4.838.500	63.641.1(
3	-	-	9	5.145.400	73.631.1(
4	-	-	1910	6.460.000	87.031.9(
5	4.180.400	45.777.500	1	6.316.200	88.169.2(
6	4.575.400	49.476.300	2	6.723.500	92.424.6(
7	3.686.200	64.101.000	3	6.193.200	88.910.4(
8	4.194.600	52.759.800	4	3.817.200	52.370.0(
9	4.259.900	56.186.800	5	4.234.500	53.738.0(
1890	5.180.600	60.518.900	6	4.981.300	44.541.6(
1	5.274.200	58.374.700	7	4.029.500	46.599.5(
2	6.781.400	74.508.400	8	4.567.000	30.170.0(
3	7.155.300	74.411.200	9	6.056.700	22.372.3(
4	5.994.200	59.030.200	1920	26.762.600	35.197.8(
5	7.342.200	69.915.800	1	14.330.700	16.215.0(
6	6.578.500	75.368.000	2	33.092.900	25.081.9(
7	5.630.500	78.814.800	3	35.984.200	25.090.4(
8	6.350.800	35.958.000	4	61.038.800	31.049.5(
9	5.755.300	69.779.500	5	49.124.900	26.984.8(
1900	5.537.900	71.328.400	6	56.623.600	33.149.4
1	4.670.000	62.358.400	7	60.913.400	29.384.9
2	5.293.800	69.102.500	8	88.235.800	33.251.0
3	5.078.500	69.660.300	9	62.199.200	27.797.7
4	5.008.800	67.872.500	1930	58.330.300	21.926.3(
5	5.796.600	86.446.500			

QUADRO II

ANOS	VALORES EM MIL RÉIS	QUANTIDADES EM QUILOS	ANO	VALORES EM MIL RÉIS	QUANTIDADES EM QUILOS
1880	2.139.700	14.540.500	1906	1.965.300	9.163.200
1	2.407.300	16.051.800	7	1.847.600	7.047.500
2	2.321.100	16.698.000	8	1.309.000	4.877.700
3	-	-	9	1.307.100	5.388.500
4	-	-	1910	1.149.000	4.315.700
5	1.922.500	14.461.700	1	1.853.600	7.689.600
6	2.013.600	13.734.200	2	1.299.600	4.602.100
7	1.875.200	27.679.800	3	1.651.200	5.354.600
8	2.148.500	17.023.100	4	2.166.800	7.616.700
9	1.803.000	10.436.600	5	2.717.700	15.202.400
1890	1.951.000	11.322.500	6	2.699.100	8.731.800
1	2.055.200	15.381.300	7	3.894.200	5.527.300
2	1.911.100	11.895.500	8	3.313.600	4.078.100
3	2.428.200	11.240.900	9	6.470.900	12.035.500
4	2.483.600	13.138.900	1920	38.132.700	23.983.800
5	2.021.700	9.974.700	1	65.781.500	74.217.500
6	1.624.400	9.656.500	2	90.916.600	116.593.300
7	1.945.100	11.593.200	3	185.596.800	49.923.100
8	1.956.000	10.469.800	4	119.670.400	17.744.100
9	1.459.400	6.121.900	5	62.526.100	9.653.400
1900	2.878.700	9.879.500	6	40.390.500	7.491.800
1	2.035.900	7.682.000	7	39.912.700	8.880.200
2	2.857.100	11.151.500	8	43.753.500	9.289.300
3	3.092.400	13.452.100	9	55.304.100	12.029.500
4	2.127.200	7.957.800	1930	50.293.600	17.323.200
5	1.972.200	6.979.800			

MOVIMENTO GERAL DE COMÉRCIO ENTRE BRASIL E PORTUGAL

QUADRO III

ANOS	VALORES EM MIL RÉIS	QUANTIDADES EM QUILOS	ANOS	VALORES EM MIL RÉIS	QUANTIDADES EM QUILOS
1880	8.140.100	88.215.900	1906	7.357.000	87.867.400
1	6.926.700	63.513.900	7	7.471.800	82.118.100
2	7.367.100	71.092.900	8	6.147.500	68.518.800
3	-	-	9	6.452.500	79.019.400
4	-	-	1910	7.609.000	91.347.600
5	6.102.800	60.239.200	1	8.169.800	95.858.800
6	6.589.000	63.210.500	2	8.023.100	97.026.700
7	5.561.400	91.780.800	3	7.844.400	94.265.000
8	6.343.100	69.782.900	4	5.984.000	59.986.700
9	6.063.700	66.623.400	5	6.952.200	68.940.400
1890	7.131.700	71.841.400	6	7.680.400	53.273.400
1	7.329.400	73.756.000	7	7.923.700	52.126.800
2	8.692.500	86.403.900	8	7.881.000	34.248.100
3	9.583.500	85.652.100	9	12.527.600	24.407.800
4	8.477.800	72.169.100	1920	64.895.300	59.181.600
5	9.363.900	79.890.500	1	80.112.200	90.432.500
6	8.202.900	85.024.500	2	124.009.500	141.675.200
7	7.575.600	90.408.000	3	221.581.100	75.013.500
8	7.306.800	46.427.800	4	180.709.200	48.793.600
9	7.212.700	75.901.400	5	111.651.000	36.638.200
1900	8.416.600	81.207.900	6	97.014.100	40.641.200
1	6.705.900	70.040.400	7	100.826.100	38.265.100
2	8.150.900	80.254.400	8	131.989.300	42.540.300
3	8.170.900	83.112.400	9	117.503.300	39.827.200
4	7.136.000	75.830.300	1930	108.623.900	39.249.500
5	7.769.100	93.426.300			

POSIÇÃO DO BRASIL E DA INGLATERRA NA IMPORTAÇÃO PORTUGUESA

QUADRO IV

IMPORTAÇÃO PORTUGUESA

ANOS	TOTAL	DO BRASIL		DA INGLATERR
	VALOR EM MIL RÉIS	VALOR EM MIL RÉIS	%	%
1880	32.330.700	2.139.700	6,62	47,12
1	33.458.000	2.407.300	7,19	45.64
2	33.664.900	2.321.100	6,89	45,19
3	-	-	-	-
4	-	-	-	-
5	32.756.200	1.922.500	5,87	35,52
6	37.326.300	2.013.600	5,39	32,62
7	37.418.200	1.875.200	5,01	33,28
8	38.468.800	2.148.470	5,58	32,99
9	41.959.000	1.803.761	4,30	33,50
1890	44.623.000	1.951.054	4,37	30,42
1	43.510.000	2.055.200	4,72	34,85
2	30.829.200	1.911.100	6,20	30,17
3	38.306.900	2.428.200	6,34	28,38
4	35.666.800	2.483.600	6,96	27,01
5	39.841.000	2.021700	5,07	27,39
6	39.530.600	1.624.400	4,11	30,80
7	40.424.800	1.945.100	4,81	28,72
8	48.606.400	1.936.000	4,02	32,05
9	50.640.300	1.459.400	2,88	33,25
1900	59.72 .00	2.878.700	4,82	32,00
1	57.82 .300	2.035.900	3,52	30,52
2	55.59 .600	2.857.100	5,14	31,19
3	58.806.000	3.092.400	5,26	29,63
4	62.042.600	2.127.200	3,43	29,25
5	60.678.300	1.972.200	3,25	28,14

cont. QUADRO IV

IMPORTAÇÃO PORTUGUESA

ANOS	TOTAL	DO BRASIL		DA INGLATERR
	VALOR EM MIL RÉIS	VALOR EM MIL RÉIS	%	%
1906	60.391.200	1.965.300	3,25	28,86
7	61.453.100	1.847.600	3,01	30,21
8	67.248.000	1.309.000	1,95	26,52
9	64.758.100	1.307.100	2,02	26,95
1910	69.330.700	1.149.000	1,65	28,69
1	68.126160	1.853.600	2,72	28,43
2	74.615.500	1.299.600	1,74	28,18
3	88.978.200	1.691.200	1,86	26,40
4	69.330.700	2.166.800	3,13	30,81
5	76.114.800	2.717.700	3,59	39,47
6	129.309.600	2.699.100	2,09	45,03
7	137.405.200	3.894.200	2,83	36,06
8	178.406.900	3.313.600	1,86	31,09
9	229.427.500	6.470.900	2,82	42,70
1920	690.997.900	38.132.700	5,52	38,52
1	932.629.600	65.781.500	7,05	31,27
2	1.251.825.100	90.916.600	7,27	34,88
3	2.299.407.200	185.596.800	8,07	33,39
4	2.950.070.700	119.670.400	4,04	33,09
5	2.483.932.800	62.526.100	2,52	29,00
6	2.342.219.200	40.390.500	1,72	24,51
7	2.662.107.700	39.912.700	1,51	25,88
8	2.679.069.000	43.753.500	1,63	30,67
9	2.528.606.000	55.304.100	2,19	26,85
1930	2.405.708.600	50.293.600	2,09	21,45

POSIÇÃO DO BRASIL E DA INGLATERRA NA EXPORTAÇÃO PORTUGUESA

QUADRO V

EXPORTAÇÃO PORTUGUESA

ANOS	TOTAL MIL RÉIS	PARA O BRASIL		PARA A INGLATERRA
		MIL RÉIS	%	%
1880	24.657.600	5.964.400	24,19	43,73
1	20.668.600	4.519.400	21,87	41,92
2	22.557.900	5.046.000	22,37	54,25
3	-	-	-	-
4	-	-	-	-
5	22.660.200	4.180.400	18,45	30,36
6	26.123.400	4.575.400	17,51	25,73
7	21.239.800	3.686.200	17,36	31,84
8	23.443.000	4.194.600	17,89	33,39
9	23.343.700	4.259.900	18,25	36,40
1890	21.339.000	5.180.638	24,05	37,11
1	21.394.000	5.274.200	24,66	35,05
2	24.631.200	6.781.400	27,53	35,40
3	23.407.900	7.155.300	30,57	27,99
4	23.923.700	5.994.200	25,06	27,97
5	26.960.800	7.342.200	27,23	26,80
6	26.138.700	6.578.500	25,17	27,73
7	27.311.000	5.630.500	20,62	26,54
8	31.124.100	6.350.800	20,40	28,19
9	28.803.900	5.753.300	19,97	27,15
1900	30.930.900	5.537.900	19,70	25,63
1	28.281.000	4.670.000	16,51	29,43
2	28.435.000	5.293.800	18,62	29,16
3	30.603.200	5.078.500	16,59	26,27
4	30.711.600	5.008.800	16,31	22,77
5	28.969.100	5.796.600	20,01	25,03

EXPORTAÇÃO PORTUGUESA

ANOS	TOTAL MIL RÉIS	PARA O BRASIL		PARA A INGLATERRA
		MIL RÉIS	%	%
1906	30.592.800	5.391.700	17,62	25,71
7	30.410.000	5.624.200	18,49	30,21
8	28.377.100	4.838.500	17,05	25,96
9	30.879.800	5.145.400	16,66	23,61
1910	35.724.100	6.460.000	18,08	22,37
1	34.064.800	6.316.200	18,54	20,36
2	34.317.000	6.723.500	19,69	21,22
3	35.286.600	6.193.200	17,55	21,54
4	27.146.000	3.817.200	14,06	30,38
5	33.630.300	4.234.500	12,59	27,88
6	56.015.500	4.981.300	8,89	23,44
7	55.188.600	4.029.500	7,30	18,83
8	83.443.500	4.567.000	5,47	33,85
9	106.982.500	6.056.700	5,66	26,14
1920	222.150.500	26.762.600	12,05	22,85
1	224.510.600	14.330.700	6,38	21,97
2	443.700.300	33.092.900	7,46	19,25
3	684.255.800	35.984.200	5,26	22,15
4	948.630.600	61.038.800	6,43	26,89
5	861.960.[illegible]00	49.124.900	5,70	29,24
6	736.353.000	56.623.600	7,69	29,59
7	722.569.[illegible]00	60.913.400	8,43	29,06
8	1.029.403.[illegible]00	88.235.800	8,57	21,37
9	1.073.239.[illegible]00	62.199.200	5,80	23,57
1930	945.274.200	58.330.300	6,17	21,46

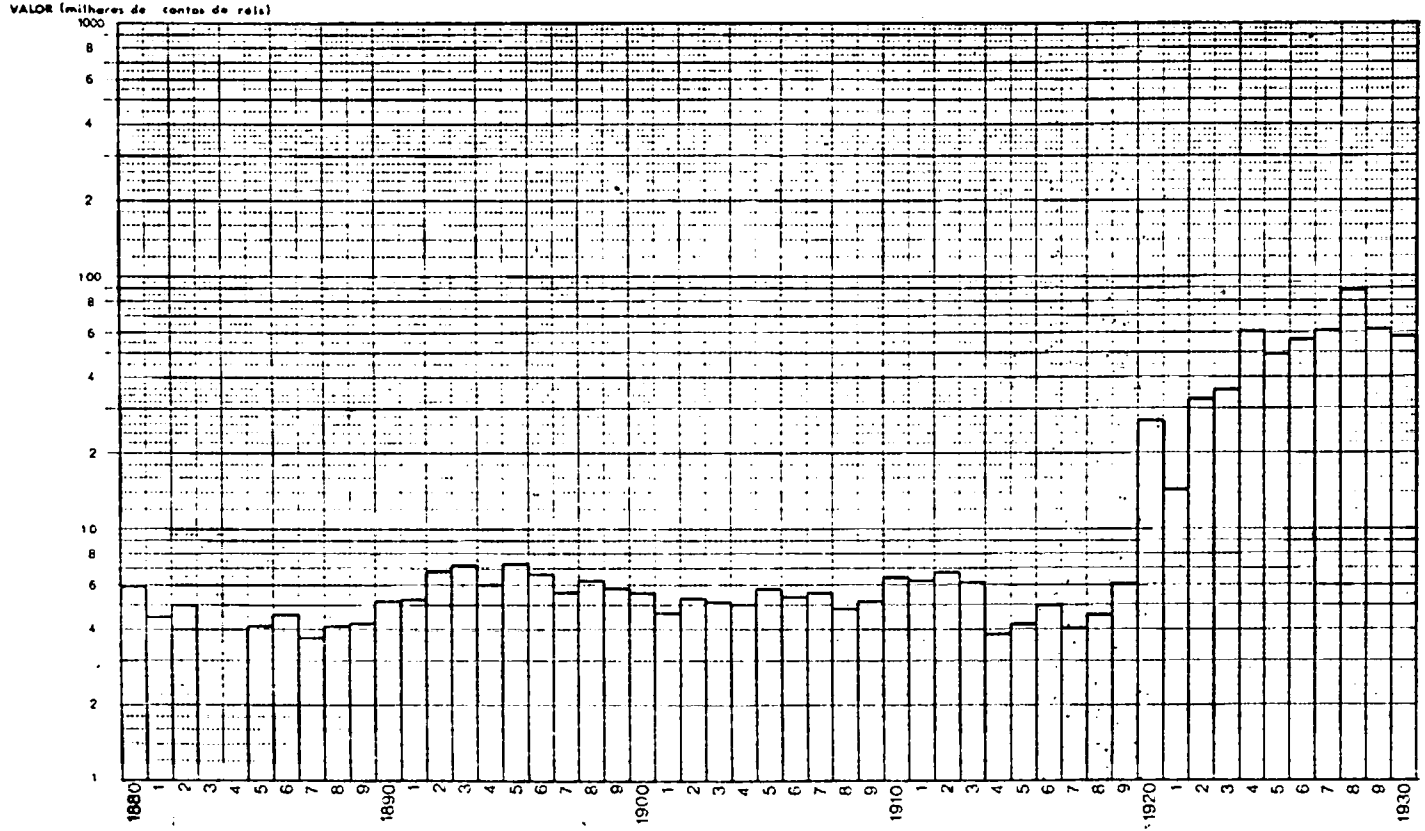

GRÁFICO 1 VALORES ANUAIS DA IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PORTUGAL

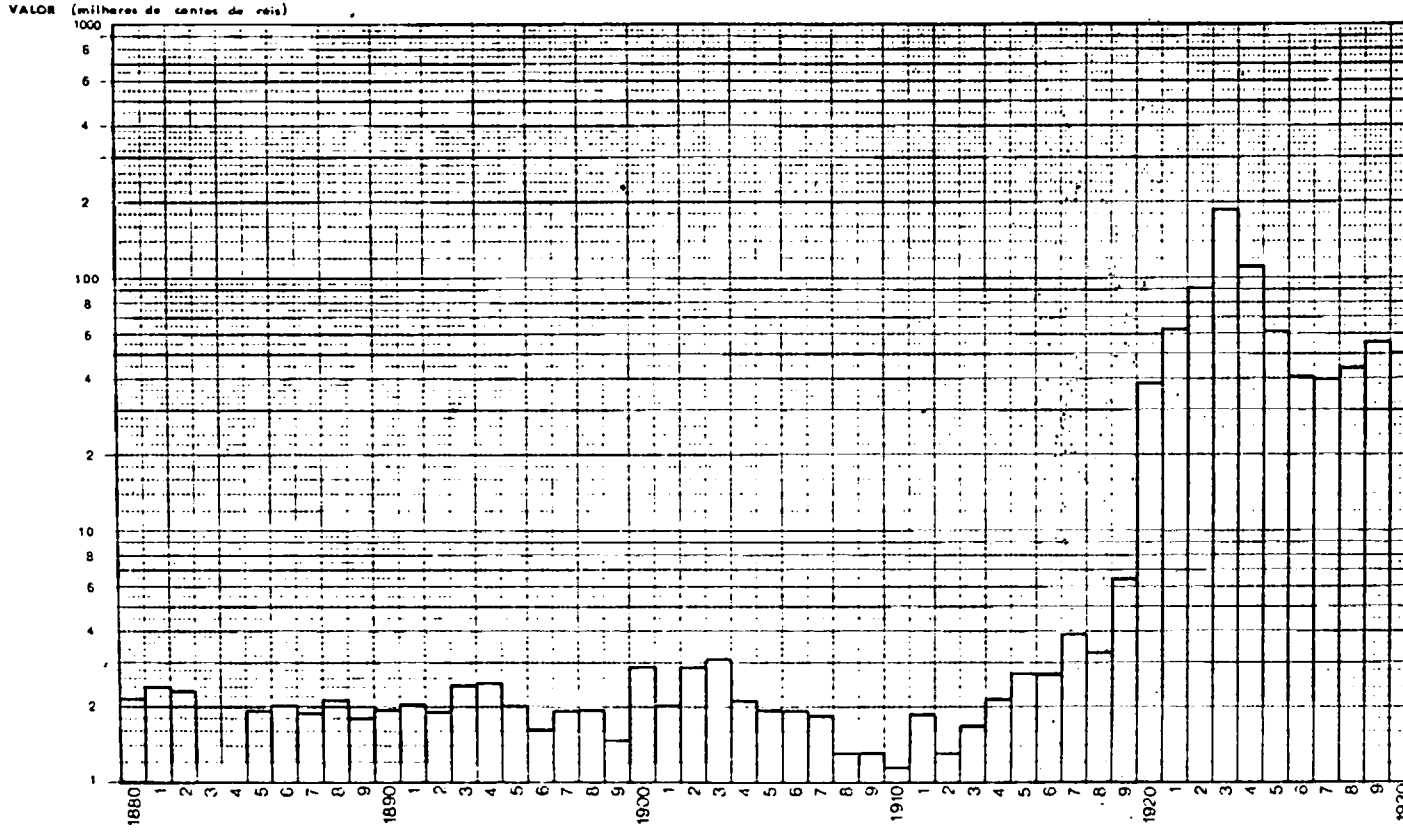

GRÁFICO 2 VALORES ANUAIS DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA PORTUGAL

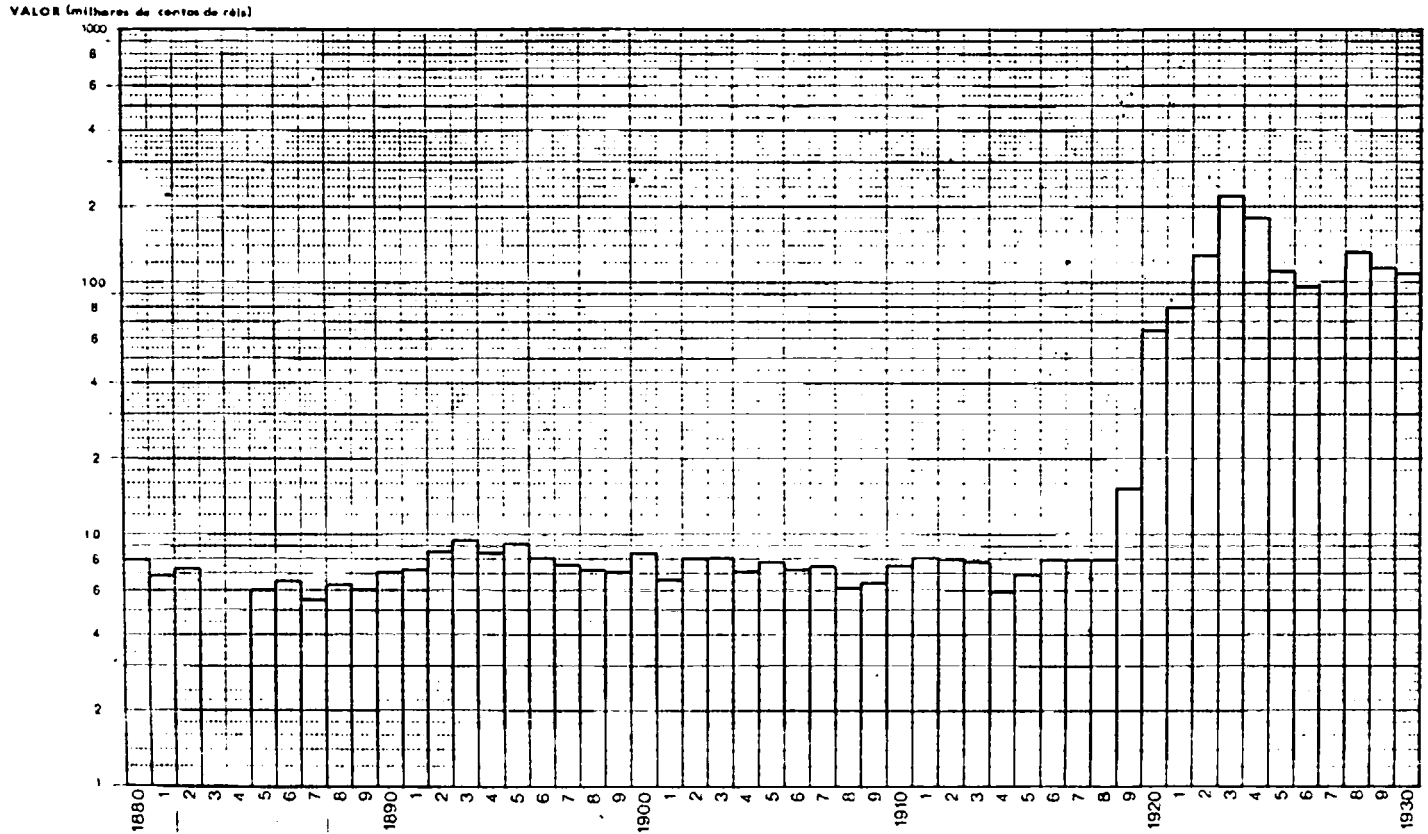

GRÁFICO 3 SOMAS DOS VALORES ANUAIS DA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO ENTRE BRASIL E PORTUGAL

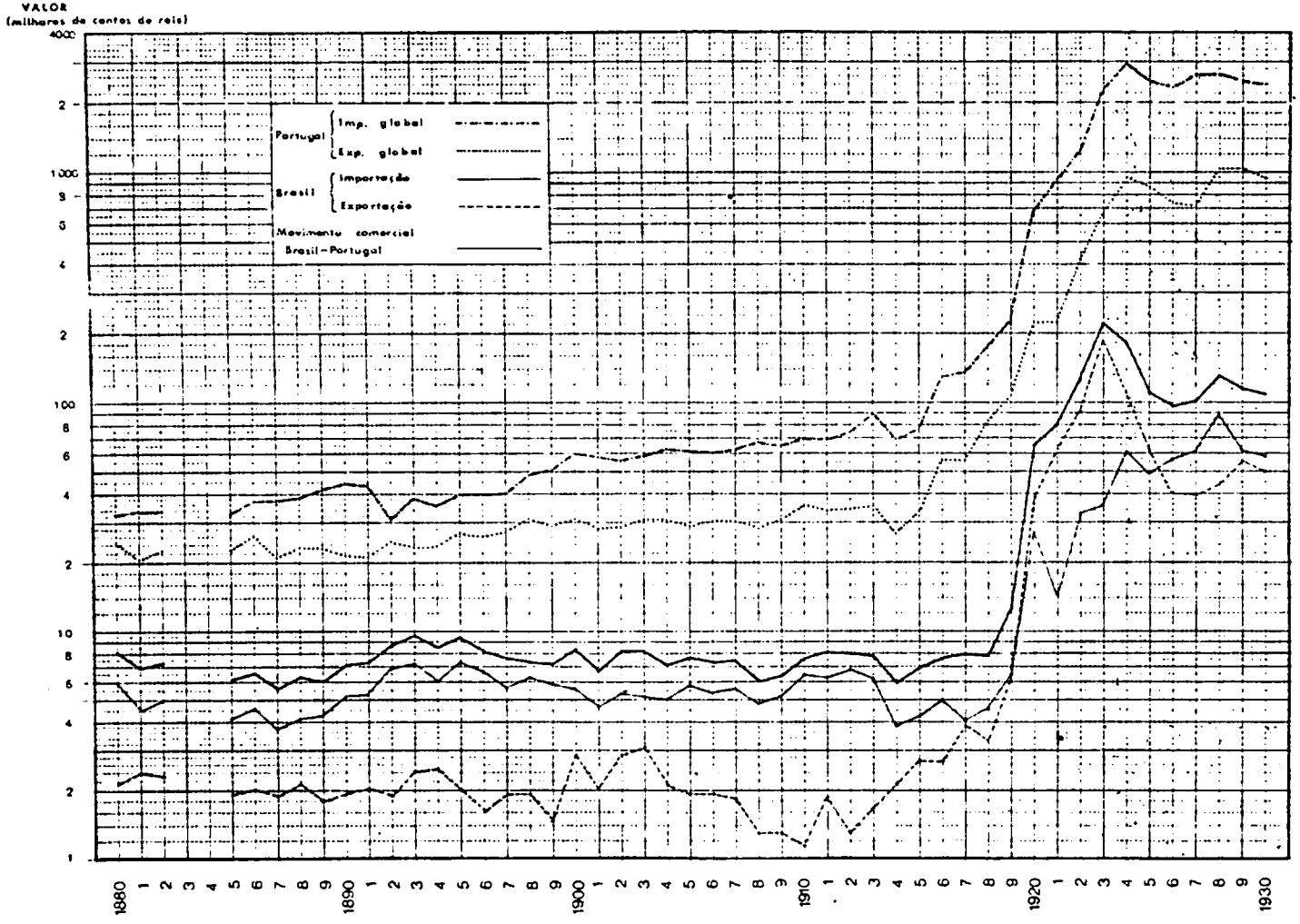

GRÁFICO 4 POSIÇÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO EXTERNO PORTUGUÊS

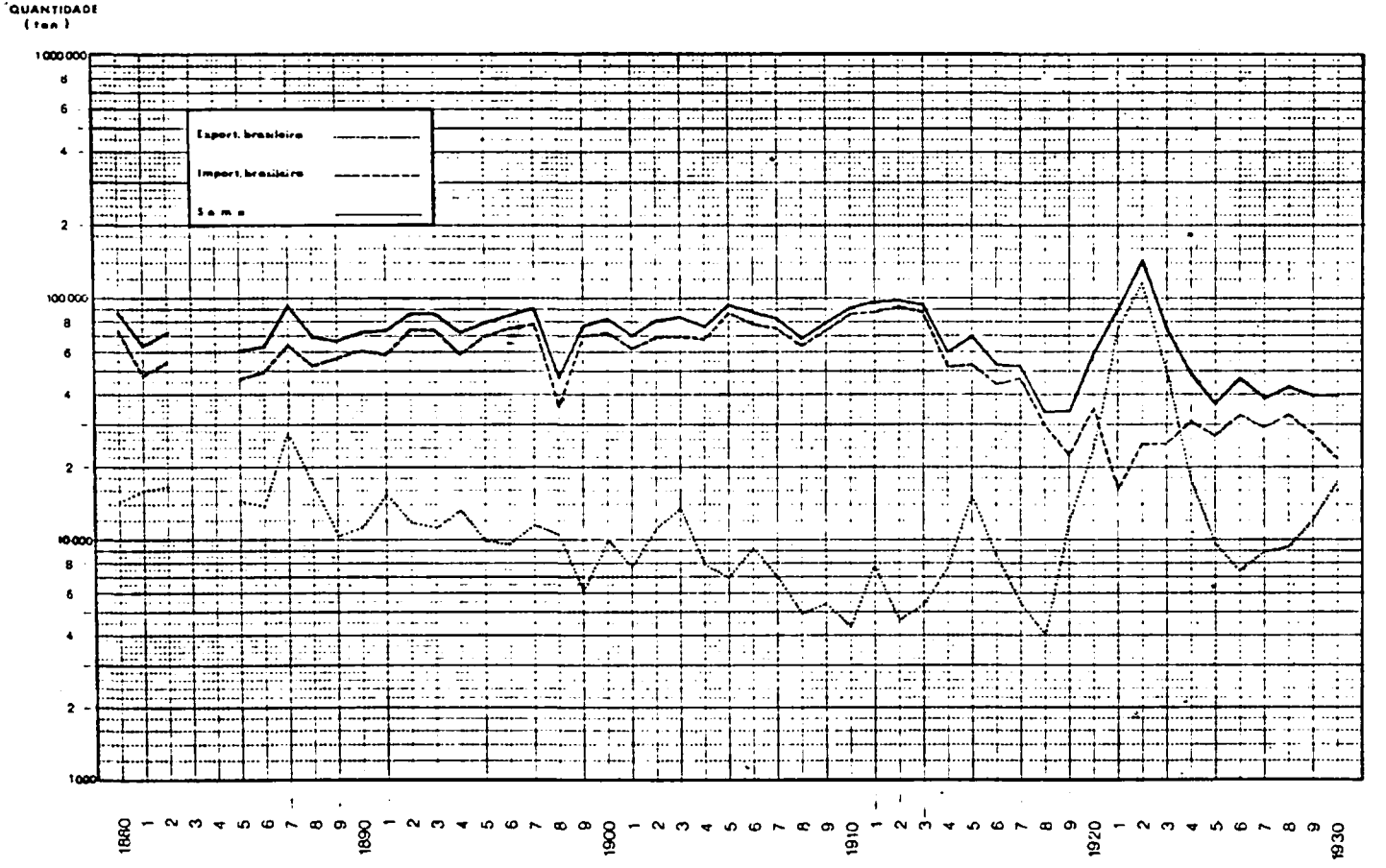

GRÁFICO 5 MOVIMENTO COMERCIAL ENTRE BRASIL E PORTUGAL

CAP. III - ANÁLISE DISCRIMINATIVA

3.1 EXPORTAÇÃO

3.1.1 Matérias-primas

Esta classe de mercadorias constituía um dos esteios do comércioexterno do Brasil, incluíndo-se neste, Portugal. Viu-se anteriormente que aquela nação sul-americana converteu-se, desde o último quartel da centúria passada, e, em mais - ampla escala, no século XX, um dos maiores produtores e exportadores de matérias-primas. Entre as de primeira importância para a indústria figuravam a borracha (até cerca de 1910), o algodão e depois da I Grande Guerra o manganês, tornando-se o terceiro - fornecedor mundial deste metal. E entre as de plano secundário - alinhavam-se os couros, o tabaco, e outras matérias vege - tais.

Em contrapartida, as matérias-primas formavam a maior parcela da importação portuguesa. Os seguintes valores - evidenciam um crescimento contínuo de suas compras : 12 200 con - tos em 1892; 30 207 em 1910 e 899 855 contos em 1950 (Quadro A6 vide Anexos).

Das matérias-primas brasileiras, Portugal importava sobretudo o algodão, os couros e peles, e o tabaco (Quadro IX).

3.1.1.1 Algodão

O algodão revelou-se produto importante na economia brasileira, desde a segunda metade do século XVIII, época em que se iniciou sua exportação de maneira regular para a metrópole portuguesa. " É quando se tornou mercadoria de grande importância no mercado internacional que o algodão começa a aparecer, tornando-se mesmo uma das principais riquezas da colônia ". (36)

A produção e exportação deste artigo aumentaram constantemente até o primeiro quartel do século XIX, quando fora subtraído do mercado internacional pela concorrência norte-americana e oriental . Efetivamente, tal situação veio motivar a queda de sua produção.

Apesar deste abalo, o algodão contou com algumas fases de prosperidade no século passado, inclusive durante a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos. Até 1875 o Brasil ocupara a terceira posição entre os países exportadores. No último quartel desse século, a produção decresceu, chegando

a desaparecer em algumas regiões do país. No início do século - atual a sua produção rebaixou-o ao 6º posto, na escala da exportação mundial.(37)

Com a I Conflagração, o comércio do mencionado produto subiu consideravelmente, estimulado pelo alto nível - dos preços da guerra, alcançando o ponto culminante em 1922, com a exportação de 33 947 ton métricas. (38)

Embora o Brasil não fosse, de 1880 a 1930, um dos grandes fornecedores de algodão, este não perderia sua expressividade no conjunto das remessas para o estrangeiro, pois colocava-se entre aqueles que proporcionavam maior rendimento ao comércio externo do país. Segundo Edgar Carone " café, algodão, e açúcar perfazem 69% do total do valor bruto da exportação" (39),na I República. No entanto, mais da metade da produção ficava no país para abastecimento das fábricas de tecidos que prosperavam continuamente.

Por sua vez, Portugal importava todo o algodão necessário ao consumo de suas indústrias. As compras desta - matéria cresceram incessantemente durante o período aqui tratado, correspondendo a um aumento de 129 753 ton, de 1880 a 1910. Tal crescimento relaciona-se com o desenvolvimento das manufaturas

téxteis, estimulado pelo incremento do mercado colonial que " a partir de 1892 um direito preferencial concedido aos tecidos de algodão nacionais, torna possível vencer a concorrência inglêsa nas colônias africanas" (40).

Tradicionalmente, abastecera-se desta matéria - prima no mercado brasileiro, ou seja, desde a segunda metade do século XVII, quando o referido artigo florescera, até o século XX.

Na primeira fase aqui estabelecida - 1880 a 1918 o algodão brasileiro conservou a primeira colocação no mercado lusitano até 1903, ressalvando-se 1899 quando foi ultrapassado pela Inglaterra e pelos Estados Unidos. Do ano seguinte em diante a nação norte-americana assumiu a posição ocupada pelo Brasil. Este desceu e manteve-se na segunda colocação até 1916, decaindo depois para o quarto. Tal descida deveu-se, principalmente, à diminuição da produção interna e depois pela concorrência norte-americana.

Na segunda fase - 1919 a 30 - o primeiro lugar coube aos Estados Unidos e o segundo ao Brasil, salvo em 1922 (1º), quando venceu em quantidades a exportação daquele país, em 1925 e - 28 (3º) e 1927 (4º).

Comparando-se as duas fases, nesta, a posição - do algodão decresceu em relação à exportação global. Já em relação à classe de matérias primas conservou,aproximadamente, a mesma(Quadro X e IX).

O algodão americano, de acordo com as estatísticas portuguesas, foi praticamente o único que ofereceu concorrência ao brasileiro no mercado português. A produção das colônias africanas e a respectiva exportação para a metrópole, só ganhou certa representatividade a partir da década de 1920, remetendo 700 ton em 1925 e 800 ton em 1930. Deste modo, não afetaram as vendas brasileiras.

"De 1922 a 28 a contribuição do Brasil no total da importação de algodão foi respectivamente de: 44,3%; 36,6% 18,4% ; 14,3% ; 10,3% ; 9,8% ; 8,3% ". (41)

No quinquênio 1923-28 "Portugal comprou a média anual de 15 400 ton , o Brasil não exportou, identicamente , mais de 15 142 ton que foram quase totalmente vendidas à Inglaterra, colocando-se Portugal logo a seguir, como seu maior comprador - apesar da sua produção média-anual, nesse período, ter sido de 121 004 ton . É que a maior parte do algodão permanecia no mercado interno " (42). Assim, não havia condições para suprir o mercado português.

O fato do produção algodoeira no Brasil não ter apresentado taxa significativa de crescimento, bem como o fato da maior parte ser consumida no mercado interno para manutenção das indústrias, motivaram o decréscimo da exportação brasileira da referida fibra e a perda da posição deprimeiro fornecedor. Não obstante ter-se verificado este declínio, o algodão foi durante estes 50 anos o gênero mais importante da exportação brasileira -

para Portugal.

3.1.1.2. Couros e Peles

Dentre as matérias primas exportadas o couro sempre teve papel representativo. Segundo Caio Prado Jr., desde a época colonial remetia-se para a metrópole grandes quantidades de couros. "O negócio foi a principio a produção de couros(....) Abatiam-se reses para tirar-lhes o couro e abandonava-se o resto". (43).

No século XIX, no decênio 1841-50, Celso Furtado menciona-o entre os principais artigos vendidos ao exterior; "café, açúcar, cacau, erva mate, borracha e couros representaram 88,2 por cento do valor da exportação, subindo essa participação para 95,6 por cento nos anos noventa ".(44) Na segunda metade desse século"a quantidade exportada aumentou 48 por cento".(45)

Na I República a atividade pastoril desenvolveu-se de forma notável, sobretudo a partir do I Conflito Mundial, fato que estimulou a expansão daquela atividade e consequentemente a da produção de couros.

Adverte-se que nas estatísticas portuguesas aparecem couros e peles em bruto e curtidos; neste estudo considerar-se-á unicamente os couros e peles em bruto.

Os couros e peles importados por Portugal também provinham regularmente do Brasil desde a época colonial.

Na fase compreendida entre 1880 a 1918 a participação destes artigos na classe de matéria-prima oscilou de 16,2% a 77,05%, predominando, entretanto, a faixa dos 20 e 30%. E no conjunto da exportação variou de 14,2 a 55,0%, prevalecendo a taxa dos 20%. O que traduz a situação de segundo principal produto, seja concernente àquela classe, seja concernente ao total da exportação.

Seus valores e quantidades até 1899 não apresentaram grande variação, tendo respectivamente, por limites mínimos e máximos, 345.000 - 489 900 mil réis e 1 057 100 - 1 793 500 quilos.

No quinquênio 1900-4 deu-se sensível aumento na ordem dos valores, decrescendo nos anos posteriores e ascendendo novamente a partir de 1915. Os pesos não sofreram alterações significativas.(Quadro VIII).

Durante estes 38 anos o Brasil constituiu ininterruptamente, distante dos demais países, o primeiro fornecedor do consumo português.

Na fase de 1919 a 30, a posição dos couros decaiu no cômputo global das remessas brasileiras (Quadro X), e perdeu a situação do segundo produto mais importante de exportação ,

sendo ultrapassado até 1924 pelo açúcar e depois pelo café.

Embora seus valores tivessem subido, as suas quantias tenderam a baixar. Contudo, os couros e peles de procedência brasileira continuaram em primeiro lugar, ressalvando-se - 1927 e 28, anos em que foram superados pelos de Angola.

Assinala-se que nessa época a produção brasileira do referido artigo elevara-se, pela influência da guerra, e apesar desse crescimento diminuíra a venda à Portugal, tradicionalmente comprador. Isto encontra explicação na competição iniciada na década de 20 pelos couros africanos, na maior parte de Angola.

3.1.1.3. Tabaco em folha e rolo

Representa um gênero tradicional da produção e exportação brasileira. Conforme Celso Furtado, o fumo "apresentou relativa recuperação na segunda metade do século XIX, passando a encontrar mercado crescente na Europa. A quantidade aumentou 361 por cento entre os anos quarenta e noventa".(46) Nessa década, coloca-o entre aqueles artigos que representaram 95,6 por cento da exportação.

No período aqui abordado, aparecia na lista - dos grandes produtos exportáveis.

Por outro lado, Portugal comprava a quase tota

lidade do tabaco necessário ao seu consumo. "É sabido que o cultivo do fumo é proibido no reino, por efeito do monopólio que o Estado se reservou para seu comércio só existindo excepção aberta para um pequeno território do Douro, que teve suas vinhas perseguidas pela phyloxera, mas cuja produção não satisfaz à expectativa e ainda hoje não influiu sobre o mercado e tende a se extinguir ". (47)

Do tabaco importado por Portugal, uma pequena e às vezes insignificante parte procedia do Brasil. Os Estados Unidos supriam quase que integralmente o seu mercado.

De 1880 a 1930, excetuando-se 1928, aquele país norte americano permaneceu, longe dos demais, como primeiro fornecedor. Poucas vezes (1905/4/17 e 21) o fumo brasileiro elevou-se ao segundo lugar. Alternava-se do terceiro ao sétimo.

Ressalvando-se os anos da guerra e o primeiro quinquênio da década de 20, foram quase que insignificantes os progressos da exportação do tabaco (Quadro VIII e Gráfico 6). Representou de um modo geral o terceiro artigo da classe de matérias primas e o sexto produto expedido à praça portuguesa. Disputou esta posição com matérias filamentosas vegetais que lhe seguiam em ordem de importação.

Dos territórios africanos, somente Angola começou a produzir tabaco e abastecer de modo expressivo a metrópole no início dos anos vinte, passando no final, à segunda colocação

sobrepujando o Brasil.

A borracha e o manganês, matérias-primas de relevância na exportação brasileira, praticamente não se remetiam a Portugal. Este país não possuia indústrias para consumí-los. Angola produzia borracha em quantidades consideráveis e mandava à metrópole para ser reexportada.

Na década de 20 a madeira despontou como um dos principais produtos no comércio entre as duas nações, tendendo a crescer continuamente.

Em geral, no século XX, e sobretudo nos anos-vinte, as colônias tornaram-se competidores com o Brasil no setor de matérias-primas, influenciando o decréscimo das vendas deste país no mercado lusitano.

3.1.2 Substâncias Alimentícias

Foi visto que o Brasil caracterizava-se por ser um país essencialmente agrícola e os gêneros tropicais, favorecidos pela conjuntura internacional formavam o centro da produção. Por conseguinte, a principal base da exportação era formada pelos gêneros alimentícios tropicais - inicialmente pelo açúcar e no século XIX, pelo café, cacau e mate. Num plano secundário - constava a farinha de mandioca e outros.

Portugal, não obstante ser um país inteiramente agrícola comprava grande quantidade de gêneros agrícolas destinados à alimentação, pois sua produção não satisfazia às necessidades internas. Substâncias alimentícias representavam a segunda classe na ordem das mercadorias importadas. Nos anos: 1880, 85, 95, 1905, 15 e 25 suas taxas corresponderam a 36,1%, 33,4%, 29,9%, 29% e 33% respectivamente, no montante da importação. Os seus valores apresentavam um ritmo contínuo de crescimento (Quadro A6 - vide Anexos).

Desses artigos, ou mais precisamente, dos gêneros alimentícios tropicais, uma parcela provinha do Brasil.

3.1.2.1. Açúcar

Neste produto consistiu, no período colonial, a principal fonte de renda da colônia e proporcionou grande lucro à metrópole, a qual detinha o monopólio do seu comércio.

A produção do açúcar brasileiro, a partir dos fins do período supracitado, entrara em crise e sofrera decadência contínua, motivada, principalmente, pelo aparecimento, no século XIX, de "um sucedâneo da lavoura da cana para a produção do açúcar que a levou de vencida: a beterraba. Os países europeus e também os Estados Unidos, que são os grandes consumidores de açúcar e principais mercados para a produção do trópico americano, tornam-se, com a utilização da beterraba, de consumidores em pro-

dutores e não somente para as necessidades próprias, mas ainda - com excessos exportáveis ". (48) Além disso os governos euro - peus e americano taxaram pesadamente as importações do açúcar de - cana. O Brasil foi duramente atingido. "A sua contribuição no mercado internacional irá assim, em termos relativos, em declínio: já em meados do século estará colocado em quinto lugar entre os produtores mundiais de cana de açúcar, com menos de 8% da produ - ção total. O declínio em termos absolutos virá pelos fins do século. (...) Esta situação se prolongará até a II Guerra Mun - dial ". (49)

Os dados estatísticos, indicados a seguir, atestam a referida decadência, que foi interrompida por uma ascenção entre 1916 a 1924 :

EXPORTAÇÃO DO AÇÚCAR: (50)

1891-1900	.....	1 336 202 ton
1901-1910	.....	648 110 ton
1911-1920	.....	624 205 ton
1921-1930	.....	810 032 ton

Tendo sido excluído dos mercados externos, a produção ficou restrita basicamente ao consumo interno.

Já o mercado português abastecia-se integralmente pelo açúcar vindo de fora. O Brasil perdera a primazia, como abastecedor deste mercado, desde a primeira metade do século - XIX.

Na fase 1880 a 1919, os valores demonstram um retrocesso contínuo deste produto para Portugal: em 1880 as cifras representavam 741 900 mil réis, e em 1895 haviam descido para 148 400 mil réis. De 1896 a 1914 o decréscimo foi mais acentuado, atingindo a cifre ínfima de 4 300 mil réis. Nos 4 anos seguintes oscilaram de 939 500 a 90 400 mil réis.

O rítmo das quantidades processou-se de modo análogo ao dos valores. A Inglaterra, até 1899, e a Alemanha, desta data até a véspera da guerra, foram os primeiros fornecedores. Dominaram completamente, cada um por sua vez, a importação portuguêsa com o açúcar da beterraba. Seguiam-se-lhes a Áustria e a França. Porém, em 1903 a situação começara a mudar. Moçambique apareceu em terceiro lugar garantindo-o até 1913, galgando o segundo em 14-15, e primeiro em 16. O Brasil conservara-se numa posição inferior, excepcionalmente em 1915 ascendera à primeira, decaindo no ano seguinte à quarta.

Na primeira metade da fase 1919-30 - motivada pela ausência da Áustria e pela quase ausência da Alemanha no mercado lusitano, a exportação do açúcar cresceu notavelmente quanto aos valores e quanto aos pesos. Na segunda metade tendeu ao declínio. (Quadro VIII e Gráfico 7).

Ao Brasil coube a primazia de maior fornecedor nos anos de 1921, 22 e 23, superando Moçambique. Em 24, esta colônia retornou à primeira posição e aquele país sul americano desceu à quinta. Nesta ano a Alemanha, que desaparecera do merca

do desde a guerra, recuperou-se e manteve-se como segundo abastecedor até 30.

Outra colônia africana conquistara uma situação de destaque como fornecedora de açúcar: Angola. Tornou-se - desde 1916, ora o segundo, ora o terceiro vendedor a Portugal. Observa-se nas estatísticas que todo o açúcar proveniente dos territórios ultramarinos não serão reexportados mas consumidos na própria metrópole.

A concorrência européia, principalmente a alemã, com o açúcar da beterraba e a africana não permitiram que se desenvolvesse a exportação do açúcar brasileiro para Portugal. Vale salientar que o açúcar africano começou a despontar com importância nos últimos anos do século passado, e foi justamente nesta época que se acentuou o decréscimo do fornecimento brasileiro, subindo somente durante e após a guerra, quando a Alemanha e a Áustria deixaram de exportar.

Nas duas fases, o açúcar não apresentou uma colocação definida como produto mais importante, quer em relação à classe de substâncias alimentícias, quer em relação ao total da exportação. Continuamente alternou-se, com algumas exceções, entre a terceira e a sexta colocação, o que demonstra a irregularidade de suas remessas à praça lusitana.

3.1.2.2 Café

Através do café o Brasil tornou-se o maior exportador de gêneros alimentícios tropicais, após os meados do século passado. Viu-se, anteriormente, que o referido produto foi o principal fator da fonte de renda do país, significando, no fim-do Império e na República, a própria expansão da economia nacional. Viu-se também que esta nação sul americana chegou a exercer verdadeiro monopólio no tráfico mundial. Assim se refere Caio Prado à esta situação: "Êle se classificará, no século atual, entre os primeiros se não o primeiro gênero alimentício do comércio internacional, e o Brasil, com sua quota superior a 70% da produção, gozará de primazia indisputada " (51) Celso Furtado faz observação análoga: "Ocorreu que a grande expansão da cultura cafeeira, do final do século passado, teve lugar praticamente dentro da fronteira de um só país. As condições excepcionais que ofereciam o Brasil para essa cultura, valeram aos empresários brasileiros a oportunidade de controlar três quartos da oferta mundial desse produto ". (52)

Os dados, abaixo apresentados, mostram o crescimento contínuo da exportação cafeeira alcançando o apogeu na década de 1920.

EXPORTAÇÃO DO CAFÊ EM MILHARES DE SACAS DE 60 KG.

1871-80	32 509(53)	1901-10	130 599
1881-90	51 631	1911-20	120 503
1891-1900	74 491(54)	1921-30	139 532

Desta totalidade uma parcela inexpressiva era exportada para Portugal, nos 50 anos aqui compreendidos. É que este país europeu já contava com produção cafeeira das colônias, cuja ascenção verificou-se a partir do final do terceiro quartel-do século XIX. A partir de 1869, a exportação do café, proveniente a maior parte de Angola e a restante de S. Tomé e Príncipe, - cresceu muito, tornando-se a principal mercadoria colonial. Em 1880 mandavam para a metrópole 1 632 ton. Em 1890 Angola expediu 5 339 e S. Tomé e Príncipe 3 000 ton; em 1925 remeteram 11 500 e 200 ton respectivamente. Mais da metade dessas quantias destinavam-se à reexportação (55).

De 1880 a 1918 - as colônias e o Brasil são quase os exclusivos abastecedores do mercado português. A ordem era esta: Angola, S. Tomé e Príncipe e Brasil. De 1914 a 18 este país passou a segundo fornecedor.

A exportação brasileira do mencionado produto após 1818 decresceu quanto aos valores e às quantidades, o que - coincidiu com o grande aumento das remessas coloniais. Isto esclarece em certa medida tal decréscimo. De 1903 em diante tendeu a subir e superou as grandezas dos anos oitenta.

Na segunda fase - 1919 a 30 - o crescimento - que vinha se processando desde o final da anterior acentuou-se de maneira sensível. Os valores elevaram-se de 101 900 (mínimo) a 12 358 600 mil réis (máximo). Os pesos (em quilos) aumentaram de 155 100, em 1919, a 1 776 700 (máximo), em 1930.

Com exceção de 1919, o Brasil manteve-se sem interrupção como segundo vendedor, precedendo-lhe Angola. A remessa cafeeira de S. Tomé e Príncipe retrocedeu vertiginosamente, fato que deve explicar a ascenção do café brasileiro no suprimento do mercado português. "De 1925 a 28 concorreram com as percentagens médias anuais de 69,2% - colônias e 29,5% - Brasil, isto - quanto às quantidades. Quanto ao valor, a diferença destas per - centagens diminuem porque o café brasileiro é mais cotado.

Portugal, não só por motivo da similitude da- sua produção colonial, como também por não consumir mais do que 1/2 por cento do total da exportação brasileira do café e, por isso mesmo, um dos menores clientes do mais valioso produto que o Brasil exporta ". (56)

Observa-se que Portugal reexportava a maior - quantidade do café angolano. Já o brasileiro, destinava-se exclusivamente ao consumo interno.

Os dados estatísticos demonstram uma irregularidade constante na exportação desse artigo. E, ao contrário dos outros produtos, tendeu a crescer no final dos 50 anos aqui abordados.

3.1.2.3 Farinha de Pau

A farinha de mandioca ou de pau, como é denominada nas estatísticas portuguesas, quer no Império, quer na Re

pública, sempre teve certo relevo na produção agrícola e na exportação.

Portugal, para suprir o consumo de sua população, importava-a quase que integralmente do Brasil.

Durante a fase de 1880 a 1918 - a exportação da farinha de mandioca, acompanhando mais ou menos o andamento das outras substâncias alimentícias apresentou um período inicial marcado por uma relativa estabilidade, seguindo-se-lhe: aumento 1890 a 98; declínio - 1899 a 1911, com algumas ascenções intercaladas, e novamente crescimento até 18. Estas oscilações correspondem aos valores e às quantidades. (Quadro VIII e Gráfico 7).

Para este produto o Brasil encontrava em Portugal um mercado quase que inteiramente livre, no sentido de não ter competidores. Foi quase que fornecedor absoluto até 1917, ano em que Angola contribuiu com 312 000 quilos, assumindo o primeiro posto, em 18, com 774 000 quilos.

De 1919 a 30 as remessas do citado artigo apresentaram um crescimento considerável em relação à fase anterior, tornando-se a partir de 1925 o segundo principal gênero na lista das substâncias alimentícias exportadas. E o Brasil recuperou a posição de primeiro fornecedor, conservando-se muito distante do segundo - Angola.

Portanto, dos gêneros alimentícios tropicais,

Portugal comprava do Brasil principalmente: café, açúcar e farinha de pau. A importação de cacau e mate era quase nula. O cacau passou a ser produzido na colônia africana de S. Tomé e Príncipe em quantidades superiores às do Brasil, o que esclarece a quase nula importação.

A carne congelada, outro gênero importante no comércio externo brasileiro após a guerra, não se vê em quantias expressivas nas estatísticas da importação portuguesa.

No início dos anos 20 Portugal comprou do Brasil consideráveis quantidades de arroz e milho em grão, sendo, por exemplo, 9 160 500 e 29 983 200 quilos respectivamente, em 1921.

Dos dados apresentados pode-se caracterizar os couros e peles e o algodão como produtos estáveis, ou mais estáveis, em relação aos demais. São artigos que apesar das oscilações, mantiveram constantemente um nível considerável de exportação. Em todos os anos apareceram entre os três primeiros lugares, sobretudo no primeiro e no segundo.

O açúcar caracterizou-se como um produto instável. Suas oscilações foram extremas. Ora exportava-se grandes quantidades ocupando as primeiras colocações, ora descia-se a quantidades ínfimas, chegando às mais baixas posições. Foi aquele que mais refletiu a concorrência dos países europeus bem como das colônias africanas.

O café apresentou oscilações dentro do que se poderia chamar de uma tendência ascendente quanto às suas remessas.

A farinha de mandioca também foi um produto instável.

O tabaco, o menos expressivo destes gêneros, teve variações extremas no seu nível.

Sem dúvida, o algodão foi o principal produto brasileiro exportado para Portugal. Na maior parte destes 50 anos preencheu o primeiro lugar e de um modo geral regeu a exportação brasileira para o mercado lusitano.

3.1.3. Outras Mercadorias

As outras mercadorias referem-se aos produtos industrializados pertencentes às classes de: manufaturas diversas; aparelhos, instrumentos, máquinas, utensílios, veículos, embarcações e armas; fios, tecidos e respectivas obras. Todas elas eram insignificantes, quer em termos absolutos, ou relativos, no conjunto das exportações. (Quadro VI e VII).

A partir de 1919 houve um pequeno aumento nas vendas de manufaturas diversas. Isto corresponde ao crescimento da exportação dos seguintes artigos: livros, tabaco manipulado e

principalmente charutos.

Observou-se,anteriormente,que o Brasil não era um país industrializado. Somente no fim do século XIX verificou-se incipiente desenvolvimento das indústrias, sobretudo a de tecidos e de vestuários. Porém, não bastava ao consumo interno. Com a I Grande Guerra deu-se pequeno surto industrial, mormente no setor da alimentação, o que motivou o aparecimento, pela primeira vez com certa expressividade, de produtos manufaturados no quadro do comércio externo brasileiro. Estes artigos dirigiam-se na sua maior parte para os países beligerantes. Para Portugal as remessas foram mínimas.

Portanto, o Brasil quase não dispunha de artigos industrializados para serem exportados, ou para desenvolver seu comércio externo.

Havia ainda as remessas de animais vivos, todavia, em quantidades inteiramente desprezáveis.

Quanto à prata e ao ouro, em barra e em moeda, a exportação quase que desapareceu neste século.(Quadro A2 e A3 - vide Anexos).

Deste modo, o comércio brasileiro para Portugal, neste período, foi representado primeiramente pela classe de matérias-primas e em segundo pelas de substâncias alimentícias, com seus produtos tropicais.

3.2 IMPORTAÇÃO

3.2.1 Substâncias alimentícias

A economia portuguesa, assim como a brasileira, fundamentava-se na agricultura.

Em decorrência de ser o setor agrícola o esteio da produção econômica lusitana, a maior parte das mercadorias exportadas procedia dali. Dentre elas destacavam-se as substâncias alimentícias, principalmente o vinho, com quantidades muito superiores aos demais artigos alimentares - as frutas e o azeite.

A mencionada classe preenchia mais da metade do comércio externo português. Eis algumas percentagens representativas da exportação de gêneros alimentícios: em 1885, 1900,1910 1920 e 1930, perfizeram, na devida ordem, 65,5% ; 53,0% ; 53,6% ; 62,2% e 61,4% do total da exportação (Quadro A 7 - vide Anexos).

Não obstante o Brsil ser um país agrícola, importava grandes quantidades de artigos alimentares. Viu-se que se tornou um dos maiores produtores de matérias-primas e gêneros tropicais, dedicando a estes quase todas suas atividades. Tendo descurado da produção de artigos para satisfazer às necessidades do país, foi obrigado a comprar a maior parte até dos mais rudimentares gêneros alimentícios.

Estas substâncias formavam a base da importação brasileira de Portugal. Durante estes 50 anos, equivaleram a mais de 80% do total dos valores das mercadorias importadas (Quadro XII). Comprou-se principalmente: vinho, azeite, batatas, legumes secos, sardinhas e outros peixes em conservas.

3.2.1.1 Vinho

Ja foi demonstrada, na Introdução, a importância do vinho na economia portuguesa. Este produto significava a primordial riqueza de Portugal. Tradicionalmente cultivado em terras lusitanas, começou a desenvolver-se de forma acentuada a partir do século XVII, " quando a procura do vinho pela colônia brasileira e pela Gr-Bretanha estimulara uma produção mercantil extremamente especializada. Rapidamente o vinho viera a tornar-se a principal exportação de Portugal continental".(57) Continuou expandindo-se largamente pelo século XVIII e XIX, expansão que acompanhava a cadência da procura do mercado internacional.

Tornou-se o sustentáculo do comércio externo-lusitano. Representou, no decorrer da centúria passada, um terço, e durante alguns anos, mais da metade do total das exportações.A partir de 1893 verifica-se uma sensível descida na posição de produto mais exportável, permanecendo quase sempre na ordem dos 30% até 1930. A datar de 1893 as remessas de vinho decresceram em números absolutos, conservando-se estacionárias até 1909. Do ano subsequente até o fim do decênio, ascenderam novamente (Quadro A 8 -

vide Anexos).

Portugal figurava entre os maiores produtores de vinho. Em situação superior vinham a França, a Itália, a Espanha e às vezes a Áustria. (58) O maior comprador sempre foi a Inglaterra. Seguiam-lhe, no período de 1880 a 1930, o Brasil, a França, as colônias africanas e outros países europeus.

Por outro lado, o Brasil importava quase que inteiramente o vinho necessário ao seu consumo. Grande parcela para suprir essa demanda procedia de Portugal.

De 1880 a 1919, a importação brasileira do vinho português foi marcada por certa estabilidade, tendendo a decrescer no final desta fase. Os valores demonstram elevação no nível das compras a partir de 1890, extendendo-se até 1898. Do limite desta data a 1909 evidenciam uma baixa, depois nova elevação até 1913, e finalmente, um sensível declínio. Tal movimentação, expressa em números absolutos, significou respectivamente variações de : 4 091 700 a 5 735 400 mil réis; 3 314 500 a 4 325 600 mil réis; 4 774 400 a 5 074 400 mil réis e 2 824 900 a 3 286 000 mil réis. Embora os períodos de altas e baixas das quantidades correspondam aproximadamente aos dos valores, aquelas oscilações foram mais numerosas (Quadro XIII e Gráfico 8).

O Quadro XIV mostra que o vinho foi o representante máximo da classe de substâncias alimentícias, predominando com a participação de 80% , nos valores destas mercadorias. Sen

do a referida classe a mais importante no conjunto das importações, o vinho , por conseguinte, foi o produto-base, chegando a representar 83,3% das compras brasileiras a Portugal (Quadro XV e Gráfico 9).

No decorrer desta fase o Brasil foi o segundo cliente de Portugal, enquanto a Inglaterra ocupava a primeira posição. Aquele país abastecia-se mormente dos vinhos comuns -tinto e branco -, sendo o primeiro comprador, distante dos demais países, deste tipo de vinho. As colônias africanas eram os segundos. Depois dos vinhos comuns a ordem, mais ou menos constante, foi: Porto, licoroso, madeira e espumosos.

Comparando valores e quantidades, nota-se que em alguns anos os preços dos vinhos baixaram. Constancio Roque da Costa explica que esta depreciação foi devida à concorrência dos vinhos espanhóis e ao aumento da produção deste produto no Rio - Grande do Sul. O mesmo autor menciona que "os mapas estatísticos- da importação de vinho,no Brasil, indicam que a maior quantidade de vinho e valor - nos anos de 1904 a 7 - procedem de Portugal - que se distancia muito dos outros países que se lhe seguem: Itá - lia, França e Espanha.(...)

(...) o certo é que já não somos os únicos - exportadores de vinhos para o Brasil, e que a Itália e a Espanha representam uma grande ameaça para o comércio português naquele - nosso principal mercado.(...)" (59)

" No ano de 1906 Portugal exportou para o Brasil 29 vezes mais que a Espanha, 18 vezes mais que a França e 4,5 vezes mais que a Itália". (60)

Conforme um inquérito realizado por Portugal- para promover sua expansão comercial no Brasil - de 1902 a 11 -os vinhos finos portugueses tinham quase monopólio. "A importação do vinho do Porto teve uma marcha ascendente até 1912. E quase 90% - da importação era de Portugal pelos dados de 1909 a 1912. Os vi - nhos comuns tiveram marcha ascendente até 1913. (...) A origem - destes, foi, em primeiro lugar, o nosso país, seguindo-se-lhe: a Itália, França e Espanha. (61)

Na fase de 1919 a 30, o vinho prosseguiu o declínio iniciado na anterior. Os valores cresceram contínua e acentuadamente até 1927. Todavia, foi um aumento fictício, em virtude da grande inflação ocorrida no após-guerra. Observando-se - as quantidades, verifica-se que a importação do vinho decaiu de modo notável até 1930 (Quadro XIII e Gráfico 8).

Na classe de substâncias alimentícias, a posição do vinho começou a decrescer a partir de 1924. O mesmo ocorrendo em relação ao total da importação brasileira de Portugal - (QuadrosXIV e XV).

Nestes 12 anos o Brasil já não apareceu constantemente como o segundo comprador do vinho lusitano. Em alguns- anos foi superado pela França. Os vinhos comuns - tinto e branco-

ainda eram os mais importados, vindo a seguir, e pela ordem: o do Porto, os licororsos, o da Madeira e os espumosos. Com exceção de 1920/22 e 28, conservou-se, entretanto, como o primeiro cliente - dos vinhos comuns.

A redução das compras dos vinhos comuns, por- parte do mercado brasileiro, refletiu no comércio desse artigo .- "A exportação dos vinhos comuns baixou consideravelmente devido à variabilidade do mercado francês e também à diminuição do consumo de vinhos estrangeiros no Brasil, o nosso mercado tradicional". (62)

Nestes 50 anos, a década de 1890 e os quatro - anos que antecederam a I Guerra, foram os períodos de importação de vinho mais intensa. A partir de 1914, a descensão foi contínua até 1930.

3.2.1.2 Azeite

O azeite (63), apesar de caracterizar-se por ser um artigo tradicional da agricultura portuguesa, sempre teve uma produção modesta, em relação ao vinho.

As áreas da olivicultura aumentaram lentamente. De 1874 para 1902 o crescimento houvera atingido 129000 hectares isto é, 4 600 por ano. De 1902 a 29 a superfície olivícola teria- aumentado em 21 000 hectares, ou seja, cerca de 780 hectares ao ano. De 1920 a 29 realizaram-se grandes plantações de olivedo, -

mais ou menos por todo o país. (64)

Do último quartel da centúria passada até o primeiro decênio do atual, não obstante o crescimento lento da área cultivada pelos olivedos, a produção e a exportação decresceram. O azeite fora afetado por uma violenta crise de mercado. A partir de 1874,"a Grã-Bretanha diminui brusca e definitivamente - as compras, que entre 1873 e 1874 passam de 143 530 para 54 628 - decalitros. O Brasil,por sua vez, redu-las também a partir de 1877 adquirindo somente 84965 decalitros de azeite, isto é, metade da importação do ano precedente (194 951 decalitros)." (65) Estes países eram os dois principais mercados para o escoamento do azeite.

"A concorrência dos azeites espanhol e italiano e do óleo de algodão norte-americano - (...) - viera na realidade provocar a perda dos mercados tradicionais ". (66)

De 1896 a 1905 a exportação do mencionado produto aumentou de 2 144 760 para 3 064 890 litros, sendo que em - 1906 decaiu para 1 898 500, em 1907 subiu para 2 672 580 litros.(67)

Da década de 1890 em diante, parte do azeite- que se dirigia à exportação, passou a ser consumida inteiramente- pelas indústrias da conserva de peixes, que apresentavam um desenvolvimento considerável. A décima parte da produção do azeite era exportada,ou empregada nas conservas, o restante era consumido pe

la população. (68)

O Brasil, embora diminuísse a compra do azeite lusitano, continuou sendo o mais importante mercado para este produto português.

Na primeira fase em foco, a importação brasileira do azeite português prosseguiu a referida descensão, iniciada em 1877 até 1892. Nestes anos os valores oscilaram de 46 200 mil réis (mínimo) a 162 600(máximo). A seguir deu-se um ligeiro crescimento, acentuando-se em 1895. O nível dos valores alcançado neste ano (411 800 mil réis), manteve-se mais ou menos estacionário até 1916. As cifras tiveram por limites 253 300 mil réis - (1906) e 560 100 mil réis (1916). Nos dois anos posteriores a descida foi brutal, chegando a 16 100 mil réis, em 1918.(Quadro XIII e Gráfico 9).

A movimentação das quantidades foi equitativa à dos valores (Quadro XIII).

Numa posição muito inferior à do vinho, o azeite foi o segundo representante dos produtos alimentares de 1894 a 1916, e também o segundo da totalidade da importação brasileira de Portugal. Em 17 e 18 desceu para os últimos lugares da classe de substâncias alimentícias e do conjunto da importação (Quadros XIV e XV).

O Brasil, de 1880 a 1916, preservou-se como o primeiro cliente do azeite português, sendo, a partir de 1896 quase o único comprador. Na segunda, terceira e quarta colocações, muito distantes do Brasil, vinham as colônias africanas. Em 17 e 18 Angola assumiu a posição do Brasil. Deve-se assinalar que, nos dois anos citados, a exportação portuguesa de azeite decaiu sensivelmente.

Portanto, deve-se ao mercado brasileiro o aumento da exportação portuguesa neste período.

Conforme dados estatísticos apresentados por Constancio Roque da Costa, o primeiro fornecedor de azeite ao Brasil, em 1905/6, foi Portugal, seguindo-se, pela ordem: Itália, Espanha e França. O autor adverte para a ameaça de Portugal perder a supremacia deste mercado, em face da concorrência italiana, bem como da espanhola. (69)

A situação do azeite no Brasil "é perigosamente estacionária, e não acompanhou o aumento do consumo que foi de 50% no decênio 1902/11, ao passo que as vendas da Espanha sextuplicaram e as da Itália e da França duplicaram.(...) Em 1913 a Itália vendeu mais."(70)

Segunda fase - 1919 a 30 - Nos dois primeiros anos desta fase o azeite quase desaparecera do quadro da importação. A recuperação iniciou-se em 1922, tendo daí em diante um au-

mento crescente dos valores e das quantidades, atingindo as ci - fras máximas,de todo o período analisado, em 1928 - 22 973 500 - mil réis e 3 907 200 quilos. Na segunda metade da década de 20 as compras tenderam a crescer (Quadro XIII e Gráfico 9).

Depois de um intervalo de 8 anos, retornou - ao nível de segundo produto, quer em relação às classes de subs - tâncias alimentícias, quer em relação ao conjunto da importação - (Quadros XIV e XV).

No quinquênio inicial desta fase, o Brasil o- cupou do sexto ao segundo lugar, entre os países compradores. Es- tiveram na sua frente, apenas, as colônias africanas. Em 1925, re tomou o Brasil a posição de primeiro cliente, conservando-a até - 1930. Angola permaneceu na segunda, e Moçambique na terceira.

As quantidades de azeite que Portugal expor- tou, nestes 50 anos, para os outros países, eram inteiramente des prezáveis. Assim, o Brasil e os territórios africanos garantiram a exportação lusitana.

A maior parte da produção oleícula permanecia no país para o consumo da população e das indústrias de conservas.

A diminuição brusca em 1917,e quase interru - pção em 19 e 20,mostram os reflexos das consequências da I Guer ra, contraindo o comércio.

Enquanto a importação do vinho tendeu a declinar, a do azeite tomou posição antagônica, crescente.

3.2.1.3 Batatas e legumes secos

A produção das batatas e legumes era voltada mais para o mercado interno, do que para o externo. No período em estudo, tinham muito pouca expressividade nas remessas externas portuguesas.

Entre as plantas leguminosas,"com exceção da fava, que se cultiva em maior escala, a produção dos outros legumes constitui, por assim dizer, pequena cultura hortícola que se exerce em proporções tão reduzidas, que mal chega para satisfazer as necessidades do consumo interno ".(71)

Não obstante, a importação portuguesa para suprir esse deficit interno, exportava-se batatas e legumes secos para o Brasil e possessões ultramarinas.

Batatas - De 1880 a 1918, a importação brasileira desse produto foi regular, até 1914. Nota-se, pelas cifras dos valores e quantidades, que as compras aumentaram a partir de 1889 até 1898. De 1889 a 1914 estas apresentaram um rítmo mais ou menos estável, com ligeira tendência a decrescer. Em 1915 houve um corte total na importação, pois os valores desceram a 400 mil réis e as quantias a 8 800 quilos. Nos dois anos seguintes

as compras foram interrompidas (Quadro XIII).

Considerando todos os produtos importados, a posição da batata variou do segundo ao sexto lugar. Contudo, manteve-se com predominância na terceira e quarta colocações.

Nesta fase, ressalvando-se alguns anos, o Brasil foi o primeiro e quase único comprador das batatas portuguesas. Em 1915/16/17 e 18, a exportação portuguesa deste artigo foi desprezável. Observa-se que nos referidos anos a importação brasileira foi praticamente interrompida. Isto denota a importância do mercado brasileiro para Portugal.

Nos 14 anos que iniciaram o século atual " a importação brasileira deste tubérculo esteve dividida entre a França e Portugal. Segundo as estatísticas, a França exportou quantidades superiores às nossas, porém de menor valor.

Em 1915 a importação em geral caiu demais, e a de origem portuguesa muito mais, ficando atrás dos Estados Unidos e da Espanha ".(72)

Na segunda fase - 1919 a 1930 - as batatas reapareceram na lista da importação brasileira em 1922, todavia, com quantidades insignificantes (7 000 quilos). Em 25 e 26 apresentaram um aumento vertiginoso, sendo respectivamente: 1 243 400 mil réis - 3 072 300 quilos e 5 691 100 mil réis e 2 007 600 quilos .

A seguir, o declínio foi brusco (Quadro VIII e Gráfico 9).

As batatas nesta fase passaram para os últimos lugares dos produtos alimentares importados. O Brasil retornou à categoria de primeiro cliente, somente em 25/6, depois suas compras nova - mente foram encurtadas. Por outro lado, a exportação portuguesa - desse gênero só alcançou significado naqueles dois anos, em que o Brasil elevou suas compras.

Legumes secos - 1880 a 1918 - partindo do início desta fase até 1912, a importação brasileira destes produtos- hortícolas apresentou uma tendência crescente. Daquela data em diante o retrocesso foi contínuo, tornando-se abrupto nos anos finais da I Guerra (Quadro XIII e Gráfico 9).

Na classe de substâncias alimentícias, os supracitados artigos ocuparam do segundo ao quinto lugar todos os - postos, com predominância no terceiro. Na importação global re - presentaram quase que constantemente, mas de forma alternada, o terceiro e quarto produto.

De 1880 a 1914, o Brasil foi o primeiro e também quase o único cliente desses produtos no mercado lusitano. Nos subsequentes passou para as posições terceira e quarta, como comprador. Com este decréscimo da importação brasileira, a exporta - ção portuguesa decaiu notavelmente.

Do início do século até 1913 crescia a importação de legumes secos provenientes de Portugal. " Em 1914 caiu vertiginosamente; a importação geral também decaiu. Predomina no mercado a Espanha, depois Alemanha, Itália,Portugal, França,etc." (73).

Na segunda fase, as compras brasileiras continuaram retrocedendo pronunciadamente. Porém, nos três últimos anos do decênio 20,apresentaram propensão a ascender (Quadro XIII e Gráfico 9).

O Brasil tornou-se um cliente secundário desses produtos.Assinala-se que a exportação portuguesa de legumes secos, nestes anos, decresceu de maneira acentuada, reabilitando-se em 1927/8/9, quando os principais compradores foram:a França,- Itália e Estados Unidos.

O motivo principal de tão grande declínio na importação brasileira de batatas e legumes secos filia-se ao fomento que as suas culturas tiveram no Brasil, como consequência da Grande Guerra 14-18.

3.2.1.4 Sardinhas e outros peixes em conservas

A indústria das conservas de peixes surgiram em Portugal a partir de 1855, porém começaram a ser exportadas em 1886. Antes desta data não constavam nas estatísticas do comércio

externo. Desde então, especialmente as conservas de sardinha e atum, apresentaram um desenvolvimento contínuo e ascendente, tornando-se uma das principais indústrias alimentícias, senão a principal.

No início do século XX, eram exportadas essas conservas em quantidades consideráveis e sempre crescentes para os grandes mercados europeus: Inglaterra, França, Alemanha e também para os mercados menores.

Esta indústria, favorecida pela conjuntura suscitada pela I Conflagração progrediu de tal forma que ascendeu ao segundo lugar dos produtos exportáveis, sobrepujando a exportação da cortiça.

As sardinhas e peixes em conservas, desde o início de suas exportações, figuravam na pauta dos produtos importados pelo Brasil.

Na primeira fase - 1880 a 1918 - os artigos em foco, começaram a ser importados pelo Brasil em 1886, devido aos motivos expostos acima. Desse ano até 1895, as compras brasileiras cresceram constantemente. Daí em diante caracterizaram-se por um rítmo oscilante e tendência a decrescer. No entanto, a partir de 1902, seguiram marcha ascendente, até a véspera da guerra, quando houve novo declínio (Quadro XIII e Gráfico 9).

Das substâncias alimentícias aqui tratadas, re

presentaram na maior parte do tempo o quinto produto. Em relação ao conjunto da importação, ocupou inicialmente o sexto lugar, e depois, pela ordem: quinto, quarto e terceiro lugares.

Como país comprador, o Brasil teve sua posição variando da terceira à oitava, com preponderância para a sexta.

Na segunda fase - 1919/30, passada as dificuldades criadas pela guerra, as compras seguiram um ritmo de crescimento constante.

A estes artigos corresponderam os postos terceiro e quarto, na lista de artigos importados de Portugal. O Brasil foi, de modo geral, o sétimo cliente.

Vale acrescentar que, além destas substâncias alimentícias, tiveram relativo destaque na importação brasileira: as cebolas, as carnes preparadas, as frutas (principalmente a castanha), e a conserva de azeitona. Estes dois últimos artigos, na década de 1920, elevaram-se à categoria dos principais produtos importados do mercado português.

Dos cinco gêneros alimentares analisados, somente o azeite e as sardinhas e outros peixes em conserva apresentaram tendência a crescer.

3.2.2 Manufaturas diversas

Já foi visto que até 1930, Portugal, da mesma forma que o Brasil, não era um país industrializado. A maioria das suas indústrias visavam abastecer o mercado interno e o Ultramar. Para exportação bastavam as conservas e uns tantos produtos de algodão, cortiça e madeira, que, com algumas outras, tais como: cerâmica, vidreira, superfosfatos e cimento; quase esgotavam a manufatura que Portugal tinha para oferecer ao estrangeiro.(74)

Apesar de ser reduzido o elenco de produtos industrializados que Portugal podia oferecer ao Brasil, as manufaturas diversas formavam a segunda classe de mercadorias que este último importava daquele país. Deve-se realçar que esta classe colocava-se numa posição muito inferior à primeira - substâncias alimentícias. Sua participação no conjunto das importações, com exceção de alguns anos, permaneceu sempre inferior a 10% (Quadros XI e XII).

3.2.2.1 Cortiça em rolha

A cortiça, em Portugal, começou a desenvolver-se de forma notável na segunda metade do século XIX. Com a procura crescente desse produto, com a ampliação de suas aplicações e consequente alargamento do mercado, o cultivo e a produção da cortiça expandiram-se constantemente. Converteram-se na segunda exportação portuguesa até a I Guerra Mundial, quando foi superada pelas conservas de sardinhas e outros peixes.

Portugal tornou-se um dos maiores produtores mundiais da cortiça. Os dados estatísticos de 1907 da produção mundial deste artigo mostram que o citado país era o maior produtor mundial, com cerca de quase metade da produção e era o segundo em hectares cultivados, excedido pela Argélia. (74) Em 1926, segundo M. B. Amzalak, Portugal conserva idêntica posição. (75)

A exportação foi sempre constituída na maior parte de cortiça em estado bruto. A parte manufaturada era composta principalmente de rolhas, que passou a ter significado na exportação a partir de 1875.

Da cortiça, considerando-a tanto em estado bruto quanto em obra, o Brasil importou sobretudo a rolha.

De 1880 a 1918 a importação desse artigo foi de pequeno vulto, em relação aos outros cinco principais produtos importados pelo Brasil. As compras cresceram lentamente até 1895. Daí em diante, conservaram-se num nível mais ou menos estagnado, até 1911, havendo a seguir um pequeno declínio até 1916 e a partir do ano subsequente tentaram alcançar o nível anterior. (Quadro - XIII).

A rolha de cortiça correspondeu, nesta fase, ao mais importante produto dasmanufaturas diversas comprado pelo mercado brasileiro.

O Brasil, durante estes 38 anos, figurou como

o terceiro cliente do mencionado gênero, depois da Inglaterra e Alemanha, porém muito abaixo destas duas nações.

A rolha portuguesa sofria forte concorrência da espanhola e perdia mercado em detrimento desta. "Enquanto no Brasil o consumo de rolhas aumenta consideravelmente, o nosso artigo vai tendo aqui cada vez menor aceitação. Diminui em quantidades e em valores. A Espanha em 10 anos aumentou 332% as quantidades e 617% os valores. A diminuição portuguêsa no mesmo período foi de 30,3% em quantidades e 18,5% em valores ". (76)

De 1919 a 1930 as compras brasileiras permaneceram estacionárias num nível pouco inferior àquele que precedeu os anos da guerra. (Quadro XIII)

A posição desta manufatura decaiu seja em relação à sua classe, seja em relação à importação global. A colocação do Brasil entre os países compradores também tendeu a declinar.

Durante a primeira fase (1890-1918), a rolha de cortiça constituiu o principal artigo das manufaturas diversas importadaspelo Brasil. Já na segunda tendeu a perder esta situação de primazia em prol dos palitos. "Portugal tem preponderância no mercado brasileiro quanto aos palitos de mesa. Pode-se afirmar que nesta pequena manufatura, por enquanto, Portugal não tem competidores." (77).

Ainda em relação às manufaturas diversas importadas destacaram-se os livros impressos.

Entre os principais produtos importados pelo Brasil, o vinho, ininterruptamente, ocupou o primeiro lugar, mantendo um rítmo mais ou menos equilibrado. Não apresentou oscilações bruscas. A sua tendência a decair durante a década de 1920 foi gradativa.

Além do vinho, as sardinhas em conserva e as rolhas de cortiça, ambas em seu baixo nível, apresentaram um importação regular, isto é, não tiveram variações violentas.

O azeite, excetuando a depressão de 1918-21, caracterizou-se como um produto mais ou menos estável.

As batatas e os legumes secos foram produtos instáveis, tendo um movimento de importação completamente desequilibrado, com várias interrupções. Depois da guerra tornaram-se insignificantes no quadro das compras brasileiras.

3.2.2.2. Outras Mercadorias

Matérias Primas - Em Portugal esta classe é representada principalmente pelas matérias vegetais, ou mais particularmente, pela cortiça.

Sendo relativamente reduzido o desenvolvimento da indústria da cortiça, a maior parte deste produto era exportada como matéria-prima. Nesta categoria, tornou-se uma das mercadorias que mais pesava na balança comercial portuguêsa.

No entanto, a maior parcela da cortiça comprada pelo Brasil era manufaturada (sobretudo a rolha), e não em estado de matéria-prima.

Observa-se, no Quadro XIII, que o Brasil importou quantidades consideráveis de matéria-prima portuguesa. Todavia, deve-se frisar que essas quantias eram representadas predominantemente por sal comum, pedras mármores e cal em pó e em pedra, produtos muito pouco valiosos. Só para citar alguns exemplos, importou-se em: 1880 - 23 775 000 quilos de sal; 1905 - 12 900 000 quilos de pedras mármores e de cal; 1917 - 12 100 000 quilos de sal e 780 000 quilos de cal em pedra.

Esta classe teve insignificante papel na importação brasileira de Portugal. (Quadro XII).

Fios, tecidos e respectivas obras; Aparelhos-instrumentos, utensílios, embarcações, veículos e armas - as mercadorias destas classes, principalmente da última, eram inexpressivas, tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos, no conjunto da importação. Já foi demonstrado anteriormente que Portugal não era um país industrializado e portanto, quase não dispu -

nha de tais prcdutos para serem exportados.

Animais vivos - esta classe não possuia qualquer significado no comércio entre os dois países. (Quadro XI e XII).

Ouro e prata - a importação brasileira desses metais em barra inexistiu. Em moeda, só a de ouro teve alguma representatividade até 1910 e depois desapareceu. (Quadros A4 e A5 - vide Anexos).

Da análise feita comprova-se que os produtos que alimentaram o comércio Brasil-Portugal, foram aqueles provenientes do setor agrícola. O vinho regeu a importação e o algodão a exportação. Aquela bebida ininterruptamente ocupou o primeiro lugar no movimento geral, muito acima das demais mercadorias importadas e exportadas. Por isso, pode-se classificá-lo como o produto-base das trocas comerciais entre as duas nações.

Quadro VI

MERCADORIAS BRASILEIRAS EXPORTADAS PARA PORTUGAL

- VALORES E QUANTIDADES -

ANOS	CLASSES DE MERCADORIAS											
	MATÉRIAS PRIMAS - 1 -		SUBSTANCIAS ALIMENTÍCIAS - 2 -		MANUFATURAS DIVERSAS - 3 -		APARELHOS, INSTRUMENTOS, MÁQUINAS, UTENSÍLIOS, VEÍCULOS EMBARCAÇÕES E ARMAS - 4 -		FIOS, TECIDOS E RESPECTIVAS OBRAS - 5 -		ANIMAIS VIVOS - 6 -	
	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS
1880	1.238.900	5.337.400	888.700	9.190.700	10.700	16.900	600	17.000	400	30	400	40
1881	1.387.900	5.716.900	970.500	10.306.900	56.800	15.300	5.300	15.300	8.400	12.500	400	40
1882	1.278.800	5.458.900	1.024.800	11.206.500	15.500	29.900	700	29.900	1.000	700	300	40
1883	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1884	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1885	1.354.500	6.572.600	544.300	7.854.400	21.400	33.800	1.300	33.800	500	600	400	30
1886	1.556.300	7.970.600	414.900	5.733.400	33.200	17.100	7.900	17.100	900	500	400	40
1887	1.494.200	6.848.000	348.100	5.931.200	23.100	28.000	5.300	28.000	4.200	6.500	200	20
1888	1.663.700	7.791.300	456.900	6.224.500	1.500	12.600	1.500	12.600	2.600	4.500	200	30
1889	1.449.300	7.085.700	294.800	3.323.500	8.000	29.400	100	29.400	1.500	-	100	10
1890	1.687.800	7.934.200	244.100	3.360.000	15.600	13.000	200	13.000	3.100	14.900	200	70
1891	1.618.700	7.655.700	420.100	7.681.200	14.900	17.700	200	17.700	1.200	26.500	200	10
1892	1.573.200	7.139.400	318.600	4.754.500	11.200	9.000	700	9.000	1.800	11.500	5.600	900
1893	2.148.300	8.566.500	244.600	2.839.900	16.600	8.400	1.400	8.700	5.400	26.000	6.900	3.100
1894	2.089.000	8.230.000	372.400	4.836.000	14.800	71.200	400	71.200	3.500	1.500	3.500	2.000
1895	1.726.800	6.611.300	262.900	3.308.000	17.500	54.800	7.200	54.800	2.900	1.400	2.400	1.500
1896	1.336.600	6.227.700	250.000	3.401.800	24.100	23.400	1.100	23.400	7.100	3.200	2.100	1.100
1897	1.663.100	7.524.700	252.400	4.059.900	23.300	6.900	1.000	6.900	4.000	1.500	1.300	600
1898	1.707.000	7.395.600	209.500	3.025.600	24.200	47.200	10.500	47.200	4.100	1.400	700	400
1899	1.338.600	5.551.900	94.200	560.900	21.600	15.800	1.200	15.800	3.200	1.300	600	100
1900	2762.900	9.340.100	87.700	523.100	23.200	13.500	500	13.500	4.200	2.400	200	100
1901	1.877.100	6.601.500	129.800	1.060.700	23.800	18.200	1.000	18.200	3.700	1.100	500	400
1902	2.658.700	9.580.700	156.200	1.543.700	26.500	25.400	11.800	25.400	5.300	1.100	600	400
1903	2.794.700	9.948.000	265.400	3.467.000	25.200	54.100	4.200	54.100	2.200	900	600	400
1904	1.890.900	6.237.300	201.400	1.673.600	30.900	44.100	1.800	44.100	1.900	700	300	300
1905	1.734.500	5.904.400	204.100	1.040.100	30.100	33.900	1.400	33.900	2.100	700	300	300
1906	1.677.600	6.978.800	252.800	2.127.500	32.100	55.800	800	55.800	1.700	500	300	300

Cont.

MERCADORIAS BRASILEIRAS EXPORTADAS PARA PORTUGAL

Quadro VI

- VALORES E QUANTIDADES -

ANOS	CLASSES DE MERCADORIAS											
	MATÉRIAS-PRIMAS - 1 -		SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS - 2 -		MANUFATURAS DIVERSAS - 3 -		APARELHOS, INSTRUMENTOS, MÁQUINAS, UTENSÍLIOS, EMBARCAÇÕES, VEÍCULOS E ARMAS - 4 -		TECIDOS E RESPECTIVAS OBRAS - 5 -		ANIMAIS VIVOS - 6 -	
	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS
1907	1.654.600	6.054.000	158.800	963.300	36.200	29.500	6.900	200	1.500	500	600	300
1908	1.101.700	3.857.900	160.500	986.600	26.000	30.500	18.900	300	900	400	1.000	300
1909	1.120.500	3.962.000	151.500	1.387.900	31.600	37.200	1.700	600	1.500	600	300	400
1910	986.300	3.502.300	122.800	782.000	33.100	29.400	1.700	700	2.100	1.200	3.000	300
1911	1.633.300	6.023.100	182.100	1.617.800	34.900	47.900	1.700	300	1.100	700	500	200
1912	1.079.100	3.511.200	178.800	1.057.000	35.000	32.700	4.800	600	1.800	600	100	100
1913	1.371.400	4.140.800	205.800	1.160.800	43.200	44.800	8.800	1.700	1.300	500	100	100
1914	1.891.100	5.857.400	235.200	1.733.600	57.900	44.400	2.600	600	1.900	600	100	100
1915	1.467.800	3.599.600	1.189.500	11.408.100	46.000	191.100	12.900	3.000	1.100	600	500	100
1916	1.943.800	4.458.800	701.500	4.158.700	49.400	113.900	3.600	200	800	300	-	40
1917	3.202100	2.927.200	616.300	2.924.800	69.400	74.700	5.600	500	700	200	100	60
1918	2.288.200	1.631.400	1.000.700	2.397.500	24.300	49.100	100	-	100	20	200	2
1919	3.919.900	5.545.700	2.153.100	6.319.300	380.600	167.200	13.600	2.800	3.600	500	100	20
1920	26.735.600	16.526.000	8.693.900	6.888.300	2.253.100	499.400	446.100	69.700	3.500	300	500	10
1921	24.121.400	14.668.600	39.133.900	58.532.000	2.330.600	998.100	176.400	18.600	10.600	.400	8.600	100
1922	38.457.000	57.021.700	49.560.400	58.756.500	2.567.600	797.200	236.400	16.000	90.100	2.000	5.100	30
1923	86.796.300	11.858.300	93.718.600	37.341.800	3.247.400	139.500	603.300	10.700	1.200.600	572.700	28.600	40
1924	81.448.000	4.230.200	34.786.400	13.303.800	2.550.500	90.100	453800	6.200	428.500	113.800	3.200	8
1925	42.197.300	4.376.300	18.778.300	5.158.700	898.600	18.600	111.900	6.000	538.000	83.800	1.000	20
1926	24.564.800	4.207.800	13.929.500	3.196.900	1.333.000	23.500	234.100	12.100	329.100	62.600	.-	-
1927	23.587.300	4.173.100	14.805.100	4.627.000	1.041.100	21.300	105.800	7.000	373.400	74.800	-	-
1928	26.994.200	5.523.700	14.979.400	3.653.100	1.035.200	27.500	426.900	25.900	317.700	59.100	100	1
1929	39.844.800	8.667.900	13.201.800	3.208.200	1.169.300	32.500	681.300	41.800	405.700	79.100	1.200	6
1930	35.017.144	10.571.300	14.013.500	6.636.200	765.300	17.500	59.100	5.000	438.300	93.300	500	6

PERCENTUAIS DAS MERCADORIAS BRASILEIRAS EXPORTADAS PARA PORTUGAL

VALORES

QUADRO VII

ANOS	MATÉRIAS PRIMAS %	SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍC. %	MANUFATURAS DIVERSAS %	APARELHOS UTENSÍLIOS MÁQUINAS %	FIOS, TECIDOS E RESP. OBRAS %	ANIMAIS VIVOS %
1880	57,90	41,53	0,50	0,03	0,02	0,02
1	57,66	40,31	1,53	0,14	0,35	0,02
2	55,09	44,15	0,68	0,03	0,04	0,01
3	-	-	-	-	-	-
4	-	-	-	-	-	-
5	70,46	28,31	1,11	0,07	0,03	0,02
6	78,29	20,60	1,65	0,40	0,05	0,02
7	79,68	18,56	1,23	0,30	0,22	0,01
8	78,44	21,27	0,07	0,07	0,12	0,01
9	83,16	16,35	0,42	0,01	0,08	0,01
1890	86,51	12,51	0,80	0,01	0,16	0,01
1	78,76	20,44	0,72	0,01	0,06	0,01
2	82,32	16,67	0,56	0,04	0,09	0,29
3	88,47	10,28	0,68	0,06	0,22	0,28
4	84,11	14,99	0,60	0,02	0,14	0,14
5	85,51	13,00	0,87	0,36	0,24	0,14
6	82,28	15,39	1,48	0,08	0,44	0,15
7	85,50	12,98	1,20	0,05	0,21	0,06
8	87,27	10,71	1,24	0,50	0,20	0,02
9	91,72	6,45	1,48	0,08	0,19	0,01
1900	95,98	3,05	0,80	0,02	0,15	-
1	92,20	6,38	1,17	0,05	0,13	0,02
2	93,05	5,47	0,93	0,41	0,12	0,02
3	90,37	8,58	0,81	0,13	0,07	0,02
4	88,81	9,45	1,45	0,08	0,09	0,03

cont. QUADRO VII

ANOS	MATÉRIAS PRIMAS %	SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍC. %	MANUFATURAS DIVERSAS %	APARELHOS UTENSÍLIOS MÁQUINAS %	FIOS, TECIDOS E RESP. OBRAS %	ANIMAIS VIVOS %
1905	87,95	10,35	1,53	0,07	0,11	0,03
6	85,36	12,86	1,63	0,04	0,09	0,01
7	89,44	8,48	1,94	0,37	0,08	0,03
8	84,16	12,26	1,99	1,44	0,07	0,08
9	85,72	11,59	2,41	0,13	0,11	0,03
1910	85,84	8,24	2,88	0,15	0,18	0,26
1	88,12	9,82	1,88	0,09	0,06	0,06
2	83,03	13,76	2,69	0,40	0,14	-
3	83,05	13,67	2,62	0,50	0,11	-
4	87,28	10,76	1,75	0,12	0,09	-
5	54,01	43,75	1,70	0,50	0,03	0,01
6	72,02	26,00	1,83	0,13	0,03	-
7	82,22	15,83	1,78	0,14	0,02	-
8	69,05	30,20	0,73	0,01	-	0,01
9	60,58	33,27	5,88	0,21	0,06	-
1920	70,11	22,80	5,91	1,16	0,02	-
1	36,67	59,50	3,54	0,26	0,02	0,01
2	42,30	54,51	2,82	0,26	0,10	0,01
3	46,77	50,49	1,75	0,32	0,66	0,01
4	68,06	29,07	2,13	0,38	0,36	-
5	67,49	30,03	1,44	0,18	0,86	-
6	60,82	34,49	3,30	0,58	0,81	-
7	59,10	37,09	2,61	0,27	0,93	-
8	61,70	34,23	2,37	0,97	0,73	-
9	72,05	23,87	2,11	1,23	0,73	0,01
1930	69,63	27,86	1,52	0,12	0,87	-

PRINCIPAIS PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS PARA PORTUGAL

Quadro XIII

ANOS	COUROS E PELES EM BRUTO		A L O D Ã O		A Ç Ú C A R		C A F É		FARINHA DE PAU		TABACO EM FOLHA E ROLO	
	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS
1880	489.700	1.396.700	648.800	2.501.200	741.900	7.844.000	60.300	225.600	17.700	363.300	28.800	86.600
1881	607.100	1.621.000	702.800	2.723.400	843.500	8.935.100	47.700	199.600	14.900	460.900	28.800	103.600
1882	489.900	1.591.900	701.800	2.802.600	880.200	9.600.900	63.100	339.000	12.400	401.800	28.100	113.100
1883	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1884	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1885	428.300	1.398.100	827.500	3.820.400	441.700	6.735.200	27.900	144.500	17.600	412.300	30.500	109.900
1886	464.100	1.602.100	1.003.800	1.003.800	307.000	4.413.800	35.300	199.700	17.700	477.800	25.200	83.600
1887	443.500	1.576.400	969.600	4.780.000	266.800	4.601.500	10.600	41.500	21.200	739.100	46.900	159.300
1888	481.900	1.793.500	1.055.900	5.143.500	364.100	5.315.200	34.200	113.900	15.700	427.700	71.700	229.900
1889	428.400	1.606.900	1.000.800	4.873.100	238.600	3.013.000	11.100	38.500	4.800	56.600	2.300	7.800
1890	359.500	1.485.700	1.161.500	5.010.000	70.000	789.600	13.500	41.700	95.800	2.052.800	2.400	9.000
1891	345.000	1.357.900	1.211.100	5.438.200	174.400	2.219.300	15.900	45.500	168.088	5.057.200	5.600	30.900
1892	371.200	1.302.900	1.117.800	4.664.000	166.000	1.895.800	22.100	83.200	87.800	2.500.000	800	3.700
1893	408.100	1.354.600	1.641.400	6.214.600	154.500	1.669.400	16.400	49.600	35.700	924.100	-	40
1894	386.500	1.459.900	1.617.400	6.009.100	226.100	2.446.000	9.200	25.400	91.200	2.118.400	12.400	54.400
1895	374.400	1.057.600	1.281.200	4.793.700	148.400	1.689.800	12.200	36.400	61.900	1.389.200	2.300	6.300
1896	458.700	1.455.600	809.600	3.577.300	86.400	1.008.300	22.700	53.900	97.000	2.201.000	4.300	16.500
1897	448.000	1.401.900	1.127.700	5.040.600	92.700	1.188.300	24.900	62.200	70.600	2.045.500	2.400	8.200
1898	398.400	1.161.000	1.221.600	5.249.500	31.000	372.900	40.200	104.300	71.867	1.877.500	13.800	44.500
1899	409.300	1.192.900	855.000	3.608.900	21.900	193.400	23.600	58.500	15.600	218.500	20.000	80.600
1900	575.000	1.249.200	2.091.300	7.171.800	6.400	42.900	15.900	49.400	26.200	343.700	28.000	116.300
1901	633.000	1.437.700	1.174.200	3.944.800	13.100	96.900	23.600	67.400	53.900	784.400	4.000	14.900
1902	709.300	1.586.300	1.871.100	7.091.400	26.500	224.200	29.000	87.100	58.800	1.031.400	3.500	25.900
1903	681.000	1.539.100	1.975.600	7.045.500	10.800	132.200	92.300	356.800	118.700	2.082.400	9.600	47.000
1904	805.700	1.416.000	1.174.900	3.584.400	8.500	83.300	101.900	393.400	47.800	990.300	36.000	173.800
1905	468.100	1.077.400	868.200	3.770.800	10.300	97.500	127.100	491.800	22.000	414.900	55.500	184.900
1906	454.400	1.040.500	1.089.800	4.717.300	15.400	158.900	130.800	459.900	60.200	1.363.400	22.100	85.100
1907	495.300	1.125.300	1.061.100	4.086.300	9.200	75.700	88.900	354.400	19.300	419.100	29.400	93.100
1908	423.300	964.500	567.000	1.824.800	4.300	26.100	85.700	353.900	22.600	331.200	32.200	71.300
1909	494.900	1.086.200	527.600	1.846.000	13.900	140.700	51.200	258.300	45.600	850.400	33.100	90.900

Cont. Quadro VIII

PRINCIPAIS PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS PARA PORTUGAL

ANOS	COUROS E PELES EM BRUTO		ALGODÃO		AÇÚCAR		CAFÉ		FARINHA DE PAU		TABACO EM FOLHA E ROLO	
	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS
1910	577.000	1.280.600	260.800	781.500	10.900	114.300	49.700	248.500	20.100	298.600	38.600	115.000
1911	586. 000	1.348.000	909.100	2.735.800	27.300	375.600	63.900	235.100	46.100	833.700	26.600	59.700
1912	581.800	1.232.300	356.900	1.093.500	9.500	98.800	91.100	311.000	30.900	529.100	44.700	114.100
1913	424.700	834.800	849.200	2.646.100	6.400	52.700	134.300	433.800	31.000	449.100	34.800	81.500
1914	306.700	467.700	1.566.100	4.620.600	30.900	341.200	113.300	407.100	42.200	808.800	40.700	106.400
1915	840.200	1.377.500	489.200	1.310.100	939.500	10.111.200	162.900	550.600	50.200	644.100	54.800	129.600
1916	1.497.700	1.671.800	-	-	332.300	2.263.300	194.800	533.600	130.900	1.164.800	57.900	191.100
1917	1.537.700	1.260.800	339.200	259.478	90.400	306.100	297.600	654.900	169.400	1.428.000	386.500	580.000
1918	793.500	548.900	1.421.200	694.800	198.800	371.300	348.800	668.000	174.900	731.900	70	70
1919	1.693.100	1.097.100	1.378.300	772.500	1.022.100	2.007.400	101.900	155.100	756.600	3.832.700	75.800	72.700
1920	4.253.200	982.900	18.595.100	4.322.000	4.438.600	3.255.100	671.100	436.000	171.300	475.800	226.000	129.000
1921	6.179.500	1.604.500	13.609.000	3.748.600	15.811.600	14.997.700	695.700	488.000	1.032.100	2.495.200	1.366.700	271.300
1922	7.683.400	1.428.900	27.816.200	6.193.600	32.397.000	31.022.400	4.015.300	1.284.200	930.500	2.150.000	354.800	121.000
1923	13.663.900	1.372.800	66.507.900	5.873.600	62.913.400	25.755.900	5.310.900	859.200	2.177.800	2.975.600	1.408.300	340.100
1924	9.820.400	932.200	60.512.600	2.406.200	14.872.100	4.036.900	7.892.100	862.300	332.100	222.200	3.345.200	246.600
1925	11.898.400	1.090.300	25.782.200	2.071.000	1.072.900	509.900	12.358.600	1.208.300	3.365.500	2.618.800	342.900	46.100
1926	7.089.000	721.000	13.083.300	1.673.100	875.900	711.700	11.453.200	1.225.100	1.012.400	1.014.400	33.000	2.400
1927	5.119.900	536.900	12.037.900	1.623.900	1.000.100	635.600	10.284.900	1.441.800	1.135.000	1.183.300	75.100	7.800
1928	6.377.300	398.600	13.362.400	1.366.300	710.200	978.700	11.049.200	1.304.200	1.402.200	1.475.100	69.600	6.200
1929	10.787.800	863.000	20.028.500	2.489.500	189.800	156.500	9.922.300	1.190.000	1.939.700	1.597.600	234.200	23.000
1930	5.710.800	680.100	19.331.900	2.967.600	172.400	227.400	9.048.600	1.776.700	1.195.000	1.396.400	256.800	22.300

PERCENTUAIS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS PARA PORTUGAL EM RELAÇÃO AOS VALORES DE SUAS CLASSES

QUADRO IX

ANOS	MATÉRIAS-PRIMAS			SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS		
	COUROS E PELES EM BRUTO %	ALGODÃO %	TABACO EM FOLHA %	AÇÚCAR %	CAFÉ %	FARINHA DE PAU %
1880	39,57	52,37	2,26	83,48	7,85	2,00
1	43,74	50,60	1,93	90,69	4,91	1,53
2	38,31	54,88	2,19	85,89	6,15	1,21
3	-	-	-	-	-	-
4	-	-	-	-	-	-
5	31,62	61,09	2,25	81,15	5,12	3,23
6	29,82	64,50	1,62	74,00	8,51	4,26
7	29,68	64,89	3,14	76,64	3,04	6,09
8	28,96	63,46	4,31	76,69	7,48	3,43
9	28,57	66,75	0,15	80,93	3,76	1,62
1890	21,30	68,81	0,14	28,67	5,53	39,24
1	21,31	74,91	0,33	41,51	3,78	40,01
2	23,59	71,05	0,05	52,10	6,93	27,55
3	18,99	76,41	-	61,90	6,57	14,30
4	18,50	77,42	0,59	60,71	2,47	24,49
5	21,05	74,11	0,13	56,45	4,64	23,54
6	34,32	60,57	0,32	34,45	9,08	38,80
7	26,94	67,81	0,14	36,72	9,86	27,97
8	23,34	71,56	0,81	16,23	19,19	34,32
9	30,57	63,87	1,49	23,03	25,05	15,56
1900	20,81	75,69	1,01	7,29	18,13	29,87
1	33,72	62,55	0,21	10,09	18,18	41,52
2	26,68	70,37	0,13	16,96	18,56	37,64
3	24,38	70,69	0,34	3,76	34,77	44,72
4	32,03	62,13	1,90	4,22	50,59	23,73

cont.

QUADRO IX

ANOS	MATÉRIAS-PRIMAS			SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS		
	COUROS E PELES EM BRUTO	ALGODÃO %	TABACO EM FOLHA %	AÇÚCAR %	CAFÉ %	FARINHA DE PAU %
1906	27,08	64,96	1,32	6,09	51,74	23,81
7	29,93	64,13	1,77	5,87	56,69	12,31
8	38,42	51,46	2,92	2,68	53,40	14,08
9	44,16	47,08	2,95	9,17	33,79	30,10
1910	58,50	26,44	4,01	8,87	40,47	16,32
1	35,87	55,66	1,63	14,99	35,09	25,31
2	53,91	33,07	4,14	5,31	50,95	17,28
3	30,97	61,92	2,54	2,83	59,47	13,73
4	16,22	82,81	2,15	13,25	48,58	18,09
5	57,24	33,33	3,73	78,99	13,69	4,22
6	77,05	-	2,98	47,36	27,77	8,25
7	48,02	10,59	12,07	14,67	48,29	27,48
8	34,68	62,11	-	19,86	34,85	17,47
9	43,19	35,19	1,93	47,47	4,73	35,14
1920	15,91	69,39	0,86	51,05	7,72	1,97
1	25,62	56,42	5,66	40,40	1,78	2,64
2	19,98	72,33	0,92	65,37	8,10	1,87
3	15,74	76,62	1,62	67,13	5,67	2,32
4	12,06	74,29	4,11	42,75	22,68	0,95
5	28,19	61,10	0,81	5,71	65,81	17,92
6	28,86	53,26	0,13	6,29	82,22	7,26
7	21,71	51,03	0,32	6,75	69,47	7,66
8	23,62	49,50	0,26	4,74	43,76	9,36
9	27,67	50,27	0,59	1,44	75,15	14,69
1930	16,31	55,21	0,73	1,23	64,57	1,83

COUROS E PELES e ALGODÃO - SEUS PERCENTUAIS EM RELAÇÃO ACS VALORES DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA PORTUGAL

QUADRO X

ANOS	COUROS E PELES %	ALGODÃO %	ANOS	COUROS E PELES %	ALGODÃO %
1880	22,89	30,32	1906	23,12	55,45
1	25,22	29,17	7	26,81	57,43
2	21,11	30,23	8	32,34	43,31
3	-	-	9	37,86	40,36
4	-	-	1910	50,21	22,70
5	22,28	43,04	1	31,61	49,04
6	23,05	49,85	2	44,77	27,46
7	23,65	51,71	3	27,46	51,43
8	22,43	49,15	4	14,15	72,28
9	23,76	55,50	5	30,91	18,00
1890	18,43	59,53	6	55,49	-
1	16,79	58,93	7	39,48	8,71
2	19,42	58,49	8	23,95	42,89
3	16,81	57,60	9	26,16	21,30
4	15,56	65,12	1920	11,53	48,65
5	18,52	63,37	1	9,39	20,69
6	28,24	49,84	2	8,45	30,59
7	23,03	57,98	3	7,36	35,83
8	20,35	62,45	4	8,21	50,56
9	28,04	58,58	5	19,03	41,23
1900	19,97	72,26	6	17,55	32,39
1	31,09	57,66	7	12,82	30,16
2	24,82	65,49	8	14,57	30,54
3	22,02	63,88	9	19,51	36,21
4	28,47	55,23	1930	11,35	38,44
5	23,73	44,02			

Quadro XI

MERCADORIAS PORTUGUESAS IMPORTADAS PELO BRASIL
- VALORES E QUANTIDADES -

ANOS	CLASSES DE MERCADORIAS											
	SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS -1-		MANUFATURAS DIVERSAS -2-		MATÉRIAS - PRIMAS -3-		FIOS, TECIDOS E RESPECTIVAS OBRAS -4-		APARELHOS, INSTRUMENTOS, MÁQUINAS, VEÍCULOS, EMBARCAÇÕES -5-		ANIMAIS VIVOS -6-	
	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS
1880	5.178.000	46.646.400	554.900	1.457.200	173.500	25.495.200	33.900	31.800	23.400	43.900	800	30
1881	3.814.200	31.671.300	531.200	1.137.300	127.800	14.466.500	29.900	34.200	15.700	34.800	400	40
1882	4.255.700	42.391.800	665.300	1.818.900	85.300	10.134.600	25.600	26.400	10.400	23.200	3.900	90
1883	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1884	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1885	3.761.800	40.250.200	335.000	1.067.100	54.200	4.403.200	14.600	13.200	8.300	33.800	6.600	110
1886	4.151.800	39.751.900	303.900	1.171.900	85.800	8.915.100	18.700	16.300	9.400	23.100	500	150
1887	3.316.200	48.804.100	248.700	1.474.200	82.800	13.546.100	21.300	151.800	13.000	14.[illegible]	4.600	80
1888	3.810.700	48.797.800	274.400	1.109.600	73.400	2.821.000	23.900	24.400	4.900	7.000	7.300	450
1889	3.881.000	55.057.400	280.100	1.482.000	65.300	1.003.700	21.400	20.000	9.200	23.700	4.800	180
1890	4.802.200	55.268.100	276.900	1.526.700	62.800	5.691.100	22.300	21.700	8.700	11.200	7.700	260
1891	4.893.300	56.149.100	278.000	1.220.000	56.600	1.961.100	22.300	32.400	9.200	10.300	14.700	770
1892	6.368.900	67.571.800	307.100	1.276.000	71.600	5.610.700	23.400	37.500	6.500	12.400	3.900	160
1893	6.648.600	63.680.800	340.700	1.870.100	80.800	6.795.400	38.400	56.500	7.700	10.400	3.200	80
1894	5.518.900	49.560.300	334.300	1.930.200	68.900	7.351.700	52.700	84.000	12.300	16.000	7.100	500
1895	6.771.800	60.393.400	389.700	2.232.200	66.900	7.117.700	82.100	131.400	20.800	37.000	10.900	660
1896	6.073.500	65.876.600	321.300	2.002.600	72.200	7.356.700	89.100	115.000	12.700	19.100	9.900	670
1897	5.189.200	67.275.600	274.400	1.721.600	72.900	9.696.000	76.200	103.700	7.700	18.000	10.100	150
1898	6.876.400	71.852.100	261.000	1.267.400	91.900	5.587.400	103.400	135.300	10.200	11.300	7.900	330
1899	5.342.500	57.847.100	213.200	1.403.000	68.700	10.356.500	110.500	162.100	10.600	10.900	7.800	170
1900	5.068.400	58.927.100	278.500	3.546.600	78.700	8.732.000	90.800	108.400	10.200	14.400	11.300	750
1901	4.358.600	58.509.200	183.200	1.084.300	67.000	2.709.700	44.100	47.400	8.100	35.800	9.000	240
1902	4.955.400	61.181.500	200.100	1.376.300	55.100	6.473.100	54.400	63.000	8.500	8.800	19.300	1.900
1903	4.708.500	60.115.600	212.600	1.486.100	80.800	7.964.000	59.300	79.300	9.100	15.300	7.900	250
1904	4.614.700	56.950.200	221.600	2.431.400	88.700	8.126.000	72.100	353.000	6.900	12.900	4.800	240
1905	5.395.600	68.727.800	217.900	2.569.000	95.000	15.224.100	56.000	80.700	12.000	10.900	20.100	480
1906	5.016.900	67.246.400	205.100	2.412.600	85.800	8.945.500	56.100	81.200	12.900	18.400	14.900	490

Cont.

MERCADORIAS PORTUGUÊSAS IMPORTADAS PELO BRASIL
- VALORES E QUANTIDADES -

Quadro XI

ANOS	CLASSES DE MERCADORIAS											
	SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS -1-		MANUFATURAS DIVERSAS -2-		MATÉRIAS PRIMAS -3-		FIOS, TECIDOS E RESPECTIVAS OBRAS -4-		APARELHOS, INSTRUMENTOS, MÁQUINAS, UTENSÍLIOS, EMBARCAÇÕES, VEÍCULOS E ARMAS -5-		ANIMAIS VIVOS -6-	
	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS
1907	5.215.600	66.048.100	232.300	2.894.900	92.000	5.992.000	65.900	90.300	13.900	18.200	3.500	40
1908	4.497.300	58.391.900	224.100	2.308.300	64.900	2.876.900	33.000	39.300	12.000	23.800	7.200	260
1909	4.763.600	62.684.000	211.900	2.746.500	82.500	8.111.000	68.000	70.900	13.600	18.700	5.800	260
1910	5.966.300	76.564.000	262.300	3.161.900	103.300	9.161.000	99.500	106.600	21.100	30.100	7.500	100
1911	5.902.100	72.440.200	227.300	3.121.300	78.000	12.502.400	78.200	87.700	21.100	17.600	9.500	90
1912	6.288.300	77.387.500	228.600	4.417.800	106.800	10.521.500	74.500	63.800	22.100	34.200	3.200	40
1913	5.781.000	73.199.500	246.300	4.272.400	71.300	11.395.700	70.500	64.300	21.700	18.500	2.400	70
1914	5.552.100	48.482.300	145.600	1.060.500	66.700	2.785.200	54.900	36.000	17.800	6.000	100	130
1915	5.828.300	49.530.500	202.300	1.271.700	114.500	2.768.600	71.600	75.900	17.700	91.500	100	80
1916	5.325.200	38.479.200	373.900	1.829.500	125.600	4.089.300	135.500	106.900	21.100	36.800	-	4.000
1917	3.577.100	30.942.000	383.900	1.440.600	116.600	14.077.800	132.000	77.400	19.900	61.700	-	-
1918	3.645.500	23.882.000	495.700	1.442.000	190.500	4.638.400	159.700	64.300	75.900	143.300	-	-
1919	5.062.800	18.756.000	651.200	1.555.400	153.200	1.949.700	120.600	50.500	65.800	60.700	3.100	10
1920	23.536.300	30.489.300	1.886.200	1.456.100	720.900	3.099.851	417.200	47.600	178.500	105.000	23.500	4
1921	12.307.000	13.241.100	1.079.100	1.280.600	290.600	1.618.500	210.800	27.100	93.000	47.500	75.500	2
1922	27.307.000	20.645.600	3.892.300	1.867.100	1.247.900	2.489.500	342.900	20.000	280.700	59.700	22.100	13
1923	29.857.500	22.176.100	3.982.800	1.194.100	1.328.500	1.424.800	360.400	11.000	413.800	284.300	11.100	16
1924	52.932.800	26.943.300	5.429.400	1.475.100	1.230.600	2.382.500	491.900	13.800	941.900	234.700	12.300	7
1925	42.157.000	23.902.700	3.581.200	1.205.300	1.380.300	1.624.300	1.238.800	71.700	767.500	180.800	100	1
1926	49.684.800	29.383.100	4.578.100	1.892.800	1.163.500	1.708.700	471.000	18.000	722.400	146.800	3.800	13
1927	54.081.500	25.991.500	4.841.800	2.176.800	740.000	1.138.500	878.000	17.900	367.900	100.100	4.200	2
1928	78.762.200	29.462.200	5.543.500	1.213.000	1.754.500	2.402.000	614.300	13.800	1.561.300	159.900	-	-
1929	54.083.800	23.566.300	5.080.900	1.256.600	1.803.800	2.840.000	101.800	3.600	1.117.600	135.300	12.300	2
1930	52.170.600	20.034.600	4.721.190	746.600	942.810	1.072.300	29.787	1.300	425.100	71.500	200	1

PERCENTUAIS DAS MERCADORIAS PORTUGUÊSAS IMPORTADAS PELO BRASIL
(EM RELAÇÃO AOS VALORES)
QUADRO XII

ANOS	1.SUBST. ALIMENTÍCIAS %	2.MANUFATURAS DIVERSAS %	3.MATÉRIAS PRIMAS %	4.FIOS,TECIDOS E RESPECTIVAS OBRAS %	5.APARELHOS UTENSÍLIOS, MÁQUINAS etc %	6.ANIMAIS VIVOS %
1880	86,82	9,30	2,91	0,57	0,39	0,01
1	84,40	11,75	2,83	0,66	0,34	0,02
2	84,33	13,17	1,68	0,58	0,20	0,07
3	-	-	-	-	-	-
4	-	-	-	-	-	-
5	89,99	8,01	1,30	0,35	0,19	0,16
6	90,74	6,64	1,88	0,41	0,21	0,12
7	89,96	6,75	2,25	0,59	0,33	0,12
8	90,85	6,54	1,75	0,57	0,12	0,11
9	91,11	6,38	1,49	0,49	0,25	0,16
1890	92,70	5,34	1,21	0,43	0,17	0,15
1	92,78	5,27	1,07	0,42	0,17	0,28
2	94,16	4,69	1,03	0,32	0,09	0,09
3	93,42	4,77	1,13	0,54	0,10	0,0
4	92,08	5,57	1,15	0,87	0,20	0,1
5	92,23	5,30	0,91	1,12	0,28	0,1
6	92,32	4,89	1,10	1,35	0,19	0,1
7	92,16	4,87	1,29	1,35	0,14	0,1
8	92,53	4,11	1,45	1,63	0,16	0,1
9	92,86	3,71	1,19	1,92	0,18	0,1
1900	91,52	5,03	1,42	1,64	0,18	0,2
1	93,33	3,93	1,43	0,95	0,17	0,1
2	93,61	3,78	1,04	1,03	0,16	0,3
3	92,72	4,19	1,59	1,17	0,18	0,1
4	92,13	4,42	1,77	1,44	0,14	0,0
5	93,08	3,76	1,64	0,97	0,21	0,3

cont.

QUADRO XII

ANOS	1.SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS %	2.MANUFATURAS DIVERSAS %	3.MATÉRIAS PRIMAS %	4.FIOS,TECIDOS E RESPECTIVAS OBRAS %	5.APARELHOS UTENSÍLIOS, MÁQUINAS,etc %	6.ANIMAIS VIVOS %
1906	93,05	3,80	1,59	1,04	0,24	0,28
7	92,75	4,13	1,64	1,17	0,25	0,06
8	92,94	4,62	1,34	0,68	0,28	0,14
9	92,58	4,12	1,60	1,32	0,26	0,12
1910	92,36	4,06	1,60	1,54	0,32	0,12
1	93,51	3,60	1,23	1,24	0,33	0,15
2	93,53	3,40	1,58	1,11	0,33	0,05
3	93,34	3,98	1,15	1,14	0,35	0,04
4	93,05	3,81	1,74	0,90	0,46	-
5	90,41	4,78	2,70	1,69	0,42	-
6	86,83	7,50	2,52	2,72	0,43	-
7	83,81	9,53	2,89	3,27	0,49	-
8	79,82	10,85	4,17	3,50	1,66	-
9	83,59	10,75	2,53	1,99	0,86	0,05
1920	87,94	7,05	2,70	1,56	0,67	0,08
1	87,79	7,53	2,03	1,47	0,65	0,52
2	82,51	11,76	3,77	1,05	0,85	0,06
3	82,97	11,07	3,69	1,00	1,14	0,13
4	86,72	8,89	2,02	0,81	1,54	0,02
5	85,51	7,28	2,80	2,50	1,54	-
6	87,74	8,08	2,04	0,82	1,27	0,05
7	88,78	7,94	1,21	1,44	0,60	0,06
8	89,26	6,28	1,99	0,70	1,77	-
9	86,95	8,17	2,90	0,17	1,79	0,20
1930	89,45	8,10	1,62	0,06	0,75	-

PRINCIPAIS PRODUTOS PORTUGUESES IMPORTADOS PELO BRASIL

Quadro XIII

ANOS	VINHO		AZEITE		BATATAS		SARDINHA E OUTROS PEIXES EM CONSERVA		LEGUMES SECOS		CORTIÇA EM ROLHA	
	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS
1880	4.414.100	53.136.100	51.300	234.100	85.100	4.025.000	-	-	126.700	2.401.200	6.400	13.400
1881	3.255.300	24.962.000	68.800	343.200	41.300	2.070.600	-	-	75.000	1.491.500	26.400	68.500
1882	3.539.500	28.391.500	71.200	371.200	67.900	3.379.400	-	-	77.200	1.508.900	40.500	92.200
1883	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1884	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1885	3.215.700	29.179.900	134.000	794.700	62.000	2.742.100	-	-	38.000	995.000	42.600	89.800
1886	3.618.000	27.389.300	51.100	338.200	61.900	3.265.300	23.300	177.800	51.700	1.307.900	51.800	158.400
1887	2.737.500	35.378.900	47.300	363.000	85.300	3.576.800	31.300	262.900	48.100	1.199.400	46.100	110.400
1888	3.145.700	34.025.700	162.600	1.003.600	98.900	3.968.900	36.355	279.400	70.100	1.738.300	61.300	145.500
1889	3.109.300	33.527.300	122.700	712.000	117.000	5.663.900	34.700	260.200	140.700	3.491.600	79.200	163.800
1890	4.091.700	39.283.200	46.200	231.200	107.400	4.904.700	58.600	567.000	67.000	1.752.200	72.400	151.300
1891	4.341.200	40.514.576	46.700	213.000	98.100	5.357.800	38.400	340.700	55.000	956.700	85.500	173.800
1892	5.649.200	51.886.249	52.300	226.700	107.000	5.370.600	75.300	747.300	76.400	1.956.700	150.900	310.600
1893	5.735.400	45.343.400	110.900	551.300	122.700	5.271.500	75.500	714.200	106.900	2.671.200	121.000	280.400
1894	4.639.100	32.405.900	134.700	686.300	59.100	3.894.800	70.300	676.300	93.500	2.328.700	121.000	320.900
1895	5.491.900	36.181.100	411.800	1.904.800	104.700	6.981.100	124.000	1.213.400	108.500	2.717.700	135.700	425.300
1896	4.957.100	40.681.300	284.700	1.424.200	126.200	8.414.600	103.000	1.015.500	146.200	3.666.700	99.400	382.400
1897	4.900.700	38.978.980	301.000	1.409.000	154.900	10.060.800	78.500	750.500	144.400	3.635.000	74.100	299.300
1898	4.502.400	42.670.100	369.400	1.673.200	238.900	10.939.200	106.200	1.071.200	154.300	4.110.300	63.700	268.100
1899	4.325.600	40.933.100	370.400	1.207.700	189.800	8.019.300	60.500	608.000	82.300	1.665.800	50.100	205.500
1900	4.018.900	39.720.500	282.600	1.489.600	157.000	8.617.600	84.100	807.400	170.000	4.032.400	56.900	278.900
1901	3.314.500	35.543.100	322.700	1.590.700	123.900	7.521.100	56.100	575.700	204.600	5.249.200	52.300	218.300
1902	3.883.800	40.771.900	342.500	1.559.700	160.700	9.424.600	72.300	754.800	131.100	3.754.400	60.900	257.500
1903	3.703.700	34.888.200	316.200	1.592.500	143.900	9.532.400	85.100	729.300	130.800	3.921.100	72.600	328.900
1904	3.661.300	33.282.300	288.900	1.451.900	122.700	8.070.500	71.900	735.200	149.900	4.915.700	76.800	352.500
1905	4.302.700	43.161.200	368.400	1.896.800	129.500	8.542.000	102.800	1.079.600	140.200	4.513.800	78.000	370.300
1906	4.061.100	43.408.800	253.300	1.128.800	113.000	7.462.200	91.700	996.400	166.100	5.391.300	80.400	339.300
1907	4.152.200	44.884.500	375.100	1.694.800	112.700	7.392.100	98.400	1.068.000	147.600	4.719.800	72.500	368.300
1908	3.653.600	39.309.100	276.900	1.243.000	95.800	6.380.100	88.300	952.200	100.000	3.313.700	77.000	340.700
1909	4.084.400	42.349.600	400.400	1.794.200	102.400	6.576.400	82.600	890.300	120.100	3.988.500	61.000	255.300
1910	4.744.400	50.404.200	415.900	1.859.700	126.600	8.363.100	125.700	1.369.500	161.700	5.343.300	70.400	301.900
1911	4.797.200	48.441.600	368.800	1.340.500	93.000	6.201.900	99.600	1.085.300	175.600	5.821.300	66.700	301.500
1912	5.074.400	42.008.600	437.500	1.624.100	96.400	6.374.300	132.200	1.468.100	176.500	5.828.000	57.200	275.000
1913	4.774.800	48.159.200	264.100	1.028.700	122.700	8.045.000	144.200	1.579.700	97.800	3.326.800	59.500	275.800
1914	2.824.900	30.824.900	280.200	991.400	118.400	7.828.500	53.900	600.800	50.000	1.599.400	28.300	142.200
1915	2.949.100	39.617.900	557.000	2.049.700	400	8.800	68.300	681.200	25.610	716.200	45.900	228.800

Cont.

PRINCIPAIS PRODUTOS PORTUGUESES IMPORTADOS PELO BRASIL

Quadro XIII

ANOS	VINHO		AZEITE		BATATAS		SARDINHA E OUTROS PEIXES EM CONSERVA		LEGUMES SECOS		CORTIÇA DE ROLHA	
	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS	MIL RÉIS	QUILOS
1916	5.172.800	28.643.400	560.100	1.682.600	-	50	166.300	1.105.800	42.100	727.300	64.800	548.300
1917	2.942.400	26.012.000	40.000	210.600	-	-	83.200	549.700	1.600	28.700	80.100	556.200
1918	3.286.000	21.665.600	16.100	21.000	-	-	98.200	527.900	200	1.500	84.400	520.000
1919	4.205.500	15.286.200	196	2.600	-	-	305.500	557.600	1.200	10.700	71.100	237.300
1920	20.541.000	25.372.600	1.800	1.300	-	50	1.117.600	1.046.800	200	1.300	236.700	258.900
1921	10.564.300	10.361.100	38.900	11.300	-	-	820.000	482.900	3.400	7.000	158.100	217.200
1922	19.913.500	16.384.800	1.027.800	316.900	2.500	7.000	2.024.100	660.700	12.500	22.100	668.300	586.500
1923	22.241.300	17.339.900	411.000	108.000	800	1.400	3.536.400	914.800	20.700	18.000	742.300	262.000
1924	32.323.800	20.884.200	2.566.500	440.300	300	300	6.267.800	1.410.500	2.000	1.800	901.100	319.500
1925	25.931.000	14.493.700	4.364.700	909.000	1.245.400	3.072.300	5.109.300	903.000	5.300	3.000	518.400	211.100
1926	31.109.800	16.673.900	5.160.000	1.044.200	2.007.600	5.691.100	3.779.600	1.203.700	-	-	531.900	209.200
1927	38.450.100	17.064.000	3.736.300	767.300	5.000	25.000	3.512.000	1.164.800	4.500	4.600	692.700	275.600
1928	36.991.800	17.309.100	22.973.500	3.907.200	31.200	41.600	6.564.100	1.498.700	52.800	51.600	1.598.100	342.000
1929	18.367.800	14.561.500	4.694.500	600.000	53.300	52.900	5.033.900	1.069.800	305.900	169.800	1.558.700	308.400
1930	22.736.200	10.730.800	14.924.300	2.194.600	6.600	11.400	4.151.400	806.900	237.400	78.000	1.242.700	225.900

PERCENTUAIS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS PORTUGUESES IMPORTADOS PELO BRASIL EM RELAÇÃO AOS VALORES DE SUAS CLASSES

QUADRO XIV

ANOS	SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS					MANUFAT. DIV.
	VINHO	AZEITE	BATATAS	SARDINHA E OUTROS PEIXES EM CONSERVA	LEGUMES SECOS	CORTIÇA EM ROLHA
1880	85,24	1,00	1,64	-	2,44	5,58
1	85,34	1,80	1,08	-	1,96	4,97
2	83,17	1,67	1,59	-	1,81	6,08
3	- -	-	-	-	-	-
4	-	-	-	-	-	-
5	85,48	3,56	1,64	-	1,01	12,71
6	87,14	1,23	1,49	0,56	1,25	17,04
7	83,55	1,42	2,57	0,94	1,45	18,53
8	82,55	4,26	2,59	0,96	1,84	22,34
9	80,12	3,16	3,01	0,89	3,62	28,27
1890	85,20	0,96	2,23	1,22	1,39	26,14
1	88,71	0,95	2,00	0,78	0,72	30,75
2	88,70	0,82	1,68	1,18	1,20	49,14
3	85,80	1,66	1,83	1,12	1,60	35,51
4	84,06	2,44	1,07	1,27	1,69	36,19
5	81,10	6,08	1,54	1,83	1,60	34,82
6	81,62	4,68	2,07	1,69	2,40	30,93
7	94,44	5,80	2,98	1,51	2,78	27,00
8	76,62	6,28	4,06	1,86	2,62	24,41
9	80,96	6,93	3,55	1,13	1,54	23,50
1900	79,30	5,52	3,10	1,66	3,35	20,43
1	76,04	7,40	2,84	1,28	4,69	28,55
2	78,37	6,91	3,24	1,46	2,64	30,43
3	78,65	6,71	3,05	1,80	2,77	36,12
4	79,34	6,26	2,65	1,55	3,24	34,65

cont.

QUADRO XIV

ANOS	SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS					MANUFATURAS DIVERSAS
	VINHO %	AZEITE %	BATATAS %	SARDINHA E OUTROS PEIXES EM CONSERVA %	LEGUMES SECOS %	CORTIÇA EM ROLHA %
1906	80,94	5,05	2,25	1,83	3,31	39,19
7	79,59	7,19	2,16	1,88	2,83	31,20
8	81,24	6,15	2,13	1,96	2,22	34,35
9	85,74	8,40	2,15	1,73	2,52	18,78
1910	80,02	6,97	2,12	2,10	2,71	26,84
1	81,28	6,24	1,57	1,68	2,97	29,34
2	80,69	6,95	1,53	2,16	2,80	25,02
3	82,60	4,91	2,12	2,49	1,69	24,07
4	79,53	7,88	3,33	1,52	1,40	19,43
5	77,03	14,54	0,10	1,78	6,68	22,69
6	73,35	12,94	-	3,84	0,97	17,33
7	87,13	1,18	-	2,46	0,05	20,86
8	90,12	0,44	-	2,69	-	17,02
9	83,06	-	-	5,99	0,02	10,91
1920	87,27	0,07	-	4,74	-	12,54
1	83,96	0,31	-	6,52	0,03	14,65
2	72,92	3,76	0,09	7,41	0,45	17,17
3	74,49	1,37	0,01	11,84	0,07	18,63
4	61,06	4,84	-	11,86	0,01	16,59
5	61,51	10,35	2,95	7,37	0,01	14,47
6	62,61	10,40	4,04	7,61	-	11,67
7	71,09	6,91	0,01	6,49	0,001	14,30
8	46,97	29,17	0,03	8,33	0,006	28,12
9	33,96	8,68	0,09	9,31	0,57	30,68
1930	43,58	28,60	0,02	7,95	0,47	27,32

VINHO e AZEITE - SEUS PERCENTUAIS EM RELAÇÃO AOS VALORES DA IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PORTUGAL

QUADRO XV

ANOS	VINHO %	AZEITE %	ANOS	VINHO %	AZEITE %
1880	74,00	0,86	1906	75,32	4,69
1	72,03	1,52	7	73,83	6,67
2	70,14	1,41	8	76,51	5,72
3	-	-	9	79,38	7,78
4	-	-	1910	64,38	6,44
5	76,92	3,21	1	75,95	5,83
6	79,07	1,12	2	75,47	6,51
7	74,26	1,28	3	77,10	4,59
8	75,60	3,88	4	74,00	7,34
9	72,99	2,88	5	69,64	13,15
1890	78,98	0,89	6	63,69	11,24
1	82,23	0,88	7	73,02	0,99
2	83,30	0,77	8	71,95	0,35
3	80,16	1,54	9	69,43	0,01
4	77,39	2,24	1920	76,75	0,01
5	74,80	5,61	1	73,72	0,27
6	75,35	4,33	2	60,17	3,11
7	87,04	5,34	3	61,81	1,14
8	70,89	5,82	4	52,96	4,20
9	75,18	6,44	5	52,78	8,88
1900	72,57	5,10	6	54,94	9,13
1	70,97	6,91	7	63,12	6,13
2	73,36	6,[illegible]	8	41,92	26,04
3	68,86	6,23	9	29,53	7,55
[illegible]	73,10	5,77	1930	38,98	25,59
5	74,28	6,35			

GRÁFICO 6 PRINCIPAIS PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS PARA PORTUGAL

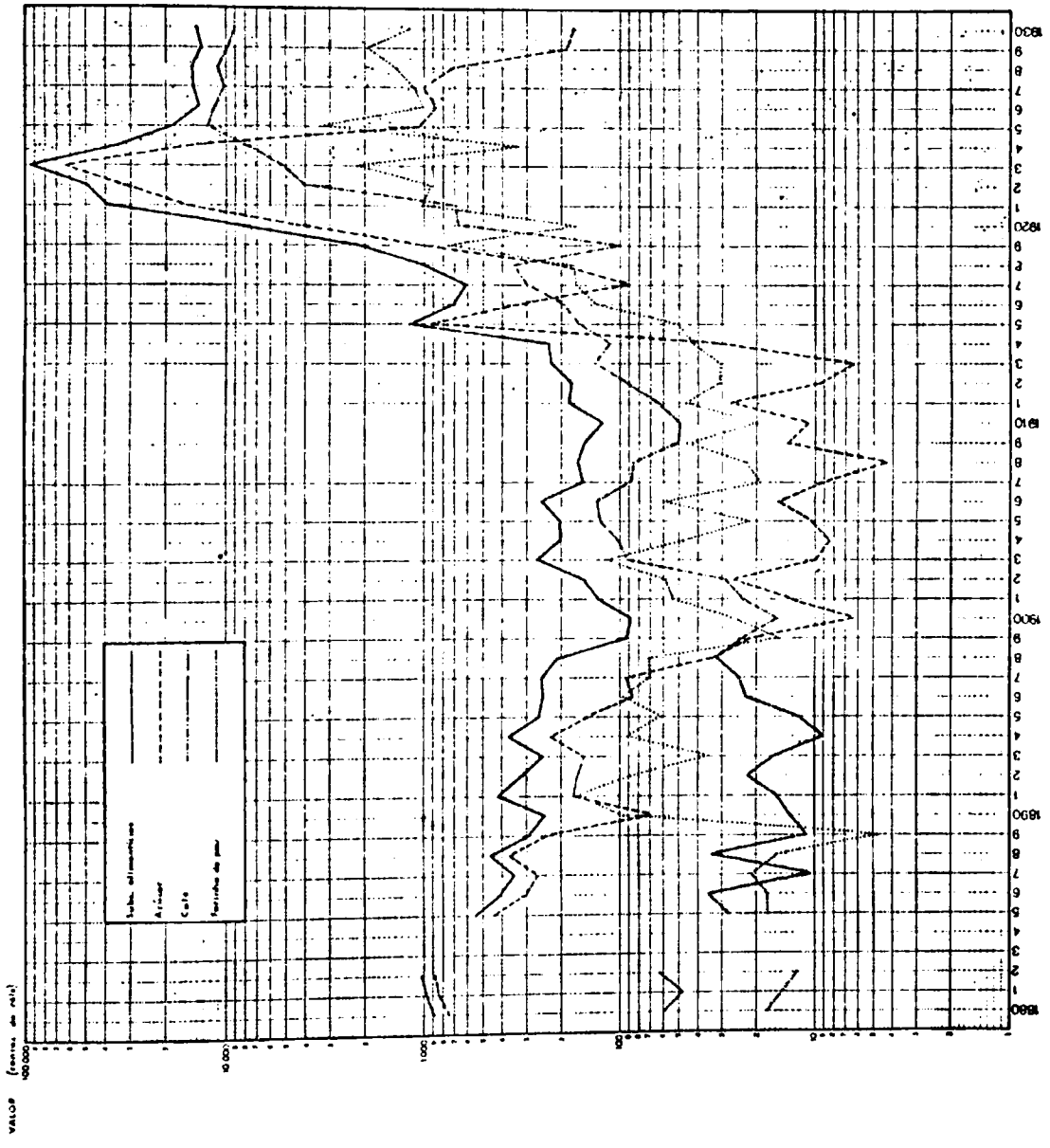

GRAFICO 7 PRINCIPAIS PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS PARA PORTUGAL

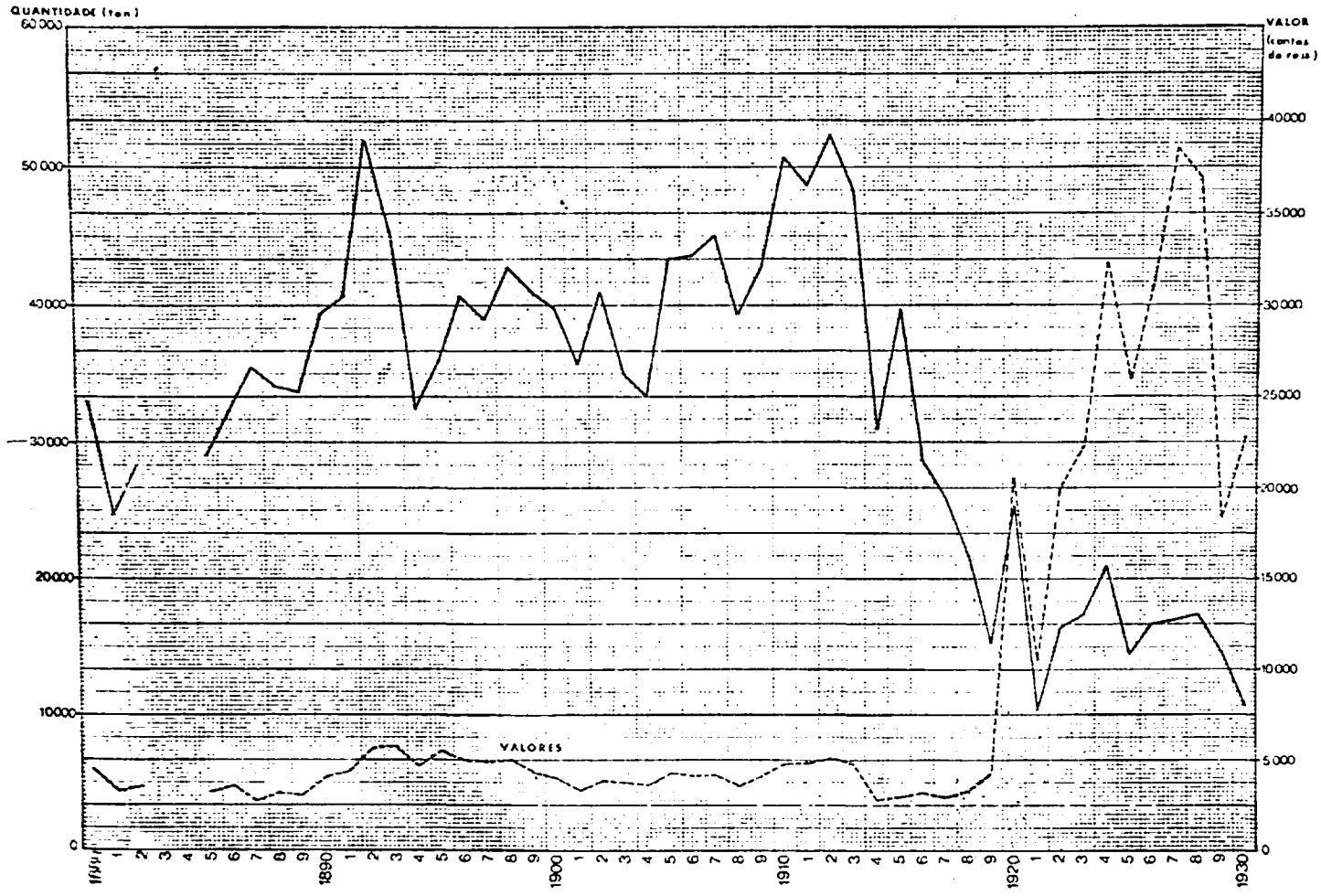

GRÁFICO 8 IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE VINHO PORTUGUÊS

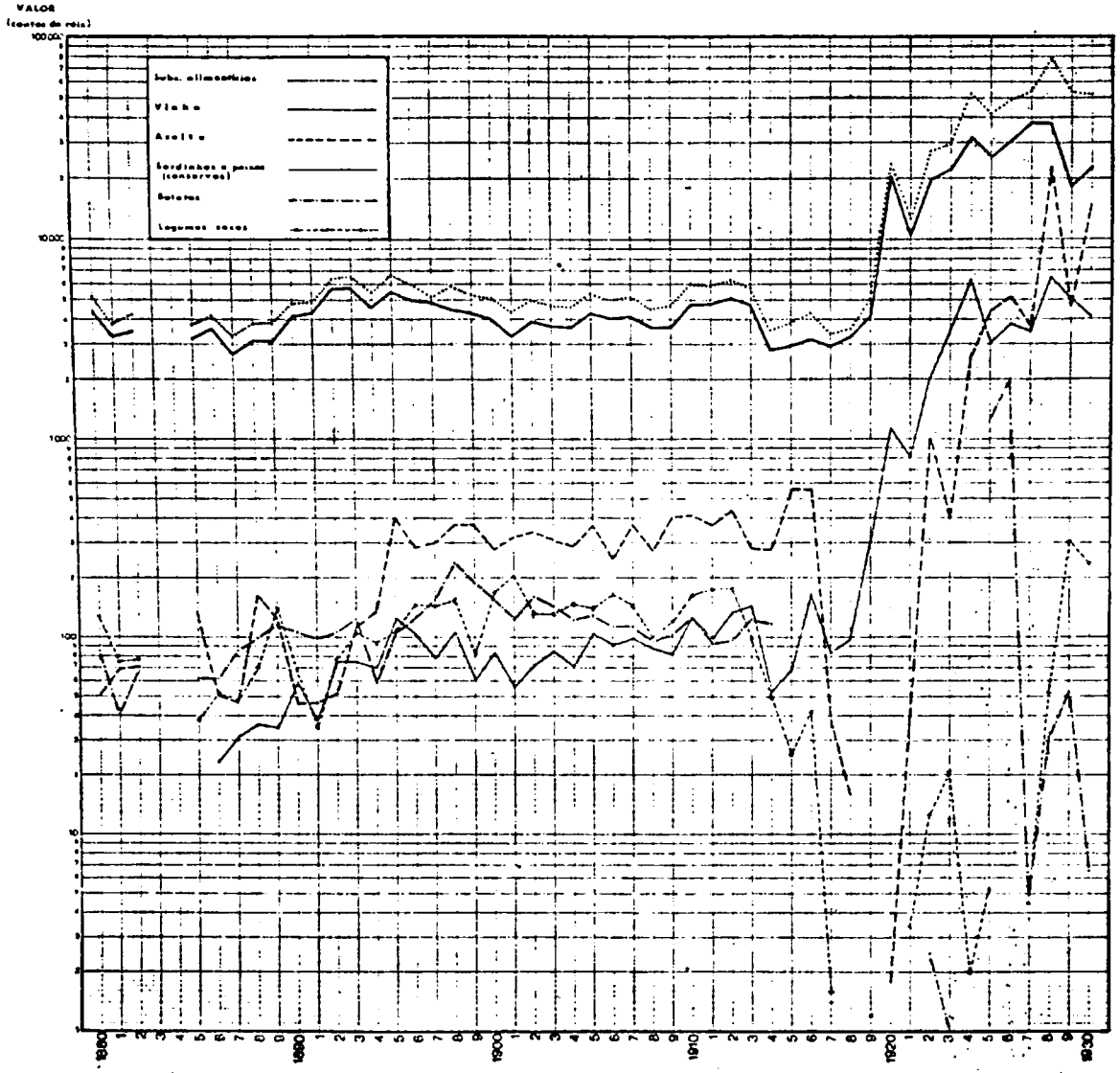

GRÁFICO 9 PRINCIPAIS PRODUTOS PORTUGUESES IMPORTADOS PELO BRASIL

CAP. IV - DEFINIÇÃO DAS TENDÊNCIAS DO COMÉRCIO

Demonstrou-se que o período de maior concentração, ou de maior movimento geral maia intenso, foi a década de 1890. O que indica uma provável influência da proclamação da República no Brasil (1889), no sentido de favorecer as trocas comerciais entre os dois países, ou mais particularmente, a exportação - portuguesa. Certamente, em decorrência desta situação, Brasil e Portugal assinaram o já referido Tratado de Comércio e Navegação em 1892. Entretanto, o mesmo não foi ratificado.

Seguiu-se um período estacionário para Portugal, e de declínio para o Brasil. A datar de 1910, ano em que se proclamou a República em Portugal, houve um aumento nas trocas comerciais entre as duas nações, desta vez beneficiando as duas partes. Este fato parece revelar reflexos favoráveis, ativando o intercâmbio de suas mercadorias.

Logo depois, com a I Grande Guerra desorganizou-se o comércio mundial, e, conseguentemente, o tráfico luso-brasileiro também foi atingido. Esta situação provocou uma depressão no movimento geral, e uma mudança nas tendências das relações comerciais entre os dois países. Enquanto a exportação brasileira tendeu a aumentar, a importação tendeu a diminuir. Ordem inversa verificou-se na fase anterior à guerra.

Ao finalizar a análise discriminativa dos principais produtos transacionados, constatou-se que o vinho foi o produto-base do comércio Brasil-Portugal. Aquele país foi o segundo comprador dessa mercadoria, que era a riqueza fundamental da economia lusitana, sendo, contudo, o primeiro, quanto aos vinhos comuns. E ainda o primeiro, e quase único, importador do azeite, das batatas e dos legumes secos.

Entretanto, Portugal não ocupou idêntica posição nas aquisições das mercadorias brasileiras. O Brasil foi o primeiro, e segundo, posteriormente, abastecedor de algodão do mercado português, mas isto não significa que Portugal foi o primeiro, ou mesmo segundo importador do mercado brasileiro. Situação análoga observa-se em relação aos couros e peles. Quanto ao café, principal riqueza do comércio externo brasileiro, e portanto de sua economia, esse país europeu classificou-se numa categoria muito baixa, em comparação com os primeiros clientes: Estados Unidos Inglaterra, Alemanha, França,... Semelhante classificação deve ter obtido no que concerne ao açúcar e ao tabaco.

Assim, enquanto o Brasil adquiria em maior proporção o artigo fundamental da produção portuguesa - o vinho- Portugal não comprava igualmente, em maior proporção, o mais importante gênero da produção brasileira - o café.

Em todo período aqui tratado, excetuando-se os anos de 1919 a 1925, a balança de comércio pesou mais para o

lado luso. O Brasil era um dos poucos países que lhe proporciona va saldos favoráveis.

Desses dados, depreende-se qual o significado do mercado brasileiro para o escoamento das mercadorias lusitanas.

A importância daquela praça era de tal modo, que chegara a influir na produção agrícola portuguesa. Para o final do século XIX, Miriam Halpern Pereira demonstra que a "desaceleração do crescimento agrícola torna-se tanto mais grave quanto a concorrência estrangeira não cessa de se exercer, tanto nos principais mercados externos - britânico e brasileiro - como no próprio mercado interno." (78)

Cerca de 1890, a viticultura portuguesa atravessou uma dupla crise, proveniente dos efeitos da filoxera, que dizimara considerável área de vinhas, e da contração de mercado. No entanto, " alguns anos mais tarde dois mercados permitiram à viticultura portuguesa a sua recuperação econômica: o Brasil e a África." (79)

Não havia reciprocidade quanto à importância dos dois mercados. Pois se o Brasil representava um escoadouro de grande significado para Portugal, o mesmo não sucedia em relação ao mercado lusitano para com aquela nação sul americana. Além daquele estado europeu ser um pequeno mercado, encontrava nas possessões ultramarinas grande parte dos produtos que o Brasil podia oferecer-lhe.

Até a época da guerra, à medida que aumentava o fornecimento das colônias africanas à Metrópole, diminuía ou - tornava-se estacionária a exportação do Brasil para Portugal. Se após a guerra as vendas daquele país tenderam a crescer, as - dos territórios africanos ascenderam muito mais (Quadro II e Quadro A 9 -Anexos).

Portugal inclinou-se a incrementar ainda mais o fluxo dos produtos coloniais, a partir da década de 20,..o que - forçosamente limitaria a expansão das remessas brasileiras para - aquele país. " Em face da crise econômica que está assolando as colônias portuguesas, Portugal já se vê forçado a arranjar mercados para a colocação da sua produção nacional. Nestas circunstâncias, e o que é mais lógico, o mais certo e seguro de todos esses mercados deve ser o metropolitano. O recente projeto de lei apresentado ao parlamento português pelo ex-ministro das Finanças, Dr. Marques Guedes, protegendo o consumo do açúcar colonial no continente, marca o início dessa orientação. Nestas condições, Portu - gal vê-se igualmente forçado a deixar de comprar do Brasil bastante de seus produtos." (80)

Além da competição dos produtos africanos similares aos seus - café, cacau, açúcar, borracha e depois couros e peles- o Brsil deparava-se com a concorrência de países europeus quanto ao açúcar,e dos Estados Unidos quanto ao algodão, tabaco e couros e peles curtidos.

Com o decréscimo da importação brasileira da praça lusitana a partir da guerra, houve uma propensão para as pos

sessões africanas substituírem a sua posição (Quadro I e Quadro A lo - vide Anexos).

O principal motivo desse decréscimo residia - na circunstância do Brasil ser um país novo, de economia dinâmica, com um índice de produção agrícola sempre crescente, e inclinando se, após a guerra, para a diversificação de produtos. Nesta condição, esse país ia restringindo as compras de substâncias alimentícias, que eram o forte da exportação portuguesa."Tem razão quanto a Portugal já não exportar para o Brasil as elevadas quantidades- de mercadorias que exportava antes da guerra - 13 . Pois o Bra - sil reduziu a aquisição nos mercados externos, especialmente em - relação aos produtos que constituem o grosso da exportação portuguesa, para os seus mercados externos. (...) Uma parte dos produtos que exportava em 1913, tem sido substituída pelos seus similares de produção brasileira." (81)

Outro fator que contribuíra de certa forma para o aludido declínio, foi a disputa que Portugal encontrava no mercado brasileiro de gêneros equivalentes aos seus, ou seja, vinho, azeite, cortiça em obra, produzidos pela Espanha, Itália, e França.

A partir do início do século atual, encontra-se, não só refer ências sobre a importância do comércio Brasil-Portugal em estudos a respeito da economia lusa, como também várias publicações tratando especificamente dessa questão. Nota-se clara

mente nessas publicações, um interesse em desenvolver o comércio com o Brasil, ou mesmo uma preocupação quanto à diminuição das compras brasileiras. Propunha-se uma série de medidas para assegurar e ampliar esse mercado vantajoso para as mercadorias portuguesas. Dentre aquelas medidas destacavam-se: Tratado de Comércio e Navegação entre os dois países; criação de zona franca em Lisboa para os produtos brasileiros e criação de uma linha de navegação unindo as duas nações. Eis alguns exemplos:

1 . "Todos reconhecem a necessidade imperiosa de cuidarmos, com o máximo empenho, o mercado do Brasil. Porque se não hão de offerecer favores espiciaes ao assucar d'aquelle riquissimo paiz, em troca de eguaes favores aos produtos da nossa exportação, pelo menos enquanto as possessões ultramarinas não se habilitarem a fornecer à metrópole todo o assucar de que carece para o seu consumo? (...)

(...) Vamos perdendo dia a dia a nossa velha preponderância no comércio do Brasil, em quanto os nossos rivaes (França, Hespanha e Itália), cuja concorrência data de epoca recente, vão conquistando, palmo a palmo, novo terreno. (...)

Não seria mais economico, e sobretudo mais politico, aproveitar o deficit que por ora existe, entre o consumo do paiz e a produção ultramarina, para base de negociações d'um accordo commercial com o Brazil, em troca de favores aos vinhos, azeites, cortiças e outros generos que alimentam a nossa exportação? "

(...) e nenhuns outros productos se acham em-melhores condições do que o assucar, o algodão e o tabaco, para chegarmos a um accordo, reciprocamente vantajoso." (82)

2. "Com o propósito de abrir no Brasil mercados novos, ou de alargar os antigos, à nossa produção, tirando todo o partido possível das atuais circunstâncias(geradas pela guerra) deliberou a Câmara proceder por essa ocasião um largo inquérito entre as mais importantes firmas portuguesas do Rio de Janeiro e reunir em volume - oferecendo assim aos exportadores portugueses um verdadeiro dicionário para expandir o comércio.

(...) O fator preço é hoje essencial na expansão econômica, e por esse fator a Espanha consegue bater-nos quase em toda a parte, exceptuando-se por ora o Brasil. Mas aí mesmo o perigo nos ameaça.

O problema dos fretes é um dos "leit-motive" de todas as queixas sobre o declínio ou a estagnação do nosso comércio de exportação. (...) E a navegação portuguesa para o Brasil é uma das condições essenciais para a conservação daquele mercado, e até para o seu alargamento a produtos nossos ali quase ainda inéditos ." (83)

3. (...) se não fosse a colocação dos nossos vinhos, representando mais de 2/3 dessa exportação, a nossa situação comercial perante o Brasil seria inteiramente desalentadora.

Entre os nossos competidores, ocupam lugar proeminente a Itália e a Espanha. (...)

Se chegasse a concluir-se um tratado de comércio entre as duas nações, as suas relações comerciais haviam de engrandecer-se, com muito proveito. (...)

O futuro do comércio com o Brasil (...) depende da criação de carreiras de vapores portugueses para os principais portos do grande país sul-americano.

A criação de portos-francos, pelo menos de um porto-franco em Lisboa, teria concorrido para atraírmos e intensificarmos os negócios com o Brasil." (84)

4."(...) A Espanha realizou um tratado de comércio com a grande República sul-americana em condições vantajosas e nós temos visto fracassar todas as tentativas que nesse sentido se tem empregado desde 1892.

(...) A aproximação econômica entre Brasil e Portugal é reclamada em nome dos interesses dos dois países e o facto da produção das nossas Colónias ser similar à de algumas regiões do Brasil, em vez de ser um obstáculo a essa aproximação, deve, pelo contrário, ser uma condição de êxito, visto que é indiscutivelmente mais vantajoso que nos associemos na lista da concorrência no grande mercado mundial a que nos degladiemos por não sabermos encontrar um convênio comercial (...)

Foi este critério que me levou a defender a criação da zona franca de Lisboa na conferência que tive a honra de realizar na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

O porto franco seria a organização comercial comum aos produtos das nossas colónias e aos produtos brasileiros que quisessem utilizá-la. (...)" (85)

5. " Uma linha de navegação portuguesa para o Brasil poderia, pois, concorrer para a intensificação do intercâmbio comercial luso-brasileiro e de um modo geral para o desenvolvimento das relações entre os dois países. " (86)

Fica patente,nestes exemplos,o significado do mercado brasileiro para os produtos lusos.

A diminuição da exportação portuguesa não se vinculava à ausência de um tratado de comércio, mas,principalmente,aos motivos já expostos. Além disso, um tratado vem como consequência de uma intensificação comercial. A questão do crescimento ou não do comércio coloca-se em outros termos.

Acresce-se,às razões apontadas precedentemente, o seguinte: em decorrência da situação econômica de ambos países, já abordada anteriormente, a lista de mercadorias que dispunham para exportar era muito reduzida. A maior parte dos produtos que as compunham procediam do setor agrícola - matérias-primas e substâncias alimentícias. Os manufaturados, com exceção das con -

servas para Portugal, e depois da guerra, das carnes congeladas - para o Brasil, eram quase inexpressivos. Ambos viam-se bloqueados pelas potências industriais em suas tentativas para desenvolver - suas atividades manufatureiras. Produziam conforme a demanda, e para os grandes centros industriais. Nestas circunstâncias, o tráfico, entre as duas nações em foco, tendia a ser restrito.

CAP. V - A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA E A REMESSA DE NUMERÁRIOS

Para o Brasil e Portugal o fenômeno da migração teve início no século XIX, intensificando-se após a sua metade.

Enquanto o Brasil recebia anualmente milhares de imigrantes para satisfazer a necessidade urgente de mão de obra para o incremento da sua produção, sobretudo da cafeeira, Portugal possuia um desequilíbrio entre o crescimento populacional e o crescimento econômico, em consequência grandes contingentes deixavam as suas fronteiras, em busca de trabalho. De 1880 a 1930 estes homens, na maioria, dirigiam-se para o Brasil.

Deste país enviavam para a sua pátria parte do dinheiro adquirido, o qual se tornou um manancial para a renda de Portugal.

Para expressar a relevância dessas remessas limitar-se-á à citação de alguns estudos sobre o assunto:

1. Mais de 90% da emigração portuguesa se destinava ao Brasil.... "na imigração brazileira, os portugueses ocupam o segundo lugar -1885-1911.

Tem-se procurado, por várias formas, determinar a importância das economias e das remessas que os emigrantes portuguezes fazem para a sua pátria.

(...) fixamos em 20:000 contos a importância annual d'essas remessas fundando-nos em dados colhidos em varias origens.

(...) Essas remessas muito têem contribuido para obstar ao aggravamento do agio do oiro em Portugal e para não deixar cahir extraordinariamente os cambios.

São dignos de nota o numero e importancia dos vales postaes provenientes do Brazil, destinados a varios districtos de Portugal. Em 1911 foram 3.261 vales, no valor de 70 contos; em 1912, 4:204 vales, no valor de 109 contos; em 1913, 5:490 vales no valor de 164 contos; em 1914, 3:905 vales, no valor de 125 contos. Média dos quatro annos, 4:215 vales, no valor de 117:483$34 escudos." (87)

2. " (...) da emigração, os ingressos monetários que esta propiciou e propicia constituiam e constituem factos financeiro e económico de importância primacial. Calculados por - Herculano (1873) em cerca de 3000 contos anuais, haviam subido no tempo de Oliveira Martins (1891) a mais de 12 000 contos; e, no - nosso século, Bento Carqueja avaliava-os em 20 000 contos, e Ferdinando Emídio da Silva (1917) orçava essa importância entre 20000 e os 24 000 contos (...)" (88)

3. " Em quanto importavam as remessas dos emigrantes? Entre 1881 e 1890 foram calculadas em 8 a 12 mil contos por Oliveira Martins, 13 500 contos por J.F.Moutinho ("brasileiro"

e banqueiro" do Porto), "mais de 10 mil contos" por A. Silva Guimarães. No princípio do século XX o volume das transferências teria quase dobrado: Ezequiel de Campos pensa que andam à volta de 20 a 30 mil contos, (...). Números exagerados, números exíguos?- A multiplicidade de vias utilizadas pelos emigrantes para as ordens de pagamento e a inexistência de um organismo centralizador- destas operações tornam improvável que algum dia seja possível medir na sua totalidade o dinheiro vindo do Brasil.(...)

(...) O dinheiro do Brasil distribuido pelo - Banco de Portugal em 1877, 1888 e 1889 é quase igual a cerca de metade das transferências efectuadas, segundo as avaliações citadas.

Remessas de papel sobre Londres, recebidas dos correspondentes do Banco de Portugal no Brasil

1878.....	568 150	
1888.....	967 856	4 355 352 mil réis
1889.....	719 267	3 236 702 " "
1890.....	425 640	1 915 380 " "
1891.....	183 213	824 459 " " " (89)

4. " O oiro da emigração atingia números importantíssimos. O sr. dr. Borges da Fonseca, cônsul geral do Brasil em Lisboa, (...), há2anos, afirmou sobre dados oficiais que - somente em relação ao Rio de Janeiro, no triênio de 1 de Abril de

1925 a 31 de março de 1928, as remessas, em moeda portuguesa, feitas para Portugal subiram a 800 000 contos. Se se acrescentar a essa quantia a importância das remessas de todas as praças brasileiras, obter-se-á um número aproximado do que o Sr. Carvalho Nunes, nosso antigo adido comercial no Brasil, (...), indicou como quantitativo das remessas anuais do oiro do Brasil: uns 4 milhões e meio de libras." (90)

5. " São as remessas dos pequenos emigrantes e dos ricos portugueses com interesses no Brasil que a Portugal teem fornecido e fornecem a maior parte do ouro com que se equilibra a balança económica." (91)

6. "Portugal continua ainda a viver do Brasil. Não é já o oiro de Minas (...). O oiro vem como dantes. Mas não é o braço do negro que o colhe; é o imigrante que a miséria expulsou de Portugal.

" (...) vivemos do que nos manda o emigrante. É ele que em cada ano, com as suas remessas à família, se por lá anda, ou com os rendimentos dos capitaes que lá deixa, se para cá volta, ou ainda com a transferência de capitaes da fortuna lá ganha e aqui consolidada em prosperidades e construções, títulos e emprezas, nos traz o factor de receita, ainda hoje primacial da nossa precária balança de pagamentos." (92)

7. "Torna-se interessante constatar que desde o começo do século até 1916, o ano da declaração da guerra pela -

Alemanha a Portugal, sempre que o câmbio do Rio sobre Londres sofria se firmava ou afrouxava, simultaneamente o câmbio de Lisboa sobre Londres sofria as mesmas flutuações, e isto independentemente dos acontecimentos políticos, económicos ou financeiros ocorridos em Portugal. Explica-se esta dependência do câmbio português em relação ao do Brasil, pelo facto da decisiva preponderância que a maior ou menor afluência de cambiais vindas do Brasil, e enviadas pela nossa patriótica colónia ali domiciliada, exerce na balança de pagamentos da economia nacional portuguesa. E de facto, normalmente, tem sido este recurso que aliado a outros de somenos importância, tem suprido os deficits acumulados na balança comercial." (93)

Pelos dados destas citações, vê-se nitidamente a grande importância que representava para Portugal a transferência do capital dos seus emigrantes no Brasil.

C O N C L U S Ã O

Brasil e Portugal, países colocados no período abordado, num mesmo plano de desenvolvimento econômico. O Brasil, estreitamente dependente do mercado externo, ou mais exatamente, era dominado pelo imperialismo das grandes potências industriais, principalmente Inglaterra e Estados Unidos, seguidos pela Alemanha e pela França. Produzia segundo as exigências ou necessidades dessas potências, e era bloqueado no seu incremento industrial. Havia margem apenas para a produção agrícola: matérias-primas e gêneros alimentícios. Situação análoga caracterizava Portugal.

Deste modo, os dois países cerceados nas suas tentativas de desenvolvimento industrial, não podiam fomentar o setor do comércio externo, pois o desenvolvimento deste é uma decorrência daquele. Por isso mesmo, dispunham sempre de uma relação limitada de produtos exportáveis, vinculados à atividade agrária. Considerando as colônias africanas que produziam gêneros similares aos do Brasil, as duas nações possuíam até certo ponto as mesmas mercadorias.

Assim, os dois países contando relativamente com os mesmos artigos para oferecer, tendiam a encontrar dificuldades no intercâmbio comercial entre si. As trocas não se completavam. Processavam-se de maneira desequilibrada e rotineira. Enfim, havia uma propensão a não se aproximarem, mas a se distanciarem em termos de relações comerciais.

O comércio entre Brasil e Portugal manteve-se através de vínculos frouxos. Garantiu-se apenas com dois produtos de vulto, principalmente o vinho, produto que comandou o movimento do tráfico, e em seguida o algodão. Tendo em vista estas circunstâncias, e o fato do Brasil ser um país novo, com índice de crescimento constante, inclinando-se a diversificar sua produção após a guerra, e abastecer a si próprio, o comércio entre ambos tendia a tornar-se restrito.

O fator preponderante nas relações econômicas Brasil-Portugal não se encontrava nas trocas comerciais, porém nas remessas de numerário feitas pelos imigrantes portugueses à sua pátria.

- NOTAS -

1 - Prado Jr., Caio - História Econômica do Brasil, S.Paulo, Ed. Brasiliense, 8ª edição, 1963 p. 161.

2 - Prado Jr., Caio - ob. cit. p. 173.

3 - Prado Jr., Caio - ob. cit. p. 173.

4 - Carone, Edgar - A República Velha - (Instituições e Classes Sociais), S.Paulo, Difusão Européia do Livro, 2ª edição, 1972 p. 30.

5 - Carone Edgar - ob. cit. p. 34.

6 - Carone, Edgar - ob. cit. p. 72.

7 - Prado Jr., Caio - ob. cit. p. 216.

8 - Carone, Edgar - ob. cit. p. 72.

9 - Carone, Edgar - ob. cit. p. 75.

10 - Prado Jr., Caio - ob. cit. p. 266.

11 - Prado Jr., Caio - p. 267.

12 - idem notas 9 e 10.

13 - Normano, J.F. - Evolução Econômica do Brasil, S.Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1939.

14 - Pereira, Miriam Halpern - Livre Câmbio e Desenvolvimento Econômico - Portugal na segunda metade do século XIX, Lisboa, Edições Cosmos, 1971. - p. 150 e p. 247.

15 - Pereira, Miriam Halpern - ob. cit. p. 165.

16 - Doença produzida na videira pelo inseto filoxera que destruiu extensas áreas das vinhas portuguêsas nos meados do século XIX.

17 - Gomes, M. de Azevedo e outros - "Traços da evolução da agricultura portuguêsa entre as duas guerras mundiais" in Rev. do Centro de Estudos Econômicos, Lisboa, Instituto Nacional deEstatística, nº 1, 1945 - p. 93.

18 - Fonte: Estatística de Portugal - Comércio - Divisão Geral - de Estatística, Lisboa, Imprensa Nacional, volumes: 1880 , 1890 e 1898.

19 - Castro, Armando in Dicionário de História de Portugal, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 468.

20 - Castro, Armando - Introdução ao Estudo da Economia Portuguêsa, Lisboa. Ed. Cosmos, 1947 p. 53.

21 - idem nota 19 p. 468.

22 - Carqueja, Bento - O Futuro de Portugal, Porto. Livraria - Chardon, Editores, 1920, 2ª edição p. 201

23 - Pereira, Miriam Halpern - ob. cit. p. 45 e 399.

24 - Gomes, Mario de Azevedo e outros - in Rev. cit. p. 93.

25 - Castro, Armando - A Economia Portuguêsa do século XX, Lisboa, Edições 70, 1973 p. 248.

26 - Fonte: Estatística Comercial, vol. 1901 a 1930.

27 - Pereira, José de Campos - A Propriedade Rústica em Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, - p. 127.

28 - idem nota 2 - p. 53 e 56.

29 - Os valores das densidades foram fornecidos pelo Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos e pela Junta Nacional do Vinho.

30 - Ribeiro, Maria de Lourdes R. de A. - As relações econômicas entre Portugal e Brasil segundo as "Balanças de Comércio", 1801-1821, Lisboa, 1971, - p. 11 e 12.

31 - Pereira, Miriam Halpern - ob. cit. p. 303.

32 e 33 - In Tratados e Actos Internacionais - Brasil - Portugal, Embaixada do Brasil, SEPRO, Lisboa, 1962. p. 43 e 59.

34 - Pereira, Miriam Halpern - ob. cit. p. 303 e 300.

35 - idem nota 32 p. 295.

36 - Prado Jr., Caio - ob. cit. p. 83.

37 e 38 - Normano, J. F. - ob. cit. p. 45.

39 - Carone, Edgar - ob. cit. p. 19.

40 - Pereira, Miriam Halpern - ob. cit. p. 276.

41 e 42 - Salgado, F.Ribeiro - Relações Comerciais Luso-Brasileiras, Lisboa, Edição do Autor,1929.

43 - Prado Jr., Caio - ob. cit. p. 98.

44 e 45 - Furtado, Celso - Formação Econômica do Brasil, Rio de-

46 - Idem nota 47 , p.175.

47 - Bello, Wenceslau - Relações Comerciais do Brasil com Portugal, Rio de Janeiro, 1908.

48 e 49 - Prado Jr., Caio - ob. cit. p. 162 e 250.

50 - Carone, Edgar - ob. cit. p. 52.

51 - Prado Jr., Caio - ob. cit. p. 232.

52 - Furtado, Celso - ob. cit. p. 208.

53 - Pinto, Virgílio Noya - " Balanço das transformações econômicas no século XIX" in BRASIL EM PERSPECTIVA - São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p. 156.

54 - Carone, Edgar - ob. cit. p. 44.

55 - ESTATÍSTICA DE PORTUGAL -COMÉRCIO EXTERNO ' - Lisboa, Imp. - Nacional, 1880, 1890 e 1925.

56 - Salgado, F. Ribeiro - ob. cit. p.34.

57 - Pereira, Miriam Halpern - ob. cit. p. 150.

58 - Costa, Constáncio Roque da - Problemas da Economia Nacional- Liboa, Parceria Antonio Pereira Liv. Ed, 1909, p. 132.

59 - Costa, Constáncio Roque da - ob. cit. p. 118,119,120 e 122.

60 - Costa,B.C.Cincinato da- Produção e comércio dos principais gêneros agrícolas de Portugal, Lisboa, Tip. "A Editora", 1908, p. 21.

61 - INQUÉRITO para a expansão do comércio português no Brasil, organizado pela Câmara de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, Porto, Imp. Portuguesa, 1916, p.IX,230-1.

62 - Salgado, F. Ribeiro - A evolução do comércio exterior de Portugal, depois da Grande Guerra, Rio de Janeiro, Tip. Jornal do Comércio,1928.

63 - Esclarece-se que o azeite refere-se unicamente ao óleo da azeitona."Pela legislação só poderá chamar-se azeite o óleo que for obtido da azeitona". In Constáncio Roque da Costa, - ob. cit. p. 185.

64 - Gomes, M. de Azevedo e outros in REV. do Centro de Estudos Econômicos, artigo cit. p.79.

65 e 66 - Pereira, Miriam Halpern - ob. cit. p.244.

67 - Costa, Constáncio Roque da - ob. cit. p.189.

68 - Rocha, Albino Vieira da - Situação Econômica de Portugal. A alta dos preços. Coimbra, Imp. da Universidade, 1913,p. 105.

69 - Costa, Constáncio Roque da - ob. cit. p. 199.

70 - INQUÉRITO, doc. cit. p.IX.

71 - Costa, B.C. Cincinato da - ob. cit. p.78.

72 - INQUÉRITO, doc. cit.p. 313.

73 - INQUÉRITO, doc. cit. p. 292.

74 - Costa, Constáncio Roque da - ob. cit. p. 235.

75 - Amzalak, Moses Bensabat - O comércio exterior, Lisboa, coleção Exposição Portuguesa em Sevilha,Imp. Nacional, 1926, p. 26.

76 - INQUÉRITO, doc. cit. p. 152.

77 - INQUÉRITO, doc. cit. p. 148.

78 e 79 - Pereira, Miriam Halpern - ob. cit. p.139 e p. 259.

80 - Salgado, Francisco Ribeiro - Interesses econômicos luso-luso-brasileiros, Porto, Li -; vraria J.Reis & Silvas, 1927, p. 39.

81 - _____ - idem Nota 41, p. 39 e 40.

82 - Costa, Constâncio Roque da -ob. cit. p. 299 a 302.

83 - INQUÉRITO - doc. cit. in Nota 61, p. IV e VII.

84 - Carqueja, Bento - ob. cit. p. 212, 216 e 347.

85 - Correa, F. Antonio - Prefácio in "Interesses econômicos luso-brasileiros por F. Ribeiro Salgado, Porto, Livraria J. Reis & Silvas, 1927, p.I, II, VIII e IX.

86 - Simões, Nuno - O Brasil e a emigração portuguesa, Coimbra, Imprensa da Univerdidade, 1934, p. 112.

87 - Carqueja, Bento - O povo portuguez, aspectos sociais e econômicos, Porto, Livraria Chardon, 1916,- p. 406, 419, 420 e 422.

88 - Serrão, Joel - Emigração portuguesa, Lisboa, Livros Horizonte, 1973, p. 98.

89 - Pereira, Miriam Halpern - ob. cit. p. 285 e 286.

90 - Simões, Nuno - "Relações econômicas com o Brasil" in Jor -

nal :O Primeiro de Janeiro, 1 de Junho de 1932, p. 1.

91 - Rocha, Albino Vieira da - ob. cit. p. 100.

92 - Simões , Veiga - "Programa de política comercial com o Brasil " in REV Atlântida, Lisboa, nº 44-45, ano V, 1919, p. 5 e 6.

93 - Salgado, F. Ribeiro - idem nota 80, p. 37.

FONTES ESTATÍSTICAS

- ESTATÍSTICA DE PORTUGAL - Comércio do Continente do Reino e Ilhas adjacentes com Países Estrangeiros e com as Províncias Portuguesas do Ultramar, Lisboa, Ministério da Fazenda, Imp. Nacional - 1880/1896.

- COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO - Estatística Especial, Ministério dos Negócios da Fazenda, Lisboa, Imp. Nacional - 1897/1920

- ESTATÍSTICA COMERCIAL - Ministério das Finanças, Direção Geral de Estatística, Lisboa, Impr. Nacional - 1921 a 1930.

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL - Repartição de Estatística do Ministério de Obras Públicas, Comercio e Indústria, Lisboa, 1880 a 1930.

DOCUMENTOS

- NOVA COLEÇÃO DE TRATADOS , CONVENÇÕES, CONTRATOS E ACTOS PÚBLICOS, celebrados entre Portugal e as mais potências, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

- PORTUGAL , TRATADOS - 1883/1929, Lisboa.

- TRATADOS E ACTOS INTERNACIONAIS - Brasil - Portugal, SEPRO(Embaixada do Brasil em Lisboa), Lisboa, 1962.

- INQUÉRITO para a Expansão do Comércio Português no Brasil, organizado pela Câmara de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, - Porto, Imprensa Portuguesa, 1916.

BIBLIOGRAFIA

I . Sobre o Brasil

1. Bello, José Maria - História da República, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 5ª edição, 1964.

2. Carone, Edgar - A República Velha - (Instituições e Classes - Sociais), S. Paulo, Difusão Européia do Li - vro, 1972.

3. Coelho, José Simões - O Brasil Contemporâneo, Lisboa, Guimarães & Ca. Editores, 1915.

4. Cohn, Gabriel - "Problema da Industrialização no século XX", in Brasil em Perspectiva, S.Paulo, Difusão - Européia do Livro, 1968.

5. Costa, Afonso - Questões Econômicas, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1918.

6. Furtado, Celso - Formação Econômica do Brasil, Rio de Janeiro Ed. Fundo de Cultura, 1959.

7. Iglésias, Francisco - "Situação da História Econômica do Brasil" in ANAIS DA HISTÓRIA, Fac. de Fil. Ciências e Letras de Assis-S.Paulo, AnoII, 1970.

8. Normano, J. F. - Evolução Econômica do Brasil , S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939.

9. Pinsky, Jaime - " O Brasil nas relações internacionais: 1930 a 1945" in Brasil em Perspectiva, S.Paulo, - Difusão Européia do Livro, 1968.

10. Pinto, Virgílio Noya - " Balanço das tranformações econômicas no século XIX " in Brasil em Perspectiva, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

11. Prado Jr., Caio - História Econômica do Brasil, S.Paulo, Ed. Brasiliense, 1963.

12. Vianna, Hélio - História do Brasil, S. Paulo, Ed. Melhoramentos, 1962.

II . Sobre Portugal

1. Almeida, Fortunato - História de Portugal, Coimbra, Editor - Fortunato de Almeida, 1929, 7 vols.

1.1 _____ - Subsídios para a História Econômica de Portugal, Porto, Separata da Rev. de História, vol IX, 1920.

2. Amzalak, Moses Bensabat - O Comércio Exterior, Lisboa, colecção"Exposição Portuguesa em Sevilha, Imp. Nacional, 1926.

2.1 _____ - Do Estudo e da Evolução das Doutrinas Econômicas em Portugal, Lisboa, Livraria Morais, 1928.

3. Andrade, Anselmo de - Portugal Econômico, Lisboa, Manuel Gomes Editor, 1902.

4. Azevedo, João Lúcio de - Épocas de Portugal Econômico, Lisboa Livraria Clássica Ed., 1929.

5. Carqueja, Bento - Indicadores Econômicos Portugueses, (separata dos Anais do Instituto Econômico-Social da Faculdade de Engenharia do Porto), Porto, Tip. Sequeira, 1931.

5.1 _____ - O Futuro de Portugal - Questões Econômico-sociais, Lisboa, José Bastos Livreiro-Ed.

5.2 _____ - O Futuro de Portugal (Portugal após a Guerra), Porto, Livraria Chardron Ed.,2ª ed.1920

5.3 _____ - O Povo Portuguez (Aspectos Sociaes e econômicos), Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, Editores, 1916.

6. Castro, Armando - Introdução ao estudo da Economia Portuguesa (fins do século XVIII a princípios do século XX), Lisboa, Edições Cosmos, 1947.

6.1 _____ - A Economia Portuguesa do Século XX (1900 - 1925), Lisboa, Edições 70, 1ª ed., 1973.

6.2 _____ - In Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, Lisboa, Iniciativa Editoriais, 1971, 4 vols., verbetes: "vinho" "cortiça","azeite", "indústria" e "capitalismo".

7. Correa, Francisco Antonio - História Econômica de Portugal, - Lisboa, Tip. da Empresa Nacional de Publicidade, 1929.

8. Correia, F.G. Velhinho - Situação Econômica e Financeira de Portugal - Elementos de informação e estatística, Lisboa, Imp. Nacional 1926.

9. Correia, José Dias de Araújo- Portugal Econômico e Financeiro, Lisboa, Imp. Nacional. 1938, 2 vols.

10. Costa, B.C. Cincinato da - Produção e comércio dos principais gêneros agrícolas de Portugal, Tip. " A Editora", 1908.

11. Costa, Constáncio Roque da- Problemas da Economia Nacional - Agricultura, Comércio e Navegação de Portugal nas suas relações com o mercado mundial, Lisboa, Parceria Antonio Pereira Liv. Ed.,1909.

12. Fonseca, Joaquim Roque da - Portugal e o seu comércio exterior Lisboa, 1938.

13. Fuschini, Augusto - O Presente e o Futuro de Portugal, Companhia Tipográfica, 1899.

14. Gomes, Mario de Azevedo, H. de Barros e C. Caldas - "Traços principais da evolução da agricultura portuguesa entre as duas guerras mundiais" in REV do Centro de Estudos Econômicos, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, nº1, 1945.

15. Graux, Lucien - Le Portugal Économique, Paris, Livrairie Étienne Chiron, 1937.

16. Junior, J.N.Ferreira Dias - Linha de Rumo - notas de economia portuguesa, Lisboa, Livraria Clássica Ed., 1945.

17. Marques, A.H. de Oliveira - A Primeira República Portuguesa, Lisboa, Livros Horizontes, 1973.

17.1 _____ - Portugal no século XX - Problemas da História Portuguesa, 1900 a 1930. Separata da REV Ocidente, vol LXXVI, Lisboa, 1969.

18. Martins, Oliveira - Economia e Finanças, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1956.

19. Montalvor, Luis de- História do Regimen Republicano em Portugal, Lisboa, Tip. da Empresa do Anuário - Comercial, 1929, 2 vols.

20. Oliveira, Lopes D' - História da República Portuguesa - a propaganda na monarquia constitucional, Lisboa, Editorial Inquérito, 1947.

21. Pereira, José de Campos - Portugal Industrial, Lisboa, Livraria Profissional, 1919.

21.1 _____ - A Propriedade Rústica em Portugal - superfícies, produções, rendimentos, valores, Lisboa, Imp. Nacional, 1915

22. Pereira, Miriam Halpern - Livre Câmbio e Desenvolvimento Econômico (Portugal na segunda metade do século XIX), Lisboa, Ed. Cosmos, 1971.

23. Peres, Damião - História de Portugal, Barcelos, Portucalense - Editora, 1939.

24. Rocha, Albino Vieira da - Situação Econômica de Portugal - a alta dos preços, Coimbra, Imp. da Universidade, 1913.

25. Salgado, F. Ribeiro - A evolução do Comércio Exterior de Portugal depois da Grande Guerra, Rio de - Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1928.

26. Serrão, Joel - Emigração Portuguesa, Lisboa, Livros Horizonte, 1973

III . Sobre Brasil - Portugal

1. Bello, Wenceslau - Relações Comerciais do Brasil com Portugal, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1908.

2. Correa, Francisco Antonio - Aproximação Econômica entre Portugal e Brasil, Lisboa, 1923.

3. Guimarães, Arthur - "Interesses Luso-Brasileiros" in REV das Alfândegas Portuguesas, Lisboa, nº 93, set. 1913.

4. Lyra, Heitor - Efemérides Luso-brasileiras, Lisboa, 1971.

5. Ribieiro, Maria de Lourdes de Aguiar - As relações econômicas entre Portugal e Brasil segundo as "Balanças de Comércio", 1801-1821, -. Lisboa, 1971.

6. Salgado, Francisco Ribeiro - Interesses Econômicos Luso-Brasileiros, Porto, Livraria J.Reis & Silva Lda., 1927.

6.1 _____ - Relações Comerciais Luso-Brasileiras, Lisboa, Editora do Autor, 1929.

7. Simões, Nuno - O Brasil e a Emigração Portuguesa (notas para um estudo), Coimbra, Imp. da Universidade, 1934.

8. Souza, Manuel Alberto Andrade - Intercâmbio Comercial Luso-brasileiro (Relatório apresentado à Comissão Permanente de Estudo do Comércio com o Bra-

sil), Associação Comercial de Lisboa, 1949.

9. Simões, Nuno -"Relações Econômicas com o Brasil" in Jornal - O Primeiro de Janeiro, 1 de junho de 1932,p.1.

10. Simões, Veiga - "Programa de política comercial com o Brasil" in REV. Atlântida, Lisboa, nºs 44 e 45, ano V, 1919, vol. 12.

IV . Outras Obras

1. Godinho, Vitorino Magalhães - Introdução à História Econômica, Lisboa, Livros Horizonte,1973.

2. Mauro, Frederic - "Problèmes et possibilités d'une histoire - économique quntitative de l'Amérique Latine depuis l'Indépendence: le cas du Brésil" in Revista Do Tempo e da História, III, Lisboa, 1970.

2.1 _____ - Nova História e Novo Mundo, S. Paulo, Ed. - Perspectiva, 1969.

3. Morazé, Charles - Introduction à l'histoire économique.

A N E X O S

QUANTIDADES DO AZEITE E DAS BEBIDAS PORTUGUESAS IMPORTADAS PELO BRASIL.

QUADRO A 1

ANO	AZEITE		BEBIDAS	
	em decalitros	em quilos	em decalitros	em quilos
1880	25.726	234.100	3.390.078	34.090.000
1	37.710	343.200	2.577.989	25.943.000
2	40.791	371.200	2.935.254	29.539.900
3	-	-	-	-
4	-	-	-	-
5	87.331	794.700	2.995.180	29.766.100
6	37.248	338.200	3.361.806	27.573.800
7	39.895	363.000	3.616.401	36.100.100
8	110.218	1.003.000	3.479.969	34.770.800
9	78.242	712.000	3.452.186	34.112.700
1890	25.408	231.200	3.994.098	39.806.500
1	23.441	213.000	4.114.602	40.990.200
2	24.910	226.700	5.524.214	52.366.500
3	60.583	551.300	4.595.102	45.833.800
4	75.418	686.300	3.296.064	32.838.400
5	209.319	1.904.800	3.636.104	36.697.200
6	156.508	1.424.200	4.121.668	41.097.900
7	154.833	1.409.000	3.951.543	39.420.700
8	183.865	1.673.200	4.326.091	43.095.500
9	132.710	1.207.700	4.152.659	41.366.700
1900	163.693	1.489.600	4.030.324	40.155.900
1	174.805	1.590.700	3.601.300	35.602.800
2	171.395	1.559.700	4.127.074	41.105.000

cont.

QUADRO A 1

ANO	AZEITE		BEBIDAS	
	em decalitros	em quilos	em decalitros	em quilos
1903	175.002	1.592.500	3.538.500	35.263.900
4	159.550	1.451.900	3.380.661	33.697.800
5	208.435	1.896.800	4.398.708	43.569.700
6	124.044	1.128.800	4.403.401	43.875.400
7	186.246	1.694.800	4.554.122	45.377.000
8	136.588	1.243.000	4.119.076	39.628.500
9	197.160	1.794.200	4.296.523	42.828.100
1910	204.362	1.859.700	5.112.664	50.952.100
1	147.305	1.340.500	4.933.418	48.960.400
2	178.477	1.624.100	5.273.087	52.547.100
3	113.044	1.028.700	4.885.332	48.680.700
4	108.917	991.400	3.131.004	31.182.100
5	225.244	2.049.700	3.035.027	39.966.200
6	184.901	1.682.600	2.917.771	29.078.000
7	23.138	210.600	2.647.371	26.378.600
8	2.207	21.000	2.197.259	21.900.500
9	29	2.600	1.563.062	15.579.500
1920	141	1.300	2.574.352	25.664.900
1	1.243	11.300	1.051.752	10.483.400
2	34.825	316.900	1.680.631	16.748.600
3	11.863	108.000	1.768.111	17.642.100
4	440.272	440.300	2.125.789	21.212.600
5	909.003	909.000	1.471.764	14.695.500
6	1.044.156	1.044.200	1.710.503	17.058.600
7	767.252	767.300	1.741.280	17.384.300
8	3.907.190	3.907.200	1.774.595	17.701.100
9	600.048	600.000	1.490.450	14.854.700

BRASIL E INGLATERRA E SUAS EXPORTAÇÕES DE OURO PARA PORTUGAL - VALORES EM MIL RÉIS

QUADRO A 2

ANOS	BRASIL		INGLATERRA	
	OURO EM BARRA	OURO EM MOEDA	OURO EM BARRA	OURO EM MOEDA
1880	-	7.300	-	2.559.500
1	-	2.900	-	2.927.700
2	-	-	-	3.376.500
3	-	1.000	1.500	3.878.300
4	-	100	-	2.703.100
5	300	400	-	4.057.300
6	700	10.500	-	8.730.100
7	1.400	80	-	4.410.000
8	30	40	40	6.138.900
9	200	700	-	9.990.200
1890	5.300	91.900	107.200	13.986.000
1	1.100	40.000	-	3.666.400
2	-	200	1.440.000	26.300
3	-	300	900.000	22.500
4	-	100	545.000	400
5	-	-	901.800	200
6	1.000	4.300	-	-
7	-	-	-	-
8	-	800	-	68.700
9	300	2.000	-	-
1900	-	-	-	-
1	-	100	-	-
2	-	-	-	-
3	-	-	-	1.700
4	-	-	-	57 .000
5	-	-	-	206.100

cont.

QUADRO A 2

ANOS	BRASIL		INGLATERRA	
	OURO EM BARRA	OURO EM MOEDA	OURO EM BARRA	OURO EM MOEDA
1906	-	-	141.000	235.800
7	-	-	-	300
8	-	-	-	-
9	-	-	303.500	30.200
1910	1.300	-	-	291.500
1	-	-	240.000	103.300
2	-	-	360.000	3.200
3	-	-	530.900	4.200
4	-	209.700	530.100	7.100
5	-	258.000	-	2.869.800
6	1.000	55.900	-	-
7	4.300	-	-	-
8	-	-	-	-
9	-	-	-	50
1920	-	200	-	-
1	-	-	-	-
2	-	-	-	-
3	-	-	-	-
4	-	-	-	-
5	-	-	-	-
6	-	-	-	-
7	-	-	-	-
8	-	-	-	-
9	5.400	-	-	-
1930	14.200	-	-	-

BRASIL E INGLATERRA E SUAS EXPORTAÇÕES DE PRATA PARA PORTUGAL - VALORES EM MIL RÉIS

QUADRO A 3

ANOS	BRASIL		INGLATERRA	
	PRATA EM BARRA	PRATA EM MOEDA	PRATA EM BARRA	PRATA EM MOEDA
1880	600	6.100	29.700	1.100
1	900	19.900	28.900	5.800
2	1.600	4.200	30.400	1.900
3	1.500	2.800	42.300	8.900
4	7.900	3.400	16.800	22.600
5	600	36.100	17.000	12.900
6	4.800	20.500	49.800	26.300
7	-	2.700	201.400	31.400
8	-	-	379.000	34.500
9	300	4.800	141.600	24.500
1890	-	75.300	203.000	7.300
1	300	34.600	3.380.600	19.700
2	-	200	1.440.000	26.300
3	1.400	7.100	289.300	20.100
4	600	600	100.600	90.000
5	-	500	147.300	7.600
6	700	600	1.013.300	1.800
7	100	-	191.100	1.300
8	-	1.600	1.215.000	3.300
9	200	300	824.000	6.300
1900	-	200	260.800	1.300
1	-	100	237.100	-
2	-	-	240.400	-
3	-	-	346.800	-
4	-	-	261.200	-
-			343.700	-

cont.

QUADRO A 3

ANOS	BRASIL		INGLATERRA	
	PRATA EM BARRA	PRATA EM MOEDA	PRATA EM BARRA	PRATA EM MOEDA
1906	-	400	267.000	30
7	-	-	202.600	-
8	-	-	190.900	-
9	-	700	666.700	700
1910	-	-	189.300	2.000
1	-	70	435.100	300
2	-	-	577.900	600
3	-	-	63.400	2.300
4	-	-	10.000	200
5	-	-	34.500	70
6	800	-	92.200	200
7	-	-	13.200	-
8	-	-	60	-
9	-	-	5.900	100
1920	-	-	45.100	-
1	-	-	26.500	-
2	-	-	-	-
3	-	-	251.900	-
4	-	-	122.800	-
5	-	43.300	571.300	-
6	-	-	218.600	-
7	-	-	97.600	-
8	-	-	91.100	-
9	-	-	76.100	-
1930	-	-	1.788.000	-

BRASIL E INGLATERRA E SUAS IMPORTAÇÕES DE OURO DE PORTUGAL - VALORES EM MIL RÉIS

QUADRO A 4

ANOS	BRASIL		INGLATERRA	
	OURO EM BARRA	OURO EM MOEDA	OURO EM BARRA	OURO EM MOEDA
1680	-	6.800	-	300
1	-	45.200	-	28.400
2	-	217.200	-	2.357.200
3	-	28.000	-	414.400
4	-	75.900	-	174.800
5	-	18.200	-	674.600
6	-	-	-	-
7	-	-	-	-
8	-	467.900	-	-
9	-	1.551.800	-	-
1890	-	670.000	-	9.603.300
1	-	1.400	14.500	28.609.800
2	-	9.900	91.200	8.932.800
3	-	4.100	1.800	5.757.300
4	-	9.000	600	3.591.000
5	-	8.200	-	2.083.400
6	-	6.400	13.500	3.173.400
7	-	100	41.800	1.629.900
8	-	10.400	228.200	1.214.800
9	-	25.700	17.600	894.700
1900	-	26.800	41.400	1.142.000
1	-	197.300	1.600	920.100
2	-	68.100	-	621.000
3	-	162.300	-	835.900
4	-	11.900	-	421.000
5	-	49.700	-	144.600
6	-	33.500	-	97.800

cont.

QUADRO A4

ANOS	BRASIL		INGLATERRA	
	OURO EM BARRA	OURO EM MOEDA	OURO EM BARRA	OURO EM MOEDA
1907	-	6.800	3.300	390.000
8	-	-	-	1.339.400
9	-	49.700	14.600	310.700
1910	-	35.000	11.000	31.000
1	-	-	-	24.300
2	-	-	-	315.700
3	-	3.100	-	813.100
4	-	-	-	741.700
5	-	-	275.700	13.900
6	-	-	-	-
7	-	-	-	-
8	-	-	-	-
9	-	-	-	-
1920	-	-	-	-
1	-	-	-	-
2	-	-	-	-
3	-	-	-	-
4	-	-	-	-
5	-	-	-	-
6	-	-	-	-
7	-	-	-	-
8	-	-	-	-
9	-	-	-	-
1930	-	-	-	-

BRASIL E INGLATERRA E SUAS IMPORTAÇÕES DE PRATA DE PORTUGAL - VALORES EM MIL RÉIS

QUADRO A 5

ANOS	BRASIL		INGLATERRA	
	PRATA EM BARRA	PRATA EM MOEDA	PRATA EM BARRA	PRATA EM MOEDA
1880	-	1.800	4.100	19.400
1	-	1.300	14.900	7.900
2	-	-	-	5.700
3	-	-	1.600	4.600
4	-	-	10.300	5.100
5	-	-	13.300	5.100
6	-	-	15.100	1.000
7	-	-	-	2.000
8	-	1.000	-	1.500
9	-	800	-	400
1890	-	1.400	-	6.000
1	-	543.000	-	4.500
2	-	-	-	-
3	-	-	-	1.400
4	-	-	-	300
5	-	-	-	2.100
6	-	-	-	1.400
7	-	11.900	-	3.700
8	-	1.500	-	284.900
9	-	90	-	11.000
1900	-	2.600	-	4.900
1	-	3.500	-	8.300
2	-	3.200	-	1.200
3	-	7.600	-	15.500
4	-	1.300	-	7.800
5	-	4.600	-	700

cont.

QUADRO A 5

ANOS	BRASIL		INGLATERRA	
	PRATA EM BARRA	PRATA EM MOEDA	PRATA EM BARRA	PRATA EM MOEDA
1906	-	1.600	-	-
7	-	5.000	800	1.800
8	-	6.000	1.800	800
9	-	6.400	-	200
1910	-	3.500	-	-
1	-	3.400	-	300
2	-	1.600	-	21.900
3	-	1.500	-	19.000
4	-	4.500	100	-
5	-	3.400	80	900
6	-	-	-	-
7	-	-	400	-
8	-	-	-	-
9	-	-	-	-
1920	-	-	-	-
1	-	-	-	-
2	-	-	-	-
3	-	-	-	-
4	-	-	-	-
5	-	-	-	-
6	-	-	-	-
7	-	-	-	-
8	-	3.300	-	-
9	-	-	-	-
1930	-	-	-	-

IMPORTAÇÃO PORTUGUESA DE MATÉRIAS PRIMAS E SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS

VALORES - PROPORÇÃO NO TOTAL DA IMPORTAÇÃO

QUADRO A 6

ANO	MATÉRIA PRIMA		SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS	
	CONTOS	%	CONTOS	%
1885	-	-	11.676	36,11
1890	-	-	11.991	26,87
1892	12.220	39,64	11.229	36,42
1895	14.821	37,20	13.317	33,43
1897	14.801	36,61	13.207	32,67
1900	27.399	45,88	15.367	25,73
1905	23.429	38,61	17.551	29,92
1910	30.207	43,46	16.065	23,11
1915	38.119	50,08	22.105	29,04
1920	331.407	47,96	128.976	18,66
1925	834.457	33,59	820.584	33,04
1930	899.855	37,40	637.125	26,48

EXPORTAÇÃO PORTUGUESA DE MATÉRIA PRIMA E DE SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS

QUADRO A 7

ANO	MATÉRIA PRIMA		SUB.ALIMENTÍCIAS	
	CONTOS	%	CONTOS	%
1885	-	-	14.840	65,49
1890	-	-	14.396	66,84
1892	4.669	18,96	17.405	70,66
1895	5.834	21,64	15.671	58,13
1897	5.373	19,67	15.197	55,64
1900	5.801	18,75	16.368	52,91
1905	5.743	19,82	16.299	57,26
1910	7.394	20,70	19.138	53,57
1915	7.836	23,30	20.192	60,04
1920	46.066	20,73	138.223	62,22
1925	189. 862	22,02	565.032	65,55
1930	268.081	28,36	579.937	61,35

POSIÇÃO DO VINHO NO TOTAL DA EXPORTAÇÃO PORTUGUESA

QUADRO A 8

ANO	VALOR		HECTOLITROS
	CONTOS	%	
1880	9.609	38,96	593.300
1	9.807	47,48	701.500
2	10.148	44,49	777.800
3	11.133	48,84	871.200
4	10.894	48,10	847.900
5	13.456	59,41	1.500.800
6	16.833	64,66	1.963.100
7	11.359	53,48	1.467.300
8	12.946	55,22	1.730.900
9	12.323	52,78	1.474.300
1890	10.898	50,59	913.800
1	11.122	52,02	825.800
2	13.432	54,53	1.001.700
3	11.246	48,04	769.600
4	9.749	40,74	611.400
5	11.292	41,88	682.400
6	10.983	42,01	761.000
7	10.290	37,67	782.300
8	11.481	36,88	864.100
9	10.914	37,89	830.400
1900	10.629	34,36	828.700
1	9.733	34,41	790.700
2	10.343	36,37	839.500
3	10.137	33,12	779.600
4	9.431	30,70	729.400
5	10.469	36,13	900.300
6	10.558	34,51	908.500

cont.

QUADRO A 8

ANO	VALOR		HECTOLITROS
	CONTOS	%	
1907	10.099	33,20	910.600
8	9.264	32,64	841.600
9	9.356	30,29	863.000
1910	12.417	34,75	1.155.500
1	11.924	35,00	1.164.900
2	12.640	37,83	1.146.900
3	12.164	34,47	1.079.400
4	9.688	35,69	858.500
5	10.543	31,35	971.200
6	23.332	41,65	2.309.700
7	13.552	24,56	1.265.100
8	23.676	28,37	1.505.100
9	39.300	36,73	1.477.900
1920	76.928	34,63	1.028.700
1	68.535	30,53	709.100
2	197.638	44,50	2.535.900
3	176.360	25,77	1.527.100
4	310.054	32,68	1.368.600
5	306.800	35,60	1.024.200
6	274.323	37,25	926.200
7	241.368	33,40	770.800
8	337.046	32,74	1.510.800
9	292.883	27,29	945.600
1930	263.050	27,83	817.700

IMPORTAÇÃO PORTUGUÊSA DAS COLÓNIAS AFRICANAS

QUADRO A 9

ANOS	VALORES EM MIL RÉIS	
	IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO	IMPORTAÇÃO P/ REEXPORTAÇÃO
1880	615.467	-
1881	713.967	1.680.300
1882	664.990	1.673.551
1883	-	-
1884	-	-
1885	726.309	1.406.751
1886	791.013	1.687.395
1887	701.556	2.254.726
1888	765.953	2.704.326
1889	735.241	2.254.726
1890	767.500	3.836.900
1891	899.900	3.920.400
1892	848.800	5.832.000
1893	926.100	6.146.000
1894	988.200	7.123.800
1895	1.060.000	6.301.000
1896	1.057.600	5.860.100
1897	979.700	6.291.000
1898	1.144.100	8.870.100
1899	1.124.000	10.418.100
1900	1.418.300	9.145.000
1901	1.256.900	9.599.800
1902	1.560.200	7.956.900
1903	1.700.300	10.866.600
1904	1.827.200	11.174.800
1905	1.839.900	10.810.600
1906	1.623.000	9.388.900
1907	1.959.800	10.499.900
1908	2.099.600	10.791.300
1909	2.108.600	12.298.500
1910	2.589.700	15.701.700
1911	2.562.400	12.674.600
1912	1.845.200	15.601.700
1913	2.793.000	10.841.000
1914	3.180.900	12.743.100
1915	3.969.200	15.130.900
1916	6.724.800	16.237.000
1917	11.681.500	15.746.900
1918	13.132.600	9.252.100
1919	18.499.000	14.108.500
1920	25.675.800	36.851.700
1921	41.832.400	50.026.200
1922	52.053.400	68.332.200
1923	110.612.200	106.375.100
1924	196.575.900	186.241.400
1925	167.736.100	156.514.400
1926	159.512.400	133.163.600
1927	171.322.900	117.998.500
1928	204.102.600	112.866.900
1929	199.201.800	112.556.200
1930	191.959.176	-

EXPORTAÇÃO PORTUGUÊSA PARA AS COLÔNIAS AFRICANAS

QUADRO A 10

A N O S	VALORES EM MIL RÉIS	
	EXPORTAÇÃO NACIONAL	REEXPORTAÇÃO
1880	701.523	1.209.100
1881	575.631	1.211.800
1882	571.330	1.078.000
1883	-	-
1884	-	-
1885	584.422	982.833
1886	539.671	983.029
1887	601.462	1.377.185
1888	879.319	2.001.283
1889	1.002.064	2.332.836
1890	1.110.600	2.223.500
1891	1.280.300	2.668.800
1892	1.623.900	2.137.800
1893	2.061.400	2.951.800
1894	2.186.500	2.531.600
1895	2.613.500	1.925.200
1896	2.871.700	1.516.400
1897	3.473.400	1.620.500
1898	4.972.500	2.005.800
1899	5.489.800	2.001.400
1900	5.490.100	2.462.800
1901	3.809.300	1.690.900
1902	3.340.800	1.140.800
1903	4.853.500	1.629.700
1904	5.282.200	2.020.000

A N O S	VALORES EM MIL RÉIS	
	EXPORTAÇÃO NACIONAL	REEXPORTAÇÃO
1905	4.837.800	1.800.700
1906	4.473.600	2.008.300
1907	4.479.600	2.930.800
1908	4.077.600	3.033.500
1909	5.122.500	3.099.700
1910	6.250.700	3.136.400
1911	4.630.700	4.862.000
1912	4.833.600	3.906.400
1913	4.949.400	4.281.700
1914	5.132.700	3.473.200
1915	7.469.300	3.977.100
1916	9.456.700	4.305.200
1917	9.983.100	3.376.200
1918	13.194.000	2.857.300
1919	9.978.600	3.764.300
1920	30.998.600	13.458.300
1921	30.520.400	13.321.200
1922	72.337.500	12.299.500
1923	98.242.600	30.040.100
1924	128.841.600	26.805.300
1925	101.284.900	23.275.100
1926	81.832.900	20.278.900
1927	85.459.100	33.277.000
1928	110.150.900	85.949.600
1929	132.600.400	126.473.100
1930	101.233.441	-